



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**KARLA DANIEL MARTINS DE SOUZA ALBUQUERQUE**

**CONCEIÇÃO EVARISTO: DO IMAGINÁRIO RACIAL À CIRCULARIDADE DE SEU  
DIZER**

**CASCADEL - PR  
2021**

KARLA DANIEL MARTINS DE SOUZA ALBUQUERQUE

**CONCEIÇÃO EVARISTO: DO IMAGINÁRIO RACIAL À CIRCULARIDADE DE SEU  
DIZER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais e de Diversidade.

**Orientadora:** Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia

CASCADEL - PR  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Albuquerque , Karla Daniel Martins de Souza  
Conceição Evaristo : do imaginário racial à circularidade  
de seu dizer / Karla Daniel Martins de Souza Albuquerque  
; orientador(a), Dantielli Assumpção Garcia, 2021.  
118 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação,  
Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras,  
2021.

1. Análise de discurso. 2. Conceição Evaristo. 3.  
Mulheres pretas. 4. Escrivivência. I. Assumpção Garcia,  
Dantielli . II. Título.

# KARLA DANIEL MARTINS DE SOUZA ALBUQUERQUE

## CONCEIÇÃO EVARISTO: DO IMAGINÁRIO RACIAL À CIRCULARIDADE DE SEU DIZER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, APROVADA pela seguinte banca avaliadora:



Orientadora: Dantielli Assumpção Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Lucília Maria Abrahão e Sousa  
Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia  
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras/Unioeste  
Portaria n. 1240/2020-GRE

Cascavel, 22 de fevereiro de 2021

À minha vó, dona Maria Aparecida de Jesus Daniel, que hoje cuida de mim lá do céu e que na terra nos acordou todos os dias cedinho (sem falhas) para que a Pi, o Poli e eu fôssemos à escola.

À minha mãe Tereza que é toda amor e oração por suas filhas e filho.

À minha tia Kátia, por ser meu espelho.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Letras da UNIOESTE, pelo profissionalismo e atenção dedicados aos acadêmicos e acadêmicas.

À Capes, pela concessão da bolsa que auxiliou diretamente essa escrita.

À professora Dantielli Assumpção Garcia, minha orientadora, pela escuta, carinho, paciência e confiança. Pela compreensão e generosidade em tantos momentos, por me acalmar e direcionar nas fases de dificuldades. Por ser espelho de inspiração e dedicação. Pelo rigor teórico e por me ensinar a questionar. Pela amizade que construímos nesse trajeto.

Ao professor Alexandre Ferrari Soares, por ser minha primeira referência nos estudos da Análise de Discurso, por me acompanhar/amparar em todas as fases dessa dissertação. Minha admiração e carinho por você perpassam esse gesto de agradecimento.

À professora Lucília Maria Abrahão e Sousa, por ter aceitado ser minha banca de qualificação e defesa. Pela poesia das palavras na qual nos agraciou com leituras atentas, ao dar um toque especial em nosso texto.

À minha família. Minha sobrinha Kelly e ao sobrinho Davi, significações de amor que não cabe no peito. À minha irmã Patrícia e irmão Apollicarphus, pelo companheirismo, incentivo e palavras acolhedoras. Ao meu padrasto João que hoje é nosso pai. Ao tio Edson e tias Neide, Verônica e Antônia. Ao meu vô seu Leonardo Daniel, auxiliar da minha vó em nos fazer ir à escola e nos cuidar com tanto amor.

Ao meu esposo Adenilson, pelo amor e apoio constantes. Pela fé que nunca 'faiô' em mim. Pelos risos fáceis. E por ser meu refúgio.

À Conceição Evaristo, por ser nome de minha dissertação e por sua *escrevivência*. Por cada lágrima de tristeza que embalam suas palavras tão pontiagudas em minhas leituras. Pelos sorrisos, toda vez que me encontro nelas. Por alentar meus sonhos e me ajudar a entender a criança solitária em mim, que insiste em se esconder de tanto medo, mas que tem tentado entender que é preciso dizer, que é preciso ajudar. Por isso aqui escrevo.

À minha amiga Leila Pontes, por estar o meu lado sempre. Pela amizade, risadas e abraços. Pela oportunidade de poder viver este encontro.

Às amigas Vanessa e Márcia, pela alegria de tê-las comigo, seja pelo deslumbramento de cada leitura, finalizações de etapas nesses dois anos ou pelos

medos compartilhados. A caminhada com vocês ficara mais leve.

Aos companheiros e companheiras dos Grupos de Estudos GEAD e GELF, pelos encontros de pura aventura teórica. Patrícia, Guilherme, Renan, Agnes, Ivan, Alcemar, Vitória, Denise, Alex, Fábio, Nelson, Guilherme, Silvana, Thailine, a ajuda de vocês para a discussão dos meandros da teoria foram essenciais. Em especial à Andri, Anna, Ana e Marcelo, pela parceira e generosidade. Sorrio quando penso em vocês.

Ao Professor Wagner e à Ana Supi, pela amizade e incentivo.

Às mulheres pretas de corpo e de alma. Sou, porque antes vocês foram.

Aos outros encontros esquecidos, momentos felizes agora guardados em minha memória falha.

“Irmão, axé!  
‘Olha o sol de frente’  
Deixa toda sombra para trás  
Faz valer a luta de ancestrais  
Fala do lugar que te pertence  
Sem as ‘correntes’ que vestiram nossa dor  
Conta a verdade de um povo  
Que desce o morro pra mostrar o seu  
valor.” (Império da Tijuca, *Samba de  
Quilombo*)

“Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua  
ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria  
de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes,  
os murmúrios, os silêncios, o grito abafado  
que existia, que era de cada um e de todos.  
Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu  
povo.” (Conceição Evaristo, *Becos da  
Memória*)

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça,  
é preciso ter gana sempre. Quem traz no  
corpo a marca, Maria, Maria mistura a dor  
e a alegria. Mas é preciso ter manha, é  
preciso ter graça, é preciso ter sonho  
sempre. Quem traz a fé nessa marca  
possui a estranha mania de ter fé na vida.”  
(Fernando Brant e Milton Nascimento,  
*Maria Maria*)

ALBUQUERQUE, Karla Daniel Martins de Souza. **Conceição Evaristo**: do imaginário racial à circularidade de seu dizer. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2021.

Orientadora: Dantielli Assumpção Garcia.

Defesa: 22 de fevereiro de 2021.

## RESUMO

Este estudo, diante dos pressupostos teóricos/metodológicos da Análise de Discurso, de linha francesa, derivada de Michel Pêcheux (1975), busca uma escuta no funcionamento discursivo da voz da escritora Conceição Evaristo, que retoma uma memória discursiva que perpassa desde os tempos coloniais até os dias atuais. Analisamos os deslocamentos de sentidos em torno das complexidades raciais materializadas pelas posições que Conceição Evaristo assume na enunciação por meio de entrevistas. Sendo assim, nosso *corpus* está formado por recortes de duas entrevistas selecionadas. A primeira encontramos no “Nexo Jornal” (2017), intitulada “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”. A segunda, no site “Brasil de fato” (2018), intitulada “Conceição Evaristo: ‘Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos’”. Nelas, de acordo com suas posições-sujeito, ao enunciar como mulher, mulher preta, escritora, professora, filósofa, discorre sobre a militância e o silenciamento de autores pretos e – foco da nossa pesquisa – também de escritoras pretas que, mesmo em condições controversas de deslegitimação de suas escritas, nas posições de escritoras, filósofas, pensadoras, foram construindo condições de resistência na insistência ao escrever. Neste ato político, temos um acontecimento na história marcado pelas *escrevivências*, um contradiscurso no qual vozes socialmente negligenciadas de autoria de mulheres pretas não são mais silenciadas; são colocadas e ouvidas pelos sujeitos leitores. Com isto, nosso objetivo é analisar as repercussões do dizer elaborado pelas posições-sujeito de Conceição Evaristo ao discutir, por meio das formações imaginárias e da memória, as noções de raça, classe e gênero, estruturantes das/nas relações sociais. Nesse sentido, refletimos também sobre a inserção e o percurso do discurso repetido por Conceição Evaristo, materializado nas entrevistas. Por fim, propomos uma leitura que busca perceber como Conceição Evaristo sustenta, em suas posições-sujeito de mulher, mulher preta, professora, escritora, um dizer representativo basilar para resistências ao imaginário coletivo socialmente dominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de discurso; Conceição Evaristo; Mulheres pretas; *Escrevivência*; Silenciamento.

ALBUQUERQUE, Karla Daniel Martins de Souza. **Conceição Evaristo**: from the racial imaginary to the circularity of her speech. 2021. 118 p. Dissertation (Masters in Language) - Western Paraná State University – UNIOESTE, Cascavel.

Advisor: Dantielli Assumpção Garcia.

Dissertation defense: February 22<sup>nd</sup>, 2021.

## ABSTRACT

This study, based on the theoretical/methodological assumptions of Discourse Analysis, from a French line, derived from Michel Pêcheux (1975), seeks to listen to the discursive functioning of the voice of the writer Conceição Evaristo, which pervades a discursive memory that runs through colonial times to the present days. We analyzed the displacement of meanings around the racial complexities materialized by the positions that Conceição Evaristo assumes in the enunciation through interviews. Therefore, our corpus consists of clippings from two selected interviews. The first is found in “Nexo Jornal” (2017), entitled “Conceição Evaristo: ‘my writing is contaminated by the black women condition’”. The second, on the website “Brasil de fato” (2018), entitled “Conceição Evaristo: ‘Don’t just read my biography. Read my texts’”. In them, according to her subject positions, when enunciating as a woman, black woman, writer, professor, philosopher, she discusses the militancy and the silencing of black authors and - focus of our research - also of black writers who, even under controversial conditions regarding the delegitimization of their writings, in the positions of writers, philosophers, thinkers, have been building conditions of resistance in their insistence on writing. In this political act, we have an event in history marked by registries (*escrevivência* according to the author), a counter-speech in which socially neglected voices by black women are no longer silenced; they are placed and heard by the reading subjects. With this, our objective is to analyze the repercussions of the saying elaborated by Conceição Evaristo's subject positions when discussing, through imaginary formations and memory, the notions of race, class and gender, which is structuring of/in social relations. In this sense, we also reflected on the insertion and path of the discourse repeated by Conceição Evaristo, materialized in the interviews. Finally, we propose a reading that seeks to understand how Conceição Evaristo sustains, in her subject positions of woman, black woman, professor, writer, a basic representative saying for resisting the socially dominant collective imagination.

**KEY-WORDS:** Discourse analysis; Conceição Evaristo; Black women; *Escrevivência*; Silence.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 UMA PROBLEMÁTICA RACIAL E A ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	22
<b>2 ECOS DA MEMÓRIA E A CONDIÇÃO HISTÓRICA DO RACISMO</b> .....	32
2.1 O MOVIMENTO NEGRO: “OS MEUS IGUAIS AS MINHAS IGUAIS” .....	46
2.2 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER” .....	51
<b>3 CONCEIÇÃO EVARISTO COMO MULHER PRETA</b> .....	56
3.1 MANIFESTO ESCRITO AO “ARRAIAL DA BRANQUITUDE” .....	77
3.2 CANÔNICA DA MARGEM – MARGEM CONTAMINANDO O CENTRO.....	82
<b>4 ESCRIVÊNCIA DA/NA DORORIDADE – NOSSO PRETUGUÊS</b> .....	87
4.1 O ESPELHO DE OXUM E IEMANJÁ: UMA OUTRA PERSPECTIVA DO “SE VER” NA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS DE TEXTO ABERTO</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108

## INTRODUÇÃO



Conceição Evaristo.

Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/27654985198874319/>

[...] Ao escrever a vida  
no tubo de ensaio da partida  
esmaecida nadando,  
há neste inútil movimento  
a engenhosa-esperança  
de lançar o tempo  
e afagar o eterno.  
(Conceição Evaristo, *Poemas da recordação e  
outros movimentos*)

A busca pelo reconhecimento de direitos faz com que, cada vez mais, a mulher preta levante sua voz<sup>1</sup> em protesto a opressões históricas nas relações sociais quanto ao seu gênero e também frente a uma abolição que acredita-se ainda inconclusa, diante de tantas urgências na vida dos sujeitos pretos e pretas da/na sociedade brasileira. Como resultado de sua resistência, ela tem se destacado em várias áreas: ciência, política, arte, entre outras. No entanto, ainda é estigmatizada socialmente devido à sua cor e origem. Por isso, é importante entendermos que o período de escravização encerrou somente em via de papel e que não foi por “bondade” da Monarquia brasileira. Para além dos contextos econômico e políticos, houve enfrentamentos que a população preta impôs à posição de escravizados. Lutas em que a preta e o preto praticaram a resistência ano após ano, até nos dias de hoje, vivendo na precariedade.

A assinatura da lei áurea não provocou reparação social, nem econômica ou condição básica para o “ex-escravizado” viver a sua “liberdade”, limitada inclusive na possibilidade de ir e vir. Trouxe, sim, uma permissão convencionada envolta de abandonos, pois os escravizados não foram pensados depois de libertos sob qualquer processo capitalista de desenvolvimento. Por meio de seu trabalho braçal de corpo, sem alma, os pretos e as pretas foram estagnados(as) como escora/escória da sociedade branca. Importante no funcionamento do imaginário foram os dizeres de cariz religioso que circundaram os corpos pretos e, por que não, a constituição de sujeito escravizado assujeitado por outros olhos. A

[...] ideologia predominante à época era do entendimento do trabalho nos trópicos como um sofrimento e uma punição divina aos “desalmados”. O trabalho era uma atividade disciplinadora e civilizatória aos “selvagens”. Os castigos e as punições eram práticas incentivadas para evitar a desobediência. As punições públicas buscavam, pelo medo, marcar e constituir exemplos pelo corpo marcado, assim como garantir e constituir autoridade. (BORGES, 2019, p. 59).

Sendo assim, o período de escravização<sup>2</sup> passa a ser um definidor de

---

<sup>1</sup> Tomamos como significação dessa “voz” que vai sendo colocada no decorrer de nosso texto o que nos explica Eni Orlandi (2007, p. 49): “[...] o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz.”

<sup>2</sup> Cento e trinta e três anos “[...] que distam do final da escravização de africanos, africanas e seus descendentes apresentam marcas fortes do período escravista. O acesso à educação é dificultado para uma parcela da população negra brasileira. A inserção no mundo da escrita está em processo. A presença da oralidade, característica da cultura de matriz africana, é pouco valorizada no país. Há

características racistas e estruturais da/pela sociedade brasileira que, nos dias atuais, segue reproduzindo mecanismos – de mentalidades escravocratas de elite, portanto de relações de poder – naturalizados em formas de morte que se dissemina e extrapola os limites simbólicos para aqueles e aquelas cuja cor da pele é preta. Assim, o Brasil torna-se um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2010, p. 22) onde os experimentos são feitos pelos estímulos da negação, abstenção e rejeição a direitos, colocando a população preta em lugares de vulnerabilidade, com certidão de óbito levemente já carimbada. A resposta a tanto influxo, a essa opressão englobando classe, raça e gênero, depois de algum tempo, foi a resistência circundada, por exemplo, na união em Quilombos e Movimentos Negros que hoje colhem-se um pouco dessa “conscientização”.

Porém, ainda hoje, a sobrevivência preta dá-se contra políticas de extermínio conduzidas pelo Estado – estatísticas mostram que a população mais pobre é também a mais preta – na busca pelo que comer, pelo atendimento básico à saúde, ao correr da bala que encontra somente um corpo com uma cor específica – morre um(a) jovem preto(a) a cada vinte minutos. Além disso, o ato de um preto correr também produz sentidos prontos e acabados pela sociedade, relacionando no seu imaginário como um “gesto de fuga”, correndo um preto é um bandido em potencial.

No decorrer do texto, utilizar-se-á o termo “mulher preta” pelas significações que a palavra “preta(o)” concerne empiricamente ao nosso entendimento. O termo é de responsabilidade nossa, por questões de identificação e organização interna/subjetiva, mesmo estando a par da problemática que questiona a significação de tal conceito.

Importante ressaltar que não há um consenso no emprego dos termos preta(o)/negra(o), sendo estes sutis, variando somente quanto ao que se refere e não à forma. Estamos, assim, diante de uma questão que extrapola a questão léxica em ressignificação. Para complementar os sentidos expostos, aventamos também o dizer de que “nem todo negro é preto”. Ser preto, nesta elocução, pode-se entender, então, como uma “identificação racial coletiva”.

Hampton (apud RIBEIRO, 2018) ainda explica que “[...] o potencial existe e

---

dificuldade de patrocínio para a publicação das obras produzidas pelas mulheres negras brasileiras. Milhões de mulheres negras brasileiras estão distantes das formas modernas de comunicação. Não têm acesso ao telefone convencional, celular, fax, computador, Internet, intranet... que lhes possibilitem uma comunicação imediata com o mundo.” (FONTOURA, 2004, p. 02).

nós que somos pretos, estaremos lutando para que todos os negros sejam de fato vistos como sujeitos, numa sociedade que ainda nos vê como alvo.”

Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidades de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor [...] descendente de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor de sua pele. (NASCIMENTO, 2016, p. 48).

Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, teóricos da negritude, em seus inscritos, ressignificaram o uso do termo negro que, em geral, é o mais dito. Sendo assim, o termo negro cunhado pelo branco deixa de ter sentido depreciativo e ganha força a cada investida de “nova” significação quando pretas e pretos assumem a negritude. Termos como “de cor”, “negro claro/escuro”, “moreno claro/escuro”, “pretinho”, “mulata”, “da cor do pecado”, “negão”, “neguinha”, “nego”, “suas/tuas negas”, “suas/tuas pretas” e outros, carregam sentidos constituintes do/no social que refletem uma memória arraigada no racismo estrutural.

Retornando à questão da mulher preta, foco desta dissertação, Maria da Conceição Evaristo, mulher – corpo – preta, nesse período de possibilidades mais aguçadas de discussões e movimentações – sociais, intelectuais, midiáticas – que por diferentes acontecimentos, na maioria em protestos, vêm impulsionando formas outras de pensar as relações raciais no Brasil, tem seu lugar de enunciação marcado pela cor da pele e por ser uma das escritoras pretas mais reclamadas para discutir, representar e expor sua obra na atualidade. Discute, entre outros temas, no âmbito de conceitos como “literatura afro-brasileira”, “literatura negra”<sup>3</sup> e “literatura negro-brasileira”, a qual nesse texto será utilizada.

Para Luiz Silva (2018), o Cuti, em entrevista ao *Literafro*, da TV UFMG, não seria correto falar de uma “outra literatura”, pois estamos tratando de literatura brasileira. Não devemos abstrair a literatura negro-brasileira da nacionalidade. Dentro

---

<sup>3</sup> “No Brasil, a partir da década de 1970, iniciou-se um debate sobre como denominar a literatura caracterizada pela emergência de um eu enunciador que se assume como negro, identificando-se com a preservação do patrimônio cultural de origem africana. Foi a partir dessa época que se passou a adotar o termo literatura negra. O século XXI trouxe a consolidação do uso dos termos *afro-brasileiro* e *afrodescendente* (do inglês *afro-descendent*), visto que o termo ‘negro’ poderia indicar a epidermização do conceito, isto é, a definição de uma expressão artística pela cor da pele dos autores”. (BERND, 2011, p. 20-21). Há divergências nas terminologias e/ou expressões, de acordo com a época, que hoje são tomadas como sinônimas. Adotaremos “literatura negro-brasileira” no que se refere à produção literária do povo negro/população negra em geral.

desse contexto, o(a) autor(a) negro(a) constrói literatura de raiz histórica, social e cultural, porque a população preta está no Brasil “desde sempre”. Ela não é nunca foi um segmento fora da sociedade e da cultura, pois as constitui substancialmente.

Utilizar a expressão “literatura negro-brasileira” deve-se, para Cuti, à existência anterior do termo “literatura negra” para designar a literatura de horror, de terror. Por outro lado, os estudos sociológicos e antropológicos enfatizavam a palavra “negro” como decorrente da noção de “afro-brasileiro” advinda de uma tradição intelectual que tem Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), como um de seus principais expoentes. Cuti ainda lembra que, no primeiro Congresso Afro-Brasileiro (1934), realizado no Recife, a presença de intelectuais pretos foi irrisória e o homenageado era Nina Rodrigues, grande defensor do racismo científico vindo da Europa.

Já em 1950, acontece no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, no qual um dos propósitos principais foi questionar os congressos afro-brasileiros anteriores que enfatizavam meramente aspectos culturais. Vem da tradição de pensadores pretos contrários ao racismo científico, exposto nos anais do primeiro congresso citado, a opção de Cuti pelas vertentes intelectuais que o ajudaram a moldar o conceito de “literatura negro-brasileira”.

Ainda sobre essa reflexão, a produção literária preta deixa de lado a cultura dominante em que os pretos e as pretas são personagens secundários ou excluídos e passam, assim, a ter uma narratividade dentro de suas realidades. Sobre a produção literária tardia, principalmente das escritoras pretas, Conceição Evaristo, em consonância a essa tensão, explica o seguinte:

Em se tratando de mulheres negras, não se cabe no imaginário brasileiro que possam produzir literatura ou serem intelectuais, produtoras do saber, [...] Ainda existe um imaginário ou uma preferência de que brancos digam alguma coisa sobre nós. O branco pode estudar as suas pesquisas próprias a partir de sua realidade e ainda pode fazer a pesquisa em relação à realidade do outro, podem falar sobre brancos, sobre negros, sobre indígenas, podem falar todas as formas de exclusão porque essa competência deles é reconhecida. É muito recente essa afirmação nossa no sentido de termos possibilidades de escolhermos as nossas realidades como objeto de nossos estudos, mas hoje já há uma massa crítica a nosso respeito produzida por nós mesmos. Temos não só essa possibilidade como também essa exigência. E isso, de certa forma, também tem colocado outros pesquisadores brancos procurando ler nossas teorias e nossas próprias críticas, para poderem ter mais competência de lidar e compreender o material que colocamos como objeto de pesquisa.

(apud ILHÉU, 2018, s. n.).

Mesmo em condições controversas de deslegitimação da escrita preta como um todo, as mulheres pretas na posição de escritoras, filósofas, pensadoras foram construindo condições de resistência ao escrever. Apesar de Maria Firmina dos Reis, mulher preta, ter publicado seu romance *Úrsula* em 1859, as demais mulheres escritoras pretas chegarão muito mais tarde. Mas chegaram.

Ao perceberem que não despertavam o interesse geral editorial, fizeram o legado “por” eles(elas) mesmos(as), pois “[...] qualquer conquista dos povos dominados ou subalternizados, mesmo que pareça vir de cima para baixo, não vem. É fruto de longa data, várias ações” (EVARISTO, 2017, s. n.) de prática coletiva. A escritora ainda afirma que, quando começou a publicar, havia somente uma editora voltada para o público preto, a Mazza, e que hoje a geração mais nova consegue publicar e ganhar visibilidade de formas alternativas.

Entendemos que as mulheres pretas, em geral, e as escritoras, em particular, são consideradas sujeitos que, apesar das críticas literárias – muitas vezes favoráveis em relação à figura-chave para este estudo –, sofrem relutância na aceitabilidade de suas vozes nos meios sociais, ideologicamente marcados pelo predomínio da expectativa do “branqueamento” e da predominância masculina, dos “sujeitos universais” sendo eles mesmos a própria permissão para discursar sobre infintos assuntos projetados e retomados no imaginário social.

Para ajudar-nos a discutir parte desse contexto, o aporte teórico do presente estudo é a Análise de Discurso Francesa derivada de Michel Pêcheux que propõe a análise das condições de possibilidades do discurso aberto ao possível da significação. Buscamos aí conceitos que nos permitirão entender os processos discursivos que são articulados com a história, principalmente para tornar os vários sentidos interpretativos dos discursos possíveis, já que são formados, indiscutivelmente, pela união entre sujeito, língua, história e ideologia.

A partir desses pressupostos, analisamos os deslocamentos de sentidos em torno das denúncias materializadas nas posições que Conceição Evaristo assume na enunciação por meio de entrevistas. Elas contribuem para o funcionamento dos processos de constituição do sujeito do discurso interpelado pela ideologia e isso nos leva a afirmar que “[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, o indivíduo é interpelado em sujeito pela

ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2007, p. 46).

Diante deste gesto analítico, e para os estudos da Análise de Discurso, a interpelação ideológica nos permite entender os processos de identificação que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na história, (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64), podendo aí haver deslocamentos de significações confirmando, assim, o assujeitamento do sujeito. A partir do exposto, Mussalim (2001, p. 134) cauciona que “[...] o sujeito não é senhor de sua vontade; ou temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica discursiva, ou temos um sujeito submetido à sua própria natureza inconsciente.” Por ser um sujeito do inconsciente, esse não pode se apresentar de forma sabida, “[...] o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.” (HENRY, 2013, p.182-183).

Os gestos analíticos das entrevistas buscam interesse na circulação de dizeres da escritora antes e depois de sua indicação para a Academia Brasileira de Letras, em 2018. Percebemos uma regularidade, travada pela escritora em suas entrevistas, da/na exaltação da mulher preta no convívio social, uma vez que é discursivizada por representar as várias vozes, isto é, “[...] trata-se de pensar a articulação entre os processos de subjetivação e as formas históricas de enunciação política, para melhor compreender a relação entre o discurso, a prática política e a constituição de novos sujeitos/movimentos sociais” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

Tal regularidade, que é o discurso social, nos trouxe como *corpus* duas entrevistas selecionadas. A primeira encontramos no “Nexo Jornal” (2017), intitulada “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”. A outra no site “Brasil de fato” (2018), intitulada “Conceição Evaristo: ‘Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos’”. Nelas, de acordo com suas posições-sujeito, configura-se essa movimentação discursiva na interlocução, podendo assumir inúmeras posições diante da trama do discurso que, por sua vez, também não é individual. Courtine (2014, p. 88) nos explica que entre o sujeito que enuncia e o sujeito do saber de uma formação discursiva, existe, portanto, “[...] uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso”. Sendo assim, temos a voz de Conceição Evaristo ecoada nos meandros dos nossos gestos de análises – nas posições de mulher, mulher preta, escritora preta consagrada por seus escritos da *escrevivência*, na posição de militância, periférica,

de professora e filósofa – em discursos de/das conquistas históricas, discursivizando o preconceito a autores(as) e pretos(as). Sua voz/dizeres possibilitou-nos, portanto, materialidades discursivas para gestos de interpretação que são, “[...] para nós, um momento privilegiado: o da relação com a materialidade da língua, com a história, com o ‘real’ e do imaginário, em síntese, o momento da identificação” (GUILHAUMOU, 2016, p. 122).

Trata-se de dois jornais alternativos representantes do que podemos chamar de “fora da grande mídia”, por apresentarem possibilidades outras de leitura para o já dito, desestabilizando, por via da resistência, discursos de/do poder ao confrontar o jornalismo maquiado, de mão única, indutor de uma interpretação exclusiva: o “jornal do centro”. Sugerem, ao contrário, reconhecimento e aproximação com nosso estudo, ao pensar que estamos trazendo à baila rupturas, deslizamentos e representações que circulam sentidos outros endossados pela resistência.

As análises desta proposição orientam as seguintes perguntas: Como se materializa o discurso de Conceição Evaristo ao enunciar “em nome de” nas entrevistas? Como o termo *escrivência*, elaborado pela escritora brasileira, é apresentado nas entrevistas? Como a memória discursiva permeia o lugar de enunciação da escritora, sustentando o seu dizer? O que fora silenciado, mas que ao mesmo tempo sustenta os dizeres de Conceição Evaristo dentro da formação discursiva que se filia?

O *corpus* discursivo está, nesta direção, composto por recortes das entrevistas para mobilização dos gestos de análise referentes às complexidades raciais nas formações imaginárias, a partir dos dizeres elaborados pela escritora Conceição Evaristo que discorre sobre temas de raça/cor, gênero e classe. Partimos da ideia de que “[...] recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva.” (ORLANDI, 1984, p. 14).

Com isto, temos como objetivo geral analisar as repercussões do dizer elaborado pelas posições-sujeito da escritora preta Conceição Evaristo ao discutir, por meio das formações imaginárias e memória, os conceitos de raça, classe e gênero estruturantes das/nas relações sociais. Concordamos com o pressuposto de que “[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.” (ORLANDI, 2007, p. 30).

Buscamos, também, refletir sobre o percurso do discurso repetido por Conceição Evaristo, materializado nas entrevistas, bem como a sua voz inserida neste veículo de cunho jornalístico. Por fim, propomos uma leitura que busca perceber como Conceição Evaristo sustenta, por meio de suas posições-sujeito, um dizer representativo basilar para resistências ao imaginário coletivo socialmente dominante.

Para alcançar nosso intento, dividimos o presente texto em quatro capítulos.

O primeiro consiste nos fundamentos teóricos/metodológicos da Análise de Discurso, de linha francesa, derivada de Michel Pêcheux (1975) e difundida no Brasil por nomes como Eni P. Orlandi (2007), que têm como materialidade o discurso, seu objeto próprio, e os prováveis sentidos que assume, considerando o sujeito, a história, a ideologia e o contexto social no qual está inserido. Por meio deste dispositivo analítico, serão apresentados pressupostos teórico/metodológicos que possibilitarão entender os recortes propostos e suas condições de produção, tais como: Formação Ideológica, Formação Imaginária, Formação Discursiva, Memória Discursiva, Interdiscurso e silenciamento, articulados com os processos discursivos do discurso racializado determinados por uma memória que não mais consegue contornar os efeitos de raça que estão circulando e que, ao se movimentarem, produzem efeitos de sentidos de produção que demandam certa urgência de escuta. (MODESTO, 2020, s. n.).

Para sustentar os nossos gestos analíticos, o segundo capítulo evoca a condição histórica do racismo, a partir de uma perspectiva de construção/retomada por meio da Memória Discursiva. A escritora Conceição Evaristo, em sua exposição, pautada em narrar a trajetória, principalmente de mulheres pretas, preservada na memória discursiva, revela-nos a cada palavra e ação a ancestralidade e o percurso históricos de um grupo. É possível identificar na voz da escritora a atualidade de como um sujeito representativo se reafirma a cada dia numa busca de “renovação de mentalidades”. Ela questiona como a forma estrutural do racismo brasileiro foi construída dentro dessa complexa intersecção entre as questões raciais, de gênero e de classe, estruturando-se nas relações sociais, e convida-nos a uma preparação, também estrutural, de uma “nova” identidade cultural preta filiando seus corpos a de seres humanos, dignos, principalmente, de vida. Essa façanha tem acontecido por meio da literatura negro-brasileira e em debates disseminados pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres Negras, na busca de conceitos em construção que, ao serem problematizados, estão inseridos em um contexto das vivências das pretas

e dos pretos. Para pensarmos essas questões, mobilizamos nesse capítulo os conceitos de historicidade e memória, pois “[...] não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória” (INDURSKY, 2011, p. 86).

No terceiro capítulo, apresentamos a escritora mineira Conceição Evaristo. Ela vem traçando, mediante suas posições-sujeito, caminho importante como porta-voz e lugar de enunciação de uma literatura negro-brasileira de autoria feminina e preta, marcando a contemporaneidade através da sua escrita e discurso que visam aos silenciados, praticamente invisíveis, a população preta, e, em particular, as mulheres pretas.

O conceito e neologismo *escrevivência*, da escritora Conceição Evaristo, é apresentado no quarto e último capítulo como autorrepresentação, movimentação linguística, pertencimento de lugar, espaço de identificação subjetiva num batimento de efeitos de sentido os quais, segundo Orlandi (2017, p. 19), aparecem como necessidade de “[...] desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler outras palavras naquelas palavras.” Um contradiscurso no qual vozes socialmente negligenciadas das mulheres pretas não são mais silenciadas; são colocadas e ouvidas pela literatura que propõe a escritora Conceição Evaristo e o seu dizer/voz em suas entrevistas. Por fim, apresentamos as *escrevivências* nessa movimentação ideológica no imaginário social, uma produção literária como materialidade significativa em que o preto e a preta se encontram e podem se “enxergar” pelo “espelho de Oxum”. Uma condição de produção de identificação surge em um processo de subjetividade negado pelo branqueamento<sup>4</sup> histórico/estrutural da sociedade brasileira.

Em todos os capítulos, buscaremos considerar a historicidade uma vez que é inerente aos sentidos, pois perpassa todos os gestos analíticos apresentados, extrapolando o texto, ao refletir as condições de produção que ela projeta.

---

<sup>4</sup> Luiz Antonio Simas (2014), sobre o branqueamento físico, menciona a postura de Silvio Romero (1851-1914) para quem o Estado brasileiro deveria incentivar casamentos entre brancas e negros, negras e brancos, brancos e índias, índios e brancas. A tese de Romero era que o branco europeu era biologicamente superior e, por isso, através das gerações iria “limpando a raça” ao ponto de, no ano 2000, não haver mais traços negroides e indígenas na população brasileira. Quanto ao branqueamento cultural, seu processo se fundamenta na Lei de Vadiagem (1891) que criminalizou todas as formas de manifestação cultural de descendentes de escravizados no Brasil: a capoeira, os batuques de macumba, o samba, a pernada. Ainda continua: “raça não existe!”. Biologicamente, continua o historiador, eu sei que não existe e há muitos acadêmicos que sabem; “o problema é você convencer a polícia disso.” Na hora da “batida [...], eu nunca fui abordado. Então ali você reconhece exatamente a experiência social da questão da raça.”

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discursivo, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. (ORLANDI, 2007, p. 68).

Propomos, então, “[...] mostrar como o dispositivo teórico e analítico da Análise do Discurso produz um deslocamento no olhar leitor e trabalha a interpretação enquanto exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco e à ideologia), na sua relação com o simbólico.” (ORLANDI, 2017, p. 23). Assim, temos uma linguagem cujo sentido não é regular, que não é transparente, tampouco pronta, fechada e acabada.

Pretendemos aqui, portanto, abrir espaço para a alteridade ao se marcar também pela incompletude do sentido outro, do “novo”, levando em consideração “[...] que esse espaço do outro dizer também é consequência da interpelação ideológica, da condição de ser sujeito na ambiguidade: sujeito inscrito no simbólico, em sua relação entre língua e ideologia, como afirma a Análise de Discurso a que nos filiamos” (DELA-SILVA, 2015, p. 209), ao justificar-se no não fechamento dos sentidos circundado por um sujeito que “vive a vaguear” sem rumo nem prumo.

Por fim, “[...] é pensar a relação entre um dizer e suas rupturas funcionando simultaneamente, pensando assim a possibilidade do resistir como o espaço do dizer outro, como o sentido que se move, ainda que em uma fração de segundos, por causa e apesar da interpelação ideológica” (DELA-SILVA, 2015, p. 209). Acreditamos que essa escrita seja de ruptura, ao deparar-se com as fissuras do discurso hegemônico eurocentrado, caracterizando-se como prática de resistência. É por aberturas/brechas discursivas que nosso gesto de escrita se junta e segue em luta, contando com práticas de sujeitos pretos/pretas que tentam deteriorar o racismo, o machismo, o patriarcado, o sexíssimo e tantas maneiras outras de opressões, resistindo às violências, ao apagamento e ao silenciamento.

# 1 UMA PROBLEMÁTICA RACIAL E A ANÁLISE DE DISCURSO



A mulher virtuosa, 2017, Harmonia Rosales.

Disponível em: [https://www.instagram.com/p/BZOoHvZgLf/?utm\\_source=ig\\_embed](https://www.instagram.com/p/BZOoHvZgLf/?utm_source=ig_embed)

[...] Todas as manhãs junto ao nascente dia  
ouço a minha voz-banzo,  
âncora dos navios de nossa memória.  
E acredito, acredito sim  
que os nossos sonhos protegidos  
pelos lençóis da noite  
ao se abrirem um a um  
no varal de um novo tempo  
escorrem as nossas lágrimas  
fertilizando toda a terra  
onde negras sementes resistem  
reamanhecendo esperanças em nós.  
(Conceição Evaristo, *Poemas da recordação  
e outros movimentos*).

Em 1969, na França, Michel Pêcheux lança bases para uma análise automática do discurso. Como o iniciador da Escola Francesa de Análise de Discurso, propõe assim a análise das condições de possibilidades do discurso e/ou pressupostos que permitem entender os processos discursivos que são articulados com a história. A Análise de Discurso articula-se a três regiões do conhecimento, a Psicanálise (descoberta do Inconsciente em Freud), a Linguística (pelo conceito de Funcionamento) e o Marxismo (conceito de Ideologia), deslizando seus sentidos, pois

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2007, p. 20).

O discurso é o ponto de partida dessa interlocução, sendo que na “[...] língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que funciona no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).” (ORLANDI, 2007, p. 38). Mais que uma colagem, a memória é uma “[...] montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 122).

Ao pensarmos nessa elocução por meio do/no funcionamento discursivo da voz da escritora Conceição Evaristo, temos uma escuta alhures, que retoma a todo momento uma memória que perpassa desde os tempos coloniais até os dias atuais. São sustentadas pela formação imaginária dominante que arma uma ilusão nébula de que em nosso país exista uma igualdade racial.

Porém, é por meio do contexto histórico apoiado pela memória discursiva que podemos pensar que esse “tempo desjuntado” para os sujeitos pretos e pretas marcam uma historicidade de negação e silenciamentos, acorrentados a uma linha do tempo de falsa democracia racial que toma a “raça” para sustentar a negação de direitos e garante aos corpos pretos olhares desconhecidos de si e também do outro. Ou seja, dirá Michel Pêcheux que a memória evocada

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas

seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramento, réplica, polêmicas e contra-discursos. (PÉCHEUX, 1999, p. 56).

Muito importante para o gesto de leitura da materialidade proposta em nosso estudo é teorizar e discutir a Memória Discursiva que se apresenta decisiva ao sustentar a análise na produção de condições necessárias para o funcionamento discursivo. Nesse sentido, segundo Orlandi (2007, p. 54),

A memória discursiva sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem [sic], dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos.

Ao se constituir e produzir sentidos, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Naquilo que é repetido visam ao novo, ao possível, ao diferente, “[...] é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória [...], provocando interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira” (PÉCHEUX, 1999, p. 52). Ou seja, há deslize de algo novo, rompendo o círculo de repetições.

Em outras palavras, “[...] a rede de memória funciona, [...] como pano de fundo, possibilitando que se perceba que houve um distanciamento em relação aos sentidos pré-construídos, e que esse recuo possibilitou a instauração de novos sentidos” (INDURSKY, 2011, p. 80), sendo o apagamento também constituinte “[...] para que o sujeito se estabeleça um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retomam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem.” (ORLANDI, 2007, p. 54).

Ainda em seu processo, interessa também à Análise do Discurso o sujeito que se posiciona ao simbolizar por meio da linguagem porque “[...] ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 49). O discurso não é somente um meio de

comunicação que deriva o pensamento e a fala, mas apresenta-se e consiste nas posições, nas imagens que os interlocutores têm de si, dos outros, valendo-se do contexto sócio-histórico-ideológico no qual esses sujeitos estão inseridos, “[...] o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. (ORLANDI, 2007, p. 38).

O imaginário nos encaminha à afirmação de Pêcheux (1997, p. 77) de que “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, sendo estas definidas pelo autor como “[...] as circunstâncias de um discurso”. (PÊCHEUX, 1997, p. 75). Dentre tais circunstâncias, Pêcheux (1997, p. 82) destaca as Formações Imaginárias: o que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

Ressaltamos que tudo o que o sujeito diz é a partir de uma Formação Discursiva e é ela que configura o processo de constituição dos efeitos de sentido e sua relação com a ideologia, sendo esta um mecanismo de naturalização capaz de dissimular os efeitos de sentidos fazendo-os comparecerem como óbvios e acertados.

Em outras palavras, não é “[...] um ‘defeito’ dos que não tem consciência, ela (ideologia) é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem. Pelo mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito” (ORLANDI, 1998, p. 12). Isso sugere sentidos evidentes e únicos, uma vez que somos tapeados pela lucidez daquilo que falamos.

Segundo Althusser (1974, p. 81),

[...] não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os homens se representam na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhe é representada na ideologia. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real.

O funcionamento do ideológico torna-se evidente ao justificar e significar o corpo da preta e do preto, pela construção histórica, como negativo e as memórias repetidas da época da escravização ajudam diretamente na reprodução de sentidos, pois aquele corpo continua sendo sem valor no social. São as pessoas que estão nas filas dos hospitais, em situação de abandono nas ruas, nas lotações dos ônibus, as empregadas domésticas: “[...] mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver

televisão.” (GONZALEZ, 1984, p. 226). Digamos que a extensão dessas significações é carregada negativamente no imaginário social, sendo motivo de exclusão, mal tratamento que já é deparado na cor da pele<sup>5</sup> – principalmente se forem retintos/retintas=objetos amedrontadores – pelo Black Power<sup>6</sup>, pelo turbante<sup>7</sup>, pelas vestimentas brancas usadas nas sextas-feiras, pela religião<sup>8</sup> e não acaba aqui.

A ideologia não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. (ORLANDI, 1998, p. 11-12).

Podemos dizer que não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Complementar à ideia, a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 1974), portanto, os sujeitos são atravessados/afetados ideologicamente. E isso reflete nos sujeitos ao se fixarem em uma posição produzindo sentidos filiados às formações ideológicas nas mais distintas formações discursivas. Mussalim (2001, p. 125) explica que “[...] como uma Formação Ideológica coloca em relação necessariamente mais de uma força ideológica, uma Formação Discursiva sempre colocará em jogo mais de um discurso”. Para Pêcheux (2014, p. 146-147),

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação *discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma

<sup>5</sup> “Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da eleição: ‘Cara de favelada’.” (BONORA, 2020, s. n.).

<sup>6</sup> “O bailarino Allan Bastos, que participa da comissão de frente da Mangueira no Carnaval, foi alvo de racismo por causa de seu cabelo *black power*.” (DO UOL, 2020, s. n.).

<sup>7</sup> “‘Me senti extremamente violada’, diz jovem que teve turbante arrancado em festa de formatura em MG.” (ALEIXO, 2017, s. n.).

<sup>8</sup> “Mulher acusa empresa de demiti-la por ‘ser macumbeira além de negra’.” (RODRIGO, 2020, s. n.).

exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147).

A Formação Ideológica “[...] constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX et al, 1997, p. 166), ao determinar as Formações Discursivas imbricadas à Formação Imaginária onde estão os sentidos controladores do que se pode ou não ser dito a partir de uma posição e de um acontecimento. Orlandi (2007, p. 43) destaca que “[...] tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.”

É assim que as palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam, retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2007, p. 36).

As palavras não têm sentido único e esse sentido, por sua vez, não é transparente. Por isso, devemos analisar as condições de produção, as relações imaginárias do discurso dentro desses acúmulos das/pelas relações sociais, resultado das várias posições assumidas/ocupadas pelo sujeito dentro dessas co-relações discursivas.

Com isso, as bases do nosso referencial teórico relacionadas à Análise de Discurso encaminham-nos à compreensão da produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens constituídas pela ideologia e pela historicidade, pois “[...] ela não separa o enunciado nem da sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura visando permitir uma interpretação.” (MAZIÈRE, 2007, p. 13).

A nossa proposta de análise, trazendo os dizeres das posições-sujeito de Conceição Evaristo como mulher, mulher preta, periférica, escritora, filósofa, professora e espectadora/divulgadora, provoca uma rasura nas perspectivas binárias de gênero e raça. Entre “[...] as brechas das armaduras que constroem os binarismos de morte como sistemas e estruturas que deveriam ser fixas, sem possibilidade de reinscrição de si no muro invisível e ao mesmo tempo tangível do que nos torna

humanos” (SOUZA; JOVINO; MUNIZ, 2018, p. 03), tais perspectivas buscam, por meio da reexistência, desestabilizar as práticas racistas validadas no/pelo social. Falaremos mais sobre isso no subcapítulo “A gente combinamos de não morrer”.

A proposta aqui, portanto, é pensar na voz/dizeres de Conceição Evaristo nas posições de escritora e filósofa e também no engendramento desses discursos que produzem efeitos de racialidade, marcados por regularidades de efeitos de raça/racismo. São corpos de pretas e pretos discursivizados por processos históricos de silenciamentos que, segundo Cestari (2015, p. 245), está

[...] atrelado à política da invisibilização: por interditar ou dificultar o acesso dos sujeitos racializados a determinadas posições na divisão social da enunciação ou por levar ao não dizer sobre as desigualdades raciais ao mesmo tempo em que é constitutivo dos discursos da democracia racial, da desigualdade social como explicação exclusiva da desigualdade racial, do mérito, da diversidade cultural, entre outros, nos quais pessoas negras são representados pela repetição do imaginário dominante. Assim como o silêncio, a invisibilidade significa. O processo de invisibilização do sujeito é pensado como repetição de determinadas imagens acompanhada de interdição a determinadas representações, ao invés de não representação. (CESTARI, 2015, p. 245).

As entrevistas de Conceição Evaristo – pensando no funcionamento da memória discursiva, nas condições de produção dos silenciamentos e invisibilizações que os sujeitos preta e preto foram acometidos pelo funcionamento discursivo, dos efeitos de sentido raciais e do racismo que atribuíram imagens negativas a esses sujeitos agenciando tensões raciais – são suporte de análise imprescindível que demanda uma escuta urgente, um gesto analítico que

[...] pela análise de discurso sustenta-se no descentramento do sujeito, buscando entender sua relação com a história, com o político e com a ideologia, não se tratando, dessa forma, em entender o sujeito numa posição de pleno “empoderamento” de modo que escutá-lo requeresse buscar o que ele quis dizer, suas intenções e entrelinhas de sua fala. (MODESTO, 2018, p. 21).

Portanto, pensamos em um estudo que se inscreve como decolonial no sentido em que entrelaça as “[...] forças e vozes transgressoras que vão partir das margens do mundo moderno/colonial, habitadas pelos subalternizados, colonizados, explorados e oprimidos que irão tentar abrir gretas e fendas na colonialidade do poder” (CADILHE; LEROY, 2020, p. 256). A transgressão acontecerá, ainda conforme os

autores, na mesma página, pelo desnivelamento do *status quo* “dominante e opressor”, pelos deslocamentos e ressignificações do dito, colocado, posto, e evidente do sentido único, moldando-o em lugares outros que também demandam constantes atualizações. É preciso ousar “desescravizar” o pensamento e “desaprender para aprender novamente”. Michel Pêcheux (2015, p. 53) dirá que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro.”

O lugar, pois, que esta pesquisa se situa é o de olhares outros, de uma narrativa materialista que interroga e denuncia os lugares de poder e de saberes que ditam ao serem complementação ou pano de fundo de histórias silenciadas, apagadas, de subjetividades conflituosas e saberes subalternizados. Estamos falando da preta e do preto escravizados ontem e hoje, por um reflexo de/das políticas de Estado, excludentes e racistas, falho e de políticas públicas que não escondem o preconceito. Aqui é espaço de (re)construção e (res)tituição. As diferentes vozes nesse espaço discursivo podem circular sem precisarem servir.

Partimos do olhar de um acontecimento histórico/discursivo, o racismo, na premissa de questionarmos que a escravização<sup>9</sup>, por intermédio a tantos assédios racistas textualizados em diferentes materialidades significantes, não fora abolida ainda. A racionalização sobre tal termo nos coloca defronte a evidências que precisam ser narradas discursivamente, pois ela

[...] cria diferentes tipos de identidade que terão diferentes valores em uma sociedade. Se a racionalização de pessoas de origem africana como negras designa um lugar de subordinação, a racionalização de pessoas de origem europeia como as brancas indica uma forma de identidade que goza de status privilegiado. (MOREIRA, 2019, p. 54).

Sendo assim, a afirmação de lugar do preto na sociedade, acometido pelos efeitos de sentido dessa racionalização como produto de processos que teceram/tecem sentidos negativos pelo viés de processos ideológicos, interpela

---

<sup>9</sup> Utilizaremos em nossos gestos analíticos as expressões “escravizado” e “escravização”. Explicamos. Uma vez que, para nosso entendimento, homens pretos e mulheres pretas foram trazidos à força para este país de forma criminal, suas liberdades foram arrancadas, e em formato de animais embalados em navios, jogados para “eterna servidão”. O termo “escravo” sugere ser parte conivente a tantas desumanizações, porque foi termo naturalizado no nosso imaginário e disseminado nos diversos discursos quando sugerido como representação simbólica de uma época. Sendo assim, escravo-corporo-mercadoria que tem um dono condicionando-o à submissão. Já a carga semântica da palavra “escravizado” sugere o “novo”, denúncia de um sujeito que sofreu uma ação arbitrária de poder e abuso de forças.

subjetivamente a população preta e o pensamento racista presentes no imaginário social. A regularidade textualizada que se repete em dizeres racistas, muitos deles “comprovados” por cunho cientificista<sup>10</sup>, marcando o corpo preto como imprestável, já vem sendo questionado, portanto, uma conquista em discurso.

Por meio dos aspectos negativos do discurso dominante, estipulou-se uma hierarquia de raças. Contra ela, para Mariana Cestari (2015, p. 175-176),

[...] a afirmação da identidade negra se faz na positivação do que foi significado como negativo pelos discursos dominantes. A homogeneização das características racializadas de um coletivo desde a posição dominante é mobilizada diferentemente desde posições da resistência, que questionam os sentidos negativos e violentadores da humanidade dos diversos povos africanos reunidos como negros e acionam a história compartilhada de opressão e exploração histórica bem como as lutas de resistência e revolta para a identidade política coletiva.

Na direção do que ensina Aimé Césaire (2010), criaram o negro e nós criamos a negritude que, “assumindo a noção de raça, para desmitificá-la, visa derrotar o racismo. A *Negritude* é a exigência ontológica do Ser Humano que fora transformado em ‘negro-animal’, ‘negro-vegetal’, ‘negro-coisa’, ‘negro-sujeira’, ‘negro-fealdade’, ‘negro-sem-história’ e, naturalmente, ‘negro-sem-porvir’.” (CÉSAIRE, 2010, p. 19). Portanto, a negritude, em linhas gerais, surge como movimento de resistência ao tentar desmistificar a noção de raça e acabar com o racismo, visando atos que caracterizam toda e qualquer ação, na possibilidade de embates em resposta aos valores intelectuais que sugerem que as práticas sociais sejam somente validadas pelo prisma da intelectualidade de notoriedade branca europeia.

Buscamos em nosso estudo questionar as evidências do pensamento estrutural racista, ao criar aqui um espaço de escuta dessas vozes circulares que clamam por um espaço no social restituidor da brutalidade e desumanização das(os) preta(os), não como justiça – uma vez que injustiça perpassa a história independente

---

<sup>10</sup> “Uns a querem por sentimentalismo, outros por utilidade; estamos entre esses últimos. O escravo é mal trabalhador; sua produção é muito cara, de má qualidade e pouco abundante. Tudo isso é hoje em dia demonstrado por vários estudos precisos que não podemos aqui resumir e a inferioridade do negro em relação ao homem livre não é negada por mais ninguém”. Produções científicas a partir desses termos foram fundamentais para a disseminação do racismo no Brasil. Algumas delas tiveram ênfase na palestra “Zoológicos humanos? Exibições antropológicas dos séculos XIX e XX”, no contexto de um tratamento sobre o racismo científico, proferida pela doutora em Biologia pela Universidad Autónoma de Madrid, Juanma Sánchez Arteaga (Ihac-Ufba), no primeiro Café Científico Salvador de 2014, realizado na Biblioteca dos Barris.” (CONCEIÇÃO, 2014, s. n.).

de raça, gênero e classe e se reproduz no imaginário social – mas como reparação, de uma ausência pela presença que falta. “O material fala primeiro, porque o social grita demandando escuta.” (MODESTO, 2018, p. 17). E nessa insistência do dizer da escritora Conceição Evaristo e de tantas outras mulheres pretas vemos uma importância política que fora definindo por silenciamentos.

Tais respaldos teóricos são imprescindíveis para compreender o funcionamento discursivo na produção de sentidos. No discurso da escritora Conceição Evaristo, como mulher preta, eles são atravessados por uma tensão social e inscritos nos espaços da mídia, materializados em entrevistas, no espaço acadêmico, na literatura. Por seu intermédio, podemos “[...] observar como os sentidos são construídos e de que maneira se materializam” (SOARES, 2007, p. 183). Para Silmara Dela-Silva (2008, p. 05), “[...] considerar esta relação permanente entre passado e futuro [...] dos acontecimentos do presente é compreender como o já-dito se atualiza no dizer e como esse mesmo dizer produz antecipações.”

Queremos, pois, que a análise ajude a demonstrar que as significações podem “ir e vir”, que a “verdade absoluta” também é efeito de sentido, assim como seus sujeitos e discursos são fontes desse funcionamento discursivo, interpelados pela ideologia, em movimento digno de deslize.

## 2 ECOS DA MEMÓRIA E A CONDIÇÃO HISTÓRICA



A criação de Deus, 2017, Harmonia Rosales.  
Disponível em: <https://www.harmoniarosales.com/collections>

[...] — Pai, que cor será que é Deus...  
— Ué... Branco — afirmou.  
— Mas acho que ninguém viu ele mesmo, em carne e osso. Será que não é preto...  
— Filha do céu, pensa no que fala. Tá escrito na Sagrada Escritura. A gente não pode ficar blasfemando assim.  
— Mas a Sagrada Escritura...  
Ele olhou-me reprovando o diálogo e, porque não podia ir mais longe, acrescentei apenas:  
— É que se ele fosse preto, quando ele morresse, o senhor podia ficar no lugar dele. O senhor é tão bom.  
Em toda a minha vida, nunca havia visto meu pai rir tanto. Riu um riso aberto, amplo, barulhento. Assim foi rindo até chegar em casa e, quando minha mãe olhou-o de soslaio, disse para os meus irmãos:  
— Com certeza viu passarinho verde. Como ele não parava de rir, todos aderiram e a sala ficou agitada e alegre.  
Foi quando me escapou a emoção, dei um passo comprido e beijei a barriga da minha mãe. Diante do gesto incomum, todos ficaram me olhando, meio jeito de espanto. Fiquei envergonhada e fingi que tirava, com a unha, uma casquinha de coisa nenhuma escondida entre os dentes do fundo. (Geni Guimarães, *Alicerce*)

Em uma de suas entrevistas, Conceição Evaristo na posição de escritora, questiona sobre “[...] que regras são essas da sociedade brasileira para vermos uma mulher virar um expoente no campo da literatura só aos 71 anos? [...] Por que a minha competência está sendo tão tardiamente reconhecida?” (EVARISTO, 2018, s. n.). É preciso questionar essas regras e dinâmicas sociais, culturais e econômicas que tornam tudo muito mais difícil para as pessoas pretas. (EVARISTO, 2018, s. n.). E para se questionar é necessário que insistamos em pensar no contexto histórico do período de escravização do Brasil, do preto e da preta vistos como matéria-prima pelos não pretos.

Abdias Nascimento nos elucidava ao refletir que

[...] o ponto de partida da classe dirigente branca foi a venda e compra de africanos, suas mulheres e seus filhos; depois venderam o sangue africano em suas guerras coloniais; e o suor e a força africanos foram vendidos, primeiramente na indústria do açúcar, depois no cultivo do cacau, do fumo, do café, da borracha, na criação do gado. (NASCIMENTO, 2016, p. 147).

Dentre as várias justificativas do regime do período de escravização, havia as teorias científicas, as quais afirmavam que as pretas e os pretos eram de raça inferior, “[...] rotulados como subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho” (NASCIMENTO, 2016, p. 71). Teorias essas relacionadas ao “determinismo biológico”. A craniometria foi base para apoiá-lo, fornecia “dados exatos” referentes aos crânios de diferentes “raças” de pessoas, e a inteligência era tida como uma entidade única, mantida no cérebro e determinada pelo seu tamanho e pelos detalhes na formação do crânio.

Em “A Escala Unilinear das Raças Humanas e Seus Parentes Inferiores”, de Nott e Gliddon (1868), há comparações feitas em imagens com crânios de pretos que foram forjadamente alargados para ficarem parecidos com os de chimpanzés, ao passo que os crânios dos brancos, efeito da ação de comparação visível àqueles que foram “falsificados”, são considerados “normais”. (WESOLOWSKI, 2014).

Relato em carta de Agassiz de 1846, naturalista suíço, adepto ao poligenismo, expõe:

Foi em Filadélfia que tive contato prolongado com os negros. [...] Mal posso expressar a dolorosa impressão que experimentei [...] Não obstante, senti piedade à vista dessa raça degradada e degenerada, e tive compaixão por seu destino ao pensar que se tratava realmente de homens. Contudo, é-me impossível reprimir a impressão de que eles não são feitos do mesmo sangue que nós. Ao ver suas faces negras com lábios grossos e dentes disformes, a carapinha de suas cabeças, seus joelhos torcidos, suas mãos alongadas, suas grandes unhas curvas, e principalmente a cor lívida da palma de suas mãos. Não pude deixar de cravar meus olhos em seus rostos para se conservarem à distância. [...] **Que desgraça para a raça branca ter ligado sua existência tão intimamente à dos negros em certos países.** (AGASSIZ, 1846 apud WESOLOWSKI, 2014, s. n. – grifos nossos).

Acrescentemos ainda a medição da capacidade craniana realizada por Samuel George Morton que fora homenageado no *The New York Tribune* como o cientista americano de maior reputação mundialmente. A base de sua pesquisa era explicada pela hierarquia brancos>indígenas>negros. (WESOLOWSKI, 2014, s. n.).

Esses dados conformam breve relato de algumas das várias maneiras de se produzir e condicionar as injunções espalhadas para o fenômeno do racismo. Dito de outra forma, o processo do racismo foi estruturando-se e constituiu o racista utilizando-se de justificativas predominantes que se mantém nos dias atuais. Inclusive, segundo Munanga (2003, p. 05),

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.

A partir desse processo histórico, Sílvio Almeida (2019, p. 37-38) complementa sobre a importância de entender a concepção de racismo, além de estrutural, também como uma forma institucional, pois

[...] significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado

do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Observando o recorte abaixo, podemos perceber que o sentido do racismo materializa-se no dizer da escritora. Conceição Evaristo soma-se ao enunciar pela posição-sujeito de mulher preta e lança um olhar de denúncia à condição da preta e do preto na sociedade, marcada pela dor da escravização e de uma “[...] abolição Inconclusa, 129 anos depois da Lei Áurea”. (PIEDADE, 2017, p. 21).

Qual o papel da memória na sua obra? Como o texto memorialista de autoria negra é recebido?

**CONCEIÇÃO EVARISTO: Nós temos a memória de uma dor que não foi expurgada ainda. Talvez seja essa a grande dificuldade de as pessoas entenderem quando nós negros falamos do racismo, das ações afirmativas. Há uma tendência de compreender todas essas situações como coisas do passado. Mas na história dos povos colonizados, o passado se faz presente com as suas consequências. Não há como negar isso.**

**Quando o passado de escravidão dos povos africanos no Brasil e nas Américas é escrito a partir dos colonizadores e das culturas hegemônicas, é sempre como um passado de impotência.** Mesmo quando a gente conta a dor, não contamos só como lamentação. É mais ou menos por esses termos: passamos por tudo isso, mas estamos aqui. E isso, só nós somos capazes de afirmar porque, para os outros, pouco importa estarmos aqui ou não. Eu acho que **o texto memorialístico pode trazer um passado de dor, mas traz também uma situação de resiliência: sobrevivemos, inclusive para contar essa memória.**

**Acho que a dificuldade da academia em lidar com os nossos textos, dizendo que nós só contamos memórias, é porque é uma memória que, justamente, a academia não quer saber. Sonegaram a nossa história, sabemos muito pouco da trajetória dos africanos no Brasil.** Sabemos muito pouco dessa trajetória de protagonismo. Nossa história de resistência é muito pouco contada: até os anos 1980, a ciência histórica valorizava a canetada da Princesa Isabel e não a história dos quilombos. **E por isso também a academia tem dificuldade de lidar com nossos textos de memória: assim como nega nosso passado de protagonismo, nega nosso direito à memória. Acho que a literatura é um espaço em que a gente pode reivindicar ou afirmar nosso direito à memória.**

**Recorte 1** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. (Grifos nossos).

Assim, como elemento norteador para a análise discursiva dos dizeres de Conceição Evaristo, utilizamos o conceito de memória discursiva e interdiscurso, pois ambos dizem respeito à memória social e possibilita-nos observar o percurso do dizer histórico e a evidência da colonização como exploração e escravização dos povos

africanos que quando ditos, rememorados, são correlacionados como uma memória de impotências na produção de efeitos de sentido do discurso da escritora.

Para Orlandi (2007, p. 31), “[...] chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.” Para Courtine (1999, p. 18), é no interdiscurso que há “[...] séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)”. E assim, por intermédio das formações discursivas e das condições de produção nas quais estão inseridas, elas estão articuladas com a história, principalmente, para tornar os vários sentidos interpretativos dos discursos possíveis, já que são formados indiscutivelmente pela união entre sujeito, língua, história e ideologia.

Para Pierre Nora, (1993, p. 09), a memória

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Sendo assim, Conceição Evaristo, por meio das posições-sujeito que enuncia, “sobrevivemos, inclusive para contar essa memória”, traz o “nós” como operador desse processo discursivo de um sujeito que se significa a partir do coletivo. Mediante seu discurso com ajuda da memória, ressignifica dizeres de silenciamentos de e sobre mulheres pretas, “[...] o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 31). São já ditos do período da escravização a partir dos colonizadores e das culturas hegemônicas sobre a preta e o preto, sobretudo mulheres pretas que as colocam em um passado de impotência, deixando-as somente para a servidão e morte.

Não seria possível que os quatrocentos anos de escravização não refletissem na sociedade nos dias atuais. O racismo é uma questão de Estado e isso evidenciase ao analisarmos como os códigos de leis e conduta foram se construindo, marcando diretamente um “povo” específico ao longo da história, “[...] o próprio da luta ideológica

sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois” (PÊCHEUX, 1990, p. 12).

Diante disso, o Estado “[...] dissimula seu poder ditatorial por trás das aparências democráticas, jogando com as palavras, e, quando necessário, conspira a portas fechadas” (PÊCHEUX, 1990, p. 12). Podemos dizer que o Estado organiza a sociedade ligada a uma trama lucrativa de mercado que as instituições sondam.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 821).

Para desvendar como o capitalismo se deu, seriam necessárias mais laudas na tentativa de elucidação desse complexo. Aqui cabe-nos a essência das inserções de redes mercantis, ligadas a uma urdidura lucrativa e de vantagens do comércio negreiro, da exploração do trabalho de mão-de-obra escrava, extrativismo e tantos outros. É possível compreender que o processo de escravização enquanto um mecanismo de geração de riquezas fora convidativo ao nascente capitalismo que carrega o racismo como parte da sua dialética.

Na atualidade, com as ações de antirracismo, vemos nascer um “novo” mercado de trabalho. O capitalismo “[...] tende ao invisível, para se exercer com mais eficácia; ao mesmo tempo, ele se encarrega sistematicamente de observar as classes dominadas, para melhor assujeitá-las (PÊCHEUX, 1990, p. 12). Ao pensar nas pretas e nos pretos, Abdias Nascimento exemplifica que

[...] o desprezo da sociedade vigente, branca, [...] também exhibe a avareza com que essa sociedade explora o afro-brasileiro e sua cultura com intuídos lucrativos. Pois embora a religião e a arte sejam tão ridicularizadas e folclorizadas, elas constituem valiosas e rentáveis mercadorias no comércio turístico. Nesse caminho, as manifestações religiosas negras tornam-se “curiosidades” para entreter visitantes brancos. A folclorização dá um passo em frente ao desenvolver outra etapa do tratamento dispensando à cultura afro-brasileira pela sociedade dominante: a sua *comercialização*. (NASCIMENTO, 2016, p. 146-147).

Temos, portanto, um outro sentido de ordem lucrativa às mesmas instituições de mercados *a anteriori* em curso. A própria literatura de mulheres pretas, a

publicidade e as propagandas nas mais diversas manifestações da mídia, comércio de produtos para pretas e assim com modelos pretas para experimentarem/utilizarem esses produtos, trabalhos intelectuais, por exemplo, livros sobre o racismo que ganharam em venda no ano de 2020, o artístico, tudo isso é funcional à sua lógica de “exploração” capitalista que se nutre de qualquer maneira.

É nesse sentido que, para Lélia Gonzalez (1984, p. 03),

[...] o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

A prática do capitalismo intensificou/intensifica as diferenças para que continue prevalecendo uma hierarquização de “raça”, dos pretos e dos brancos, a partir da qual o mesmo sistema se beneficia. Em outras palavras, ficou cômodo manterem os pretos e as pretas nessa mesma posição de subordinação e invisibilidade perante o Estado, e inclusive continuam vítimas de extermínio, assim como nos séculos XVIII e XIX. O racismo é um comportamento social que está presente na história da sociedade que o explora de inúmeras formas, em variados contextos, interligadas de duas maneiras: o racismo individual e o institucional. Sobre isso, Almeida<sup>11</sup> (2019, p. 37) expõe o seguinte:

O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a *concepção individualista*, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos pretos” etc. - e uma obsessão pela legalidade.

---

<sup>11</sup> **Silvio Luiz de Almeida** é natural de São Paulo. É advogado, filósofo, doutor e pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo de São Francisco). É diretor-presidente do Instituto Luiz Gama e professor de importantes universidades brasileiras. (ALMEIDA, 2019). Ativista na luta de combate ao racismo. Autor do livro “Racismo Estrutural”.

Basicamente, o racismo individual é cometido de forma pessoal por meio de atos discriminatórios. Também é a forma mais fácil de mascarar e polemizar, sendo justificável. O autor ainda afirma que

[...] no fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homem de bem”. (ALMEIDA, 2019, p. 37).

Sob outro aspecto do racismo, o institucional é “[...] menos evidente, e muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (ALMEIDA, 2019, p. 43). Sugere práticas discriminatórias sistemáticas promovidas pelo Estado ou com seu aval indireto. Mas é necessário ficar atento, pois “não é menos destrutivo da vida humana”. O racismo institucional se “[...] origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo.” (ALMEIDA, 2019, p. 44).

O racismo no Brasil foi estruturando-se. Portanto, também é processo histórico ligado às ciências criminais do século XIX, geradores de imaginários. Essa afirmação é perceptível ao traçar uma linha do tempo, no período da escravização.

Ao analisarmos a história do negro e da posição por ele ocupada na história do Brasil, é possível observar que se sustentam dizeres que colocam o negro como uma “coisa” que pode ser descartada, arrastada; como um marginal, bandido. O negro ocupa ainda na sociedade brasileira uma posição segregada, marcada por seu passado histórico. (GARCIA; SOUSA, 2015, p. 52).

Para melhor vislumbrar o percurso temporal do período de escravização no Brasil, propõe-se um pouco de análise, ao examinar dizeres que de alguma maneira pode fazer sentido no imaginário dos brasileiros. Em 16 de junho de 1452, eis que o papa Nicolau escreve ao Rei de Portugal Afonso V:

[...] nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... **E reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores**, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados,

condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes [...]. (SANTOS, 2014, s. n. – grifos nossos).

Estes mesmos poderes foram estendidos aos reis da Espanha, com início do tráfico negreiro ao Brasil em 1550. E assim, mais de trezentos e trinta anos de massacre marcam essa catástrofe colonizadora.

Na sequência dos eventos de 1850 (proibição do tráfico negreiro), 1871 (Lei do Ventre Livre), 1885 (Lei dos Sexagenários), em 1888, sendo o último país a “acabar” com a escravização, conforme lei “[...] não permitia mais que uma pessoa fosse comprada e vendida por outra. Mas a maneira como foi realizada, com seus muitos acidentes e manipulações, sem políticas públicas, gera essas enormes distorção e desigualdade que a gente tem até hoje.” (MACHADO, 2018, s. n.). “Livres”, porém, sem respaldo legal, o que faz acreditar que a liberdade aos escravizados era uma onda de modernização que o Brasil quis acompanhar sendo as pautas de igualdade jamais devidamente pensadas e implementadas.

**Liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de vida. Nunca tiveram acesso a terras, bons empregos, moradias decentes, educação, assistência de saúde e outras oportunidades disponíveis para os brancos.** Nunca foram tratados como cidadãos. Os resultados aparecem nas estatísticas a respeito da profunda e perigosa desigualdade social no país. (GOMES, 2019, p. 22 – grifos nossos).

Foram séculos que ajudaram a forjar “[...] um sentimento, uma maneira de agir generalizada que é produto dessa sociedade escravocrata que nós vivemos no passado” (MACHADO, 2018, s. n.), o que nas condições de produção do capitalismo mercantil e industrial de aspectos hierárquicos de dominação, os pretos e as pretas ocupavam/ocupam posição de dominados. Meros trabalhadores subalternos e omissos a condições de inferioridade aos brancos, seus donos, patrões. Discursos estabilizados de objetivação e de negação à preta e ao preto desde a escravização, são marcados pela “evidência” da ideologia dominante. Assim, o sujeito preto constituído e repetido pela formação social racista, deve continuar estabilizado, sem projeção de atravessamento das formações ideológicas que, por sua vez, tendem a relutar pela mudança, pois o reviramento desse ditame social desestabilizaria essa “ordem naturalizada” de regularização.

Por isso, buscar entender que as relações estruturais de sentidos do racismo

brasileiro não são um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo. É algo que nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas, bem como “[...] inferir que o racismo, sob a perspectiva estrutural, pode ser desdobrado em processo político e processo histórico.” (ALMEIDA, 2019, p. 52). Nessa direção,

[...] nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de afetos. (ALMEIDA, 2019, p. 67).

O racismo é constitutivo das formações imaginárias e a todo o momento é alimentado principalmente pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Um exemplo é que, após vários anos vendo telenovelas brasileiras, “[...] um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres pretas têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens pretos oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas”. (ALMEIDA, 2019, p. 65). Ainda, para Munanga (1999, p. 51),

[...] a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

O papel do racismo é central nesse processo, pois cria e propaga imagens entre pretas(os) e branca(os). “Assim, essas duas identidades são construídas a partir de uma lógica oposicional” (MOREIRA, 2019, p. 43). Para Fanon (2008, p. 162),

[...] o negro vive uma ambigüidade extraordinariamente neurótica. Com vinte anos, isto é, no momento em que o inconsciente coletivo é mais ou menos perdido, ou pelo menos difícil de ser mantido no nível consciente, o antilhano percebe que vive no erro. Por quê? Apenas porque, e isso é muito importante, o antilhano se reconheceu como preto, mas, por uma derrapagem ética, percebeu (inconsciente coletivo) que era preto apenas na medida em que era ruim, indolente,

malvado, instintivo. Tudo o que se opunha a esse modo de ser preto, era branco. Deve-se ver nisso a origem da negrofobia do antilhano. No inconsciente coletivo, negro = feio, pecado, trevas, imoral. Dito de outra maneira: preto é aquele que é imoral. Se, na minha vida, me comporto como um homem moral, não sou preto. Daí se origina o hábito de se dizer na Martinica, do branco que não presta, que ele tem uma alma de preto. A cor não é nada, nem mesmo a vejo, só reconheço uma coisa, a pureza da minha consciência e a brancura da minha alma.

É preciso que trabalhemos para entender e combater a expressão do racismo ainda vigente em sociedades como a brasileira. Participar de movimentos, engajar-se nas causas que ressaltam atitudes cotidianas, questionar o porquê de tão poucos estudantes pretas e pretos em universidades, reparar na cor da pele dos jovens mortos por arma de fogo, nas(os) protagonistas das novelas, apresentadores de jornais, nas(os) que representam os altos cargos nas empresas, raramente pretas(os), enfim, repensar o porquê da “superioridade mental” branca, ao pensar no engendramento do imaginário para tais problemáticas, pois “faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.” (ORLANDI, 2007, p. 42).

Voltando às palavras de Conceição Evaristo ao perguntar que é preciso “[...] questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos<sup>12</sup>”, partimos da premissa de que o sujeito fala por meio da representação de vozes que também enunciam, com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas inscritas por meio de sua Formação Discursiva. Em suma, o discurso é assim palavra em movimento, uma prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2007, p. 15-16). Pré-determinado a uma ideologia em uma determinada Formação Discursiva.

Aí a importância de retomar o contexto histórico do período da escravização no Brasil, pois assim será possível depreender que a escritora Conceição Evaristo enuncia-se como sujeito que compreende que

[...] as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas”

---

<sup>12</sup> Ao encontro do questionamento de Conceição Evaristo sobre as regras que a fizeram ser reconhecida somente aos 71 anos, acrescenta-se aqui também o escritor preto Carlos de Assumpção, de 93 anos, de obra potente sobre as resistências negras no país, publicado somente neste ano de 2020 por uma grande editora, a Companhia das Letras.

palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 2007, p. 32).

Orlandi (2007, p. 330) ainda complementa que “[...] todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que se tiram seus sentidos.” Assim, é por meio do discurso que os efeitos de sentidos ganham significações a partir da memória que nos aborda e insere a formação ideológica. Os sentidos podem ser outros, nessa articulação da dispersão, do indistinto e do esquecido. (ORLANDI, 2017, p. 176).

Sendo assim, a memória discursiva que permeia e condiciona o sujeito em suas discursividades, lugar das vozes, de tudo o que já foi dito e que é retomado por meio do discurso envolvendo tudo o que necessário para a sua produção, é sustentada, segundo Zoppi-Fontana (2017, p. 69),

[...] na performatividade confrontadora de uma enunciação que incomoda que o sujeito do discurso enuncia uma demanda de reconhecimento ético e moral de seu lugar na sociedade. Esta demanda de reconhecimento permite um movimento de subjetivação necessário na luta contra a objetificação desses sujeitos na história, possibilitando a constituição de uma posição discursiva não subalterna que possa denunciar a opressão.

A partir desta análise, é preciso considerar que os movimentos de autoras pretas posicionem-se frente à geração de novas histórias ressignificadas que foram silenciadas, para assim marcarem presença ou, no mínimo, garantirem a sua inserção em campos onde eram inexistentes. A análise dialoga diretamente com o sujeito que, apesar de ter se passado mais de cento e trinta anos pós-escravização, ainda segue na projeção do racismo que sobrevive com obstinação, sem pedir licença, deslegitimando lutas que existem há anos. Porém, há uma grande pressão discursiva que tem ecoado nas diferentes posições dos sujeitos, constituindo e modificando as estruturas imaginárias, que em

[...] diversos passos revelam a consciência sobre o racismo não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho. Nesse sentido, em vez de fazer a clássica pergunta moral: “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, *o sujeito branco* deveria se perguntar: “Com eu posso dismantelar meu próprio racismo?” Tal pergunta, então, por si só, já inicia esse processo. (KILOMBA, 2019, p. 46).

Nesse contexto, o percurso literário que estamos acompanhando já era tema de preocupação. Abdias Nascimento<sup>13</sup>, na década de 1930, por meio do movimento negro do século XX, afirmava que só haveria uma “revolução literária na academia<sup>14</sup>” se conduzida por uma intelectualidade preta que falasse e escrevesse sobre os pretos e as pretas, ou seja, um discurso e escrita atravessados diretamente por quem escreve. Segundo Rocha (2016, p. 25), “[...] a luta antirracista sempre esteve no centro das preocupações de Abdias do Nascimento”. Sua produção intelectual e artística dos diferentes períodos de militância questionou as desigualdades sociais de negros e brancos.” As denúncias formuladas por esse intelectual e político brasileiro foram combatidas tanto pelas instituições oficiais do governo brasileiro quanto por estudiosos que, defensores da ideia de “democracia racial” e igualdade de direitos e liberdade no país, se apresentavam como especialistas nos assuntos relacionados à negritude. Elisa Nascimento, no posfácio ao livro *O genocídio do negro brasileiro* (1978), lembra que “[...] no Brasil o modelo paradigmático desse tipo de racismo informal [...], disfarçado de em harmonia e bondade, passou a ser reconhecido como racismo apenas muito recentemente.” (2016, p. 2015). Esse reconhecimento tem na atuação de Abdias Nascimento uma das bases insurgentes que não se deixaram silenciar pela ideologia dominante.

No recorte a seguir, a pergunta é direcionada em um sentido que Abdias já questionava e, também devido à alusão ao escritor brasileiro feita por Conceição Evaristo, pareceu-nos importante citá-lo neste momento.

---

<sup>13</sup> **Abdias Nascimento:** nasceu em Franca, no interior do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1914, neto de africanos escravizados e filho de pai sapateiro e mãe doceira. Estudou no Ateneu Francano, formou-se como Contador e, entrando no exército, participou das Revoluções de 1930 e 1932. Formou-se em Economia pela Universidade do Rio de Janeiro em 1938. Participou da Frente Negra Brasileira, cujas atividades foram encerradas pela ditadura do Estado Novo (1937-1945). Foi preso pelo Tribunal de Segurança Nacional por protestar contra as arbitrariedades do governo de Vargas. Em 1944, fundou o TEN – Teatro Experimental do Negro, do qual participaram Solano Trindade e outros intelectuais e artistas afrodescendentes. O objetivo maior do TEN era criar um espaço criativo nos palcos brasileiros para o negro, excluído, à época, do meio teatral. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/462-abdias-nascimento>. Acesso em: 11 nov. de 2019.

<sup>14</sup> Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck e Sueli Carneiro são apenas alguns nomes da extensa lista de intelectuais negros brasileiros. Não é incomum, entretanto, que um estudante deixe o ensino superior sem conhecer e sem ter lido nada desses pensadores. Para pesquisadores, falta à academia e à educação de forma geral um conhecimento maior sobre a intelectualidade negra, não apenas brasileira. É preciso também ter acesso a obras de pensadores negros traduzidas. (TOKARNIA, 2015, s. n.).

Essa busca do público [pela literatura negra em que personagens negras femininas são criadas a partir da autoria de mulheres negras] é fruto de uma mudança política? O que aconteceu?

CONCEIÇÃO EVARISTO: É fruto de uma mudança que começou pelo nosso trabalho. **Qualquer conquista dos povos dominados ou subalternizados, mesmo que pareça vir de cima para baixo, não vem. É fruto de longa data, de várias ações.**

As pessoas têm a ilusão de que a própria lei 10.639, lei do primeiro governo Lula que institui o estudo das culturas africanas e afro-brasileiras no currículo do primeiro e segundo grau [ensino fundamental e médio] e que veio criar uma demanda de mercado dessas vozes negras, caiu do céu, que foi criação do Lula. **Mas foi uma demanda antiga: em 1945, Abdias do Nascimento já apresentava essas demandas no Teatro Experimental do Negro.**

**Essas modificações se dão muito lentamente, como fruto de momentos políticos que aderem a essas demandas, as escutam, quando determinados sujeitos da sociedade as incorporam, quando elas encontram nichos como os núcleos de estudos afro-brasileiros nas universidades.**

**Tudo é via organização, e ela se dá primeiramente em nossos núcleos, em movimentos sociais negros, movimentos de mulheres. São pessoas que assumem essa consciência negra e que vão expandindo essas demandas. Tem acadêmicos sensíveis, homens e mulheres, negros e brancos, que começam a proporcionar a expansão desses estudos e pesquisas.**

**Recorte 2** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. (Grifos nossos).

A luta por um espaço acadêmico antirracista vem sendo motivo de questionamento e projeção. E essa “nova” voz na literatura brasileira tem ecoado, por isso essa procura que começa pelo público preto, perpassando a academia e professores que estão mais propensos a trabalhar e a ler esses textos. Há um público mais sensível que procura justamente essas outras vozes. “Daqui uns tempos, isso vai mudar, com certeza, a escrita da história da literatura brasileira” (EVARISTO, 2017, s. n.), pois “[...] toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos” (COURTINE 1981, p. 52 apud INDURSKY, 2011, p. 72).

“E assim seguimos na esteira da produção de conhecimentos e de um fazer científico que mostra a insurgência de protagonismos que rompem com barreiras e cada vez mais fazem seus corpos reinventados e suas vozes serem ouvidas.” (SILVA, JOVINO, MUNIZ, 2018, p.03). Processo que tem sido mobilizado de modo que se

consiga amenizar um pouco a perspectiva específica de lugar de fala, tirando a ideia de vitimização do preto e potencializando-o à linguagem na reconstrução de subjetividades, bem como seus efeitos de sentidos na também reestruturação discursiva da humanidade.

## 2.1 O MOVIMENTO NEGRO<sup>15</sup>: “OS MEUS IGUAIS AS MINHAS IGUAIS”

Destacaremos nesta seção um movimento que fora condição de produção de/para porta-vozes, que embasa dizeres pretos e pauta-se em debates de lutas antirracistas e na asserção de políticas públicas para a população preta. Sendo assim, ele foi capaz de dar a volta num sistema de Estado, fazendo um caminho contrário ao poder hegemônico, indo ao encontro do que diz Pêcheux (1990, p. 16) que “[...] mesmo no espaço ideológico [...] as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente.”

E não havia vontade política do Estado e dos governos de discutirem essas questões, não?

**Conceição Evaristo:** As questões raciais eram discutidas sim, mas a partir da percepção dos ditadores brancos, com **a afirmação da democracia racial**, essa perspectiva que vai se discutir ainda na esteira de [Gilberto] Freyre [sociólogo, autor de *Casa Grande & Senzala*]. Então havia já intelectuais de classe média, brancos, que apontavam na direção dessa democracia racial no Brasil. **No final dos anos 1970 é quando o movimento social negro, com toda a veemência, vai denunciar a falácia desse discurso.**

**Recorte 3** - Entrevista à Juca Guimarães, "Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos", Brasil de Fato, 20 de novembro de 2018.  
(Grifos nossos).

<sup>15</sup> “Uma das constatações sobre o assunto é que houve períodos em que ocorreu uma espécie de apagamento dos movimentos negros. Este é o caso da *Revolta de Palmares* (1695) com a figura de Zumbi, que resistiu por muito tempo no Quilombo dos Palmares; *A Conjuração Mineira* (1798), que teve como líderes o mulato João de Deus do Nascimento e a negra Domingas Maria Nascimento; *A Revolta dos Malês* (1835), em Salvador-BA, na qual os negros foram liderados por Manuel Calafate, um líder muçulmano contra as tropas imperiais; *A Revolta da Chibata* (1910), liderada por Antônio Candido, alcunhado na MPB como ‘o navegante negro’, que se revoltou contra os castigos aplicados aos marinheiros; *A Revolta de Canudos* (1897), entre outros dados, que não foram registrados pela história oficial, sem referendar explicitamente a participação do negro e que só agora, após o ‘Estatuto de Igualdade Racial’ (2001) e a Conferência de Durban – África do Sul, no mesmo ano, foi possível definir os contornos dos movimentos negros.” (GIACON, 2010, p. 07).

O Movimento Negro organizado surge como representação social para a preta e o preto, agitando discursos da/para negritude deslocando os sentidos de ruindade que a branquitude<sup>16</sup> impôs ao colocar os pretos e as pretas como os de “raça inferior”, posicionando-os à servidão, ao mesmo tempo que os estigmatizam por efeitos do racismo como corpos-inimigos e assim deixando-os no lugar de morte. O

[...] nome “negro” foi, desde sempre, uma forma de coisificação e de degradação. Seu poder era extraído da capacidade de sufocar e estrangular, de amputar e de castrar. Aconteceu com esse nome o mesmo que com a morte. Uma íntima relação sempre vinculou o nome “negro” à morte, ao assassinato e ao sepultamento. E, bem entendido, ao silêncio ao qual deveria ser reduzida, necessariamente, a coisa – a ordem de se calar e de não ser visto. (MBEMBE, 2014, p. 256-257).

Partindo dessa significação do nome-ser preto intimamente vinculado à morte, é que os movimentos sociais, sob condições racistas de um sistema opressor e de silenciamentos, negações de direitos e degradações, vêm para ressignificar os já-ditos sobre sujeitos com a cor de pele preta, que têm o seu visual no imaginário social dominante, uma associação à imagem de bandido de sujeito causador de medo, que a polícia e o governo tratam de forma diferenciada, de sujeito em que a cor é geradora de significações que podem causar sofrimento à “brancura geral” da sociedade. Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 102), “[...] o que devemos abominar é um processo histórico que transformou seres humanos em mercadorias e instrumentos de trabalho. E, depois de explorá-los por séculos, destinou-os à marginalização social.”

Condicionamento social que gerou imagens do sujeito preto-ruim que são reproduzidas diariamente pelas mídias de ideologia racista e patriarcal. Mesmo assim, as respostas do omissivo Estado permanecem insuficientes, das quais podemos inferir que “[...] há um projeto genocida em execução com o objetivo de acabar com as vidas

---

<sup>16</sup> Para nos ajudar a entender como a branquitude se deu nesse engendramento de hierarquias de lugar social, Lélia Gonzalez (1982, p. 15) nos explica que “As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o posto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.”

negras no país, que o Estado é o principal executor desse projeto, que as vidas negras importam, embora recebam o pior dos tratamentos etc.” (MODESTO, 2018, p. 20).

Ressaltamos a importância de uma postura de luta coletiva munida de vozes representativas da e pela população preta frente ao Estado omissivo e à sociedade, em resposta aos Aparelhos Ideológicos de Estado e de Repressão (ALTHUSSER, 1974) que constituem a estrutura social e continuam silenciando os problemas que afetam os pretos e pretas, ao reafirmarem o que seria um discurso da democracia racial.

Tomado por um discurso que buscava desmitificar a ideia de “democracia racial” o campo majoritário do movimento negro no Brasil na década de 70, buscou, sobretudo através do campo das artes com destaque para a escrita, criar aquilo que se chamou de “consciência negra”, valendo-se das especificidades das características tanto biológicas como culturais dos indivíduos negros, enxergando-as de forma positivas (ASSIS, 2017, p.126).

A importância dos movimentos sociais comparece nos dizeres da escritora Conceição Evaristo no que se refere à “[...] invisibilidade que paira sobre nós. Todas as autoras negras que eu tive contato na minha juventude eu conheci por meio do movimento social, e não por meio da crítica literária.” (EVARISTO, 2017, s. n.). Há um silenciamento marcado pela ausência que deslegitima a produção literária das mulheres pretas ao observarmos que não há a circulação dessa literatura nas escolas, por exemplo.

Temos, portanto, dois problemas, a dificuldade de acessar o saber e a escola que “[...] não democratiza o acesso ao conhecimento” (LEANDRO, 2019, p. 48). O acesso à educação pelos “indesejados”<sup>17</sup> no Brasil começou tardiamente. A educação foi uma questão de cor e as(os) pretas(os) ora “[...] não podiam frequentar escolas, pois eram consideradas(os) doentes de moléstias contagiosas”<sup>18</sup> (SANTOS, 2014, p. 02), inferiores, inaceitáveis, más/maus, sujas(os) e infectadas(os) (KILOMBA, 2019, p. 198), ora simplesmente porque as políticas públicas decisivamente não as(os) contemplavam, invisibilizando-as(os) nas abordagens históricas da educação, reverberando até os dias atuais.

Sendo assim, a própria escola que deveria colocar à baila – construções polissêmicas – tais questionamentos políticos, propiciando debates, acaba não

---

<sup>17</sup> Termo que diferencia, em condições jurídicas ou raciais, os alunos permitidos (brancos) dos “indesejados”, ao mencionar as(os) alunas(os) pretas(os) em leis e regulamentos.

<sup>18</sup> Esse trecho faz referência à lei complementar à Constituição de 1824.

permitindo que circulem sentidos outros, omitindo a pluralidade da qual deveria ser o encantamento de seu espaço. Fixa-se o sujeito preto-escravo dominado e o seu dono-branco dominador sem a possibilidade de ser pensado como sujeito, o que aconteceria caso a literatura preta pudesse adentrar em cada sala de aula.

Segundo Jeruse Romão (2005, 17):

A história da educação do negro traz para o nosso convívio determinações históricas de exclusão. Mas, também, traz possibilidades pelas identidades que revela, pelas formas de resistência cultural, pela tradição da história resguardada pelas práticas educativas populares, pelos valores ancestrais perpetuados pela memória dos mais velhos. (ROMÃO, 2005, p. 17).

Ainda conforme a autora, “[...] a escola como um não lugar para os negros constituiu-se pela invisibilidade, pelo esquecimento. E também pelas políticas de negação do reconhecimento de que sempre estivemos falando, pensando em seres humanos.” (ROMÃO, 2005, p.17). É possível pensar que as(o) pretas(o), mesmo que numa sociedade anterior, buscaram e buscam suas possibilidades de estar em grupo e por elas(es) mesmas(os). Visto que, para participarem dessas movimentações do saber, esse contato como a leitura e escrita aconteceu quando elas(es) mesmas(os) começaram a construir suas escolas. “O acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo, [e ao impossibilitar esse ‘poder’], os racistas do Brasil encurralaram a população negra nos porões da sociedade.” (SANTOS, 2014, p. 03). Indiscutivelmente, até hoje, vivendo pelas bordas.

A história do negro é permeada por lutas por uma posição legitimada pela sociedade que não seja somente a de bandido, de marginal, de favelado. Os movimentos negros de antes e os atuais buscam romper com um imaginário que segrega o negro, que não lhe permite ser sujeito de direitos, que o coloca como criminoso, como responsável pela violência que sofre. Há, pelos movimentos sociais de luta pelo negro, uma tentativa de interpelar a sociedade com um discurso que mostra o negro como cidadão, que não merece ser morto pela polícia simplesmente por ser “preto e pobre”, por um dia ter tido seus antepassados como escravos. Embora funcione na sociedade um lugar ao negro à margem (terrível e degradante), este resiste e busca ocupar espaços além dos limites das favelas e dizer-se sujeito de direitos. Mesmo sendo segregado, o negro busca resistir ao genocídio que tanto se repete como um efeito naturalizado e legitimado em relação à população negra. (GARCIA; SOUSA, 2015, p. 54).

Segundo Lélia Gonzalez (1984), é por entre os labirintos de luta e de

resistência que o sujeito preto produz saberes, criando modelos outros de vida em projetos democráticos, embromando a falsa democracia que organiza a sociedade brasileira que já é “craque” em produzir meios e modelos de morte ao sujeito preto. Relação que é tranquilizada pela autorização de uma grande parte da população. Porque preto=bandido. “Esses gestos guardam a tensa relação entre o dentro e o fora, entre o corpo do sujeito e o corpo social. E aí entra a questão da alteridade, da nossa relação com o outro que hoje é: ou se aceita ou se elimina radicalmente” (ORLANDI, 2010, p. 634).

Mesmo assim, há grande contribuição dos movimentos sociais, ao concederem condições de produção, que tentam “[...] romper com essa memória e fundar/atualizar um discurso em que haja a inscrição do sujeito negro/negra em outras regiões de sentidos” (GARCIA; SOUSA, 2015, p. 48), sendo também porta-vozes sustentando esses discursos de resistência ao ser um “nós” que restitui subjetividades, pois “[...] não há discurso, que não esteja em relação com os outros, que não forme um intrincado nó de discursividade.” (ORLANDI, 2007, p. 89). Ao mesmo tempo que, para dizer, a “[...] historicidade deve ser compreendida em Análise de Discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem.” (ORLANDI, 2007, p. 80). Assim, todos os discursos a serem ditos serão recorrências de outros discursos já existentes que foram esquecidos no interdiscurso que, como pré-construído,

[...] fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica como a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “correferência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*. (PÊCHEUX, 2014, p. 154-155).

É preciso, então, como acima propõe Pêcheux, compreender o funcionamento discursivo do pré-construído como o que já fora dito no ato da enunciação (sujeito

falante). Nele o sujeito (forma-sujeito) é ludibriado (assujeitado) no seu “falar” e faz com que o sujeito tenha a sensação de instantaneidade ao dizer. Mera ilusão, são somente dizeres já existentes que são esquecidos-absorvidos no interdiscurso, mas que retorna com uma “cara nova” de acordo com o contexto que se precisa para enunciar. E é nesse “nó de discursividade” (ORLANDI, 2007, p. 89) que se dão os nossos gestos analíticos.

## 2.2 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”

Ao tencionarmos as conjunturas divergentes que as mulheres pretas suportam em uma sociedade patriarcal, racista e sexista, foi imprescindível um movimento de mulheres pretas que colocassem em questionamentos questões antirracistas e antissexistas, visto que as mulheres pretas são as primeiras atingidas pela condição racial, de gênero e, inclusive, dentro do gênero. Os discursos carregam histórias e

[...] podemos afirmar que a luta das mulheres negras no Brasil é a mais longa do território brasileiro, na perspectiva da transformação social, posto que se inicia desde que a primeira mulher negra pisou neste solo. Pode-se verificar que nesta trajetória de luta as mulheres escravizadas reuniam um conjunto de informações no cotidiano do trabalho, e podemos afirmar também que o elemento fundamental desta coleta é o que denominamos de “terceirização do corpo feminino” no Brasil. Se inicia quando os colonizadores alugavam o corpo das mulheres negras para outros engenhos, vilarejos e povoados para prestar serviços como: de mucama, ama de leite, quituteira, rezadeira, parteira, raizeira, benzedeira e ou mercadejar alimentos, entre outras atividades “produtivas” da época. (SILVA, 2013, s. n.).

Detentoras de grandes saberes que eram espalhados e utilizados por suas ações bem feitas, mas tratadas como corpos-aluguéis a trabalho de seus senhores que recebiam todo o mérito dos conhecimentos das escravizadas quando solicitadas para alguma eventualidade, passando-as sob valores terceirizados. Mulheres pretas orquestradoras, as verdadeiras mães, criativas com os alimentos, íntimas de dons espirituais, que traziam vidas à vida, donas de iguarias da natureza, aquelas que afastavam os maus olhares, negociadoras em mercados, mulheres pretas de grande conhecimento intuitivo, porém, mão-de-obra e renda fixa para o olho capitalista,

precisavam ser controladas, inviabilizadas, colocadas no lugar de mulheres com habilidades femininas da Casa Grande.

De escrava renomeada a empregada doméstica, mesmo pós-abolição as imagens da mulher preta não mudaram muito. Essa ordem acaba sendo única e estrutural como possibilidades de existência para essas mulheres. São os lugares permitidos pela sociedade. Essa elaboração nos fez recordar uma passagem do livro *Dororidade* em que a autora, filósofa preta Vilma Piedade (2017, p. 47), nos coloca que “[...] a qualquer momento alguém também pode me perguntar ‘... E aí, você faz Faxina?’, e vou ter que responder: ‘Não, eu faço Filosofia’”.

O Movimento de Mulheres Negras veio da urgência de ressignificar as existências dessas mulheres mutiladas pela sociedade, na tentativa de mudança de lugar social das únicas formas que lhes foram “oferecidas” para daí, ou em outra ordem, se subjetivarem. Acompanhar diferentes trajetórias de conhecimentos elaborados pelas mulheres pretas que têm reverberado em nosso país, como vozes firmes e unidas ao lutar por esse lugar de enunciação, como produção de restituição na humanidade, é acalentador. São sujeitos mulheres pretas que vêm fazendo resistência (paráfrase), nas várias formas de reexistências (polissemia), destacando revoluções na intelectualidade de legado eurocentrado.

A presença das mulheres na história passou a ser investigada por muitas(os) historiadoras(es), por volta dos anos 70. As mulheres foram resgatadas dos porões e dos sótãos da antiga forma de narrar a história, tornando-se ao mesmo tempo sujeitos e objetos de novas narrativas históricas. A história das mulheres surge num momento de efervescência do feminismo e de sua ação política de visibilizar os estudos feministas em várias áreas. (CARDOSO, 2008, p.1).

Foi “[...] preciso reexistir. E reexistir ainda mais e mais em um contexto social, político e econômico que nos oprime cotidianamente exigindo reposicionamentos de nossos lugares de atuação, de proposição e de ação política na qual a linguagem tem papel fundamental.” (SOUZA, JOVINO, MUNIZ. 2018, p. 1). Ao utilizarmos o termo reexistências em nosso texto pensamos na movimentação de significação que ele sugere e que, ao mesmo tempo, passa a significar em nossos gestos de leitura.

A reexistência é encontrada no ir e vir das práticas das mulheres pretas. A *escrevivência*, por exemplo, presente em nosso estudo, é um modo de reexistir. Uma vez afastada do âmbito canônico, mesmo assim consegue chegar às pessoas. O

corpo preto, frente ao Estado omissivo mantenedor de práticas racistas e por nascer com a morte colada em sua pele, reexiste aqui e acolá. Mesmo que no silêncio, segundo Audre Lorde (1977, p. 23),

[...] cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras.

Constituir-se preta passa pelo doloroso processo de ter seu corpo vulnerável aos olhares de subjetivação do outro pelo fio de julgamentos. Esse olhar de julgamento seguido por desprezo anulam os sentidos de vínculos de humanidade e de expressões outras. Sendo assim, o preto e a preta já são descartados/eliminados por cada olhar que os desvinculam de suas condições humanas. Somente a resistência com sentidos de reexistência para mantê-los ativos. Dá para contar nos dedos o que foi feito de políticas públicas pelo Estado para que vivessem ou sobrevivessem no decorrer da história. As políticas existentes sofrem tentativas de anulação, sob o viés de que preto se faz de vítima. Esforçam-se para aniquilar a preta e o preto e mesmo assim eles (re)existem.

Vemos, portanto, que a trajetória de “militância” que as mulheres pretas estão dando continuidade, ocupando posições discursivas no decorrer da história e/ou das vivências carregadas de ensinamentos de diferentes sentidos, visa abalar a ideia de hegemonia estruturante das formas do pensamento estrutural racista – uma vez que suas existências já têm lugar fixo no imaginário social dominante.

Importante para esse momento de análise atentarmos que, segundo Orlandi (2007, p. 36),

[...] quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa

assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Desse modo, as mulheres pretas têm conseguido sair dos “efeitos de paráfrase”, “conquistam” cargos diferentes, estão em encontros de movimentos literários com pensadoras; presentes nas mídias, nos coletivos e *internet*, no mercado musical e editorial. Estão se achando bonitas, não alisando os cabelos, por exemplo, mesmo que o mercado já tenha conseguido entender esse “empoderamento” e criado linhas para as “cacheadas e crespas”. Estão denunciando cada dia mais abusos contra seu corpo. A cada ano que passa são registradas mais presenças pretas nas universidades, filiações em Movimentos de Mulheres Negras como: “Mulheres Negras Decidem”, “Marcha das Mulheres Negras”, “Eu empregada Doméstica” e tantos outros. Por fim, chegamos às mulheres pretas com suas *escrevivências* ao destoar o mercado de autoria branca de ideologia dominante. Ainda sobre o efeito polissêmico, a obra da escritora Conceição Evaristo esteve presente no *Enem* e houve participação da autora em telenovelas, como escritora “real”.

Essas contradições aos dizeres/pensamentos prontos do imaginário social dominante inscrito parafrasticamente, são exemplos que causaram fissuras/brechas permitindo sentidos outros às concepções racistas, machistas e sexistas. A sociedade que ainda as exclui e dirime enquanto sujeitos, porém, a “rasteira já está dada” (GONZALEZ, 1984).

Nesse lugar de enunciação das mulheres pretas como produção de restituição da/na humanidade como sujeitos, firmando seus lugares na transformação de uma história construída por silêncios é que temos vislumbre das reexistências. O “[...] discursivo inscreve-se neste encontro de uma atualidade com uma memória, sob condições de produção específicas. Assim se constituem os sentidos e, ao mesmo tempo, os sujeitos do discurso: no movimento constante entre repetições e rupturas.” (DELA-SILVA, 2008, p. 33). Nessa repetição de lutas e rupturas, pelo viés da resistência, muitas revoluções pretas têm ganhado destaque (de maneiras polissêmicas). Na movimentação de escrita preta, por exemplo, em suas posições-sujeito como pensadoras e escritoras, as mulheres pretas vêm creditando práticas antirracistas frente às “intelectualidades” de legado eurocentrado, deixando-as lá para trás, no seu lugar de sentido único possível e permitido.

A desobediência “aos efeitos de fronteira” (PÊCHEUX, 1990), que as mulheres pretas, nas posições de escritoras, vêm traçando ao escreverem, publicarem e serem lidas, simbolizam “uma prática que, como tal, se marca na linguagem” (DELA-SILVA, 2015, p. 208), cometimento suscitado pelos efeitos das escrevivências em contradição ao discurso dominante, segurado pelo imaginário social de alicerce racista. “A isso, proponho chamar de ‘resistência” FERREIRA-LEANDRO, 2015, p. 103), dar sentidos outros à não sustentação do silenciamento das escritoras pretas, ou das questões raciais de forma geral.

### 3 CONCEIÇÃO EVARISTO COMO MULHER PRETA



O nascimento de Eva, 2017, Harmonia Rosales.  
Disponível em: <https://www.harmoniarosales.com/collections>

Menina, eu queria te compor em versos,  
Cantar os deconcertantes mistérios  
Que brincam em ti,  
Mas teus contornos me escapolem.  
Menina, meu poema primeiro,  
Cuida de mim.  
Conceição Evaristo, *Poemas da Recordação  
e outros movimentos*.

Conforme entrevista publicada no *site* “Mulheres que escrevem” (2017, s.n.), a escritora “Conceição Evaristo nasceu em uma favela da zona sul de Belo Horizonte. É lembrada, na maioria das vezes, por sua origem pobre e por todos os obstáculos que ultrapassou como mulher negra e periférica.” Ela é formada em Letras pela UFRJ, mestre em Literatura Brasileira pela PUC/RJ e doutora em Literatura Comparada pela UFF. Suas obras, poesia e prosa, especialmente o romance *Ponciá Vicêncio* (2017), traduzido para o inglês e francês, abordam temas como a discriminação de raça, gênero e classe. Conceição Evaristo vem conquistando espaço no meio literário, marcando assim, por meio da sua *escrevivência*, a alma da mulher preta na literatura.

De acordo com Coser (2018, s.n.),

A escritora Conceição Evaristo vem alcançando respeito e visibilidade no âmbito acadêmico brasileiro, somando-se a isso a crescente circulação de suas obras no cenário internacional. Quando fala e escreve sobre a condição dos afros-brasileiros, ela afirma o propósito de recriar e registrar a sua história e o seu legado cultural e descrever a experiência contemporânea, em prosa e verso. Impressiona a fluidez com que transita entre os gêneros literários, a poesia, a prosa curta, o romance e o ensaio, assim como a desenvoltura de seu discurso em suas muitas apresentações e entrevistas.

Conceição Evaristo inscreve-se, dessa forma, como intelectual, fortalecendo nomes de mulheres pretas nesse lugar da literatura, questionável por segregações e omissões dos escritos de escritoras pretas. A sua escrita, no sentido de sua “*escrevivência*”, é uma escrita que incomoda e busca tentar derrubar as estruturas/alicerces dos herdeiros (as) da casa grande.

Esse espaço assumido pela posição de escritora e filósofa é um lugar de potencialidade ao pensado de um fazer histórico que fora projetado, assim como qualquer luta da população preta. Não é o agora, mas o depois, o que pode mostrar-se, o diferente, “[...] eu luto agora para não precisar lutar mais” (EMICIDA, 2020, s. n.). Dito de outro modo, no imaginário todas essas práticas (de/em luta) projetadas por sujeitos pretos e pretas acabam insinuando “novas” cadeias de significações para discursos que possam emergir. Dizeres ressignificados em posições de resistências, afinal “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2014, p. 281) e, por sua vez, os sentidos sempre podem ser outros. Inclusive os sentidos do “novo”.

Nosso gesto analítico assim inicia-se com o seguinte recorte da entrevista, cuja primeira instância de importância interpretativa apresenta-se como unidade

significativa que permite a produção de sentidos e/ou efeitos de sentidos e, logo em seguida, o enunciado reflexivo de chamada da entrevista/reportagem.

ENTREVISTA

### Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'

Em entrevista ao 'Nexo', escritora fala sobre memória, vivência, escrita e os avanços e lutas do movimento negro

FOTO: ALLAN ROBERTO/CULTURAL



**Recorte 4** – Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017.

Os efeitos de sentidos no funcionamento discursivo no dizer da escritora, **“minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”**, parte de um binarismo ao pensarmos que a sua escrita é contaminada e impura porque escreve por meio de memórias carregadas de influências e vivências de um coletivo sensibilizado pela condição de vivências de mulheres pretas, em uma mirada de que

[...] escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. (EVARISTO, 2005b, s.n.).

A característica mais forte da obra de Conceição Evaristo é a presença da ancestralidade negra/preta que advém da proximidade com o seu povo. Nessa produção literária, os pretos e, em especial, as mulheres pretas conseguem ter acesso à palavra e também estão dentro da encenação narrativa, ora, não mais silenciadas(os). Dito de outra forma, “[...] a escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra”. (EVARISTO, 2005, p. 205).

Ainda, de acordo como esse imaginário da formação discursiva dominante, podemos observar outro funcionamento discursivo relacionado às mulheres pretas,

condicionadas reduzindo-as a olhares enquanto “[...] corpo-trabalho, corpo-sexo, corpo-peito, nas imagens da empregada doméstica, da mulata e da mãe preta, difundidas como estereótipos discursivos” (CESTARI, 2015, p. 246). Todas essas posições aparecem na resistência escrita e inscrita quando identificamos essas vozes outras, de posições outras discursivas, tanto das mulheres pretas de dentro quanto das estigmatizadas pelo olhar de fora. Elas evocam sentidos outros, ao inspirar e escutar os ruídos nessa inversão de significação secundária que a palavra “contaminada” implode, ao espalhar aproximações e afastamentos de sentidos de formações discursivas porosas/distintas que emprestam sentidos umas das outras. Para a preta e o preto é sempre um movimento de afirmação pareado a uma negação, a efeitos de sentidos repetidos do imaginário social dominante, advindos de denegações, recusas e desprezos que se fizeram como “[...] marcas do racismo em suas investidas para a desumanização, negação da capacidade intelectual e redução do outro ao seu corpo.” (CESTARI, 2015, p. 246).

A escrita de Conceição Evaristo tenta furar uma memória estabilizada, ao corromper – para impregnar, misturar, mesclar, ajuntar, reunir e colocar em risco a escrita da branquitude de cunho naturalizado de orientação patriarcal – a significação semântica do termo “contaminar” que é uma marca da formação discursiva dominante que dificulta, invisibiliza, afasta e silencia. Em outras palavras, essa formação discursiva cuida para que tanto a estrutura do branqueamento seja inatingível, quanto a produção literária branca e masculina, alva e perfeita, não sejam contaminadas pela doença da literatura “menor”<sup>19</sup>, “ruim”. Tais pressupostos são sustentados por discursos racistas, como defesa à “contaminação” que pode manchar o legado constitutivo “do tempo” de um patamar alto e imponente.

As posições-sujeito que Conceição Evaristo carrega são representativas importantes de visibilidade da/para mulher preta, sobre a denúncia, o apagamento, os silenciamentos histórico, social, cultural e político discutidos em torno dos termos mulher, mulher preta e os lugares que seus corpos ocupam no mundo. Não somente da mulher discursivizada pelo viés do homem, mas de uma espécie de “sub da subbase”, isto é, a condição da mulher e preta, numa sociedade que opera pelo

---

<sup>19</sup> Aqui no sentido daquela literatura que “[...] implica marginalização, desvalorização, ausência, e, conseqüentemente, valorização de determinadas estéticas, correntes ou autores como seu contraponto.” (BATALHA, 2013, p. 117).

caráter do racismo patriarcal. Para entender melhor esse conceito, Cleuza Aparecida da Silva (2013, s. n.) explica que o

[...] racismo patriarcal busca traduzir a vivência e a experiência histórica da exclusão centrada no sexismo e no racismo vigentes desde o sistema colonial escravista. O conceito busca qualificar e ampliar conhecimento sobre a singularidade de ser mulher, ser negra, ser trabalhadora e pobre no Brasil, isto é, de vivenciar no cotidiano vários eixos de subordinação, que vulnerabilizam sua existência, cujos resultados são as desvantagens com impacto estrutural para as mulheres negras, na vida e no mundo do trabalho. No mundo do trabalho, o conceito racismo patriarcal dialoga com a divisão sexual e racial, pois é neste mundo que as mulheres negras vivenciam as maiores desvantagens e sofrem múltiplas formas de violações de direitos e violências oriundas das doutrinas ideológicas do sexismo, do racismo e do capitalismo, pois ocupam as funções mais desvalorizadas e menos remuneradas.

Dados estatísticos divulgados pelo governo federal comprovam que, em dez anos, a violência contra as mulheres negras aumentou 54%. Em relação ao desenvolvimento humano, no Brasil, onde a população preta é a maior fora da África, as mulheres negras estão na base da pirâmide social que insiste em demonstrar de forma ilustrativa aquilo que deveria ser oprobioso, a distância em relação ao topo “do” homem branco heterossexual, “figurativo histórico do dominador”. Estão acondicionadas às piores condições de trabalho, menores salários, ocupando postos de trabalho mais precarizados e vivendo em lugares sem condições básicas de moradia saudável. As estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprovam, também, que 21% das mulheres negras são empregadas domésticas, “figurativa histórica do dominado”, e estão entre os piores índices de indicadores sociais e econômicos do país. Lélia Gonzalez (1984, p. 230) explica que,

[...] quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”).

Trabalhando com as condições históricas da contemporaneidade, de acordo com as relações sociais brasileiras, é sabido que as mulheres “brancas”, embora padeçam com as questões/consequências da opressão de gênero, numa sociedade racista, não experimentam a opressão pela cor de sua pele, sendo este um fator, na maioria das vezes, facilitador de acesso a diversos espaços. Com os homens pretos acontece que sofrem com a opressão de raça e, menos marcado que a mulheres pretas, também com a de gênero. Chegamos, por fim, na mulher preta que acumula vários eixos de subordinação/subalternidade e inferioridade que precisam ser relacionados na análise, pois atravessam discursivamente as posições-sujeito nas quais as mulheres pretas inscrevem-se.

A opressão de raça/cor quase se funde com a de gênero, sendo definidor do corpo de “mulher preta”, com a de classe e, por fim, com outro fator importante que é o da afetividade. Esses eixos de opressão fazem da mulher preta – mesmo com progressos históricos e fortalecimento das mulheres como, por exemplo, a maior movimentação, circulação e acesso às leis de amparo às mulheres – preeminente direta e caracterizadora do pacto findado do branqueamento e/ou narcísico, sejam eles estruturais, institucionais, do cotidiano ou afetivo.

Consideramos que é, por meio do corpo da mulher preta, que essas opressões se dão, pois esse corpo era dominado por ser um mero produto/produção no período da escravização e também após a suposta abolição pós-colonial. Destarte, agora como um corpo “livre” de produto/produção, a exploração e o abuso só mudaram no tempo/época, já que “[...] no tabuleiro da nossa ciência, aos sujeitos que investigamos e buscamos compreender concedemos apenas a posição de resistência; ao fim e ao cabo, não nos observam em nossa legitimidade. Somos apenas peças pretas” (ALVES, 2020, p. 35), um real de não-pretos sempre jogando com peças pretas. É nesse sentido que, para Sueli Carneiro (2003, p. 122),

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai

saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas.

É preciso entender que estas diferenças materializam-se ao se constatar que não são as mesmas oportunidades que a mulher preta tem e relação às mulheres não-pretas. Por exemplo, as mulheres pretas têm o salário mais baixo do mercado, sendo a maioria empregadas domésticas, “profissão” que não é questionada, pois é só um voltar ao seu lugar “natural” de servidão, memória carregada do período de escravização e efeito do racismo presente na sociedade. A mulher preta, segundo Claudete Alves Souza (2014, s. n.), também “[...] enfrenta a solidão independente do extrato social. Não se trata de uma exceção, é a regra, um sintoma histórico que indica um comportamento real, as mulheres negras não têm (em sua grande maioria) a experiência do amor”, uma vez que a mulher preta carrega a significação de objeto sem sentimento. Uma das funções da mulher preta seria não se ter laços afetivos ou familiares e sim, permanecer como aquela significada desde as épocas coloniais, como “para se ter relações extraconjugais”. A mulher de pele preta de corpo quente tem papel meramente erótico, fonte de prazer momentâneo.

Entendemos assim que “[...] nos discursos dominantes, as mulheres negras aparecem como corpo-trabalho e/ou como corpo-sexo” (CESTARI, 2015, p. 39), eram, indistintamente, somente corpos em serviço, sem valores, substituíveis, usadas enquanto podiam parir filhos para serem vendidos, corpo servil dócil aos afazeres domésticos, corpo mãe preta para as crianças brancas.

O trabalho exigiu da mulher preta a vitalidade do maior tempo e espaço de sua vida. A mulher preta é “corpo-trabalho”, condição para o seu real. Enquanto algumas pautas feministas buscavam a igualdade/equidade de labor, as mulheres pretas já trabalhavam em pé de igualdade com os homens pretos. Isso nos leva a pensar que a subjetividade feminina de gênero como “sexo frágil” não se tinha tempo para ser vivenciado, não cabia no imaginário social racista uma preta ser considerada mulher, uma vez que tampouco era considerada como humana.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer

tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendido para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851, s. n.).

Sojourner Truth, em 1851, em sua posição de mulher preta, escritora e ativista de movimentos de mulheres, questiona as ações e possibilidades de aproximações que o ser mulher deveria ser entendido. Questiona para além da falta de cavalheirismo do homem. Mostra o quão resistentes as mulheres pretas são existindo por necessidade que nem são delas, invisíveis aos costumes da sociedade, e denuncia esse apagamento ao repetir inúmeras vezes, mas não sou eu uma mulher?

Nesse sentido, vamos ressaltar a constituição do discurso do preto e da preta que fora deslegitimado desde *a máscara do silenciamento*, definido por Grada Kilomba em seu texto “A máscara”. Tal máscara, pedaço de metal colocado entre a língua e a mandíbula e amarrada por detrás da cabeça, era usada a mando dos senhores para que os negros não comecem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam. Sua principal função era implementar um senso de silêncio e, principalmente, de medo, sendo a boca, órgão que simboliza a fala e a enunciação, órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido, já fora lugar tanto de mudez quanto de tortura no passado. (KILOMBA, 2016, p.172).

O olhar de desprezo ao corpo da(o) preta(o) não passa pelo julgamento questionador da culpabilidade. Assim, quando corpos mortos de pretos e pretas eram pendurados por cordas no meio do caminho em estradas como forma de mostrar e/ou impor respeito aos brancos e brancas, esse ato era demonstrativo de ditar medo. Uma ordem que a sociedade estabeleceu e ainda segue vigente. E esse corpo ali pendurado fazia parte do convívio das pessoas. O ser pendurado era uma confirmação no imaginário de que aquele preto/preta “fizera/fez algo de errado” e a sua punição, a morte. Só. Portanto, mereceu.

Normalizou-se a ideia de que corpo preto não precisa de julgamentos, basta ter a pele preta e qualquer um pode ter e se sentir no direito de matá-lo logo. Quem matou, provavelmente alguém branco que se sentiu desafiado, mas está tranquilo, ninguém vai querer encontrá-lo. É como se a qualquer situação houvesse uma autorização de ordem para matar. E quem se sente autorizado para matar? Qualquer um, desde que o alvo seja um corpo preto. Moreira (2019, p. 55) ressalta que

[...] isso significa que a identidade racial branca é um lugar de poder social e também um mecanismo de reprodução de relações raciais hierárquicas. Mais do que uma designação racial, ela indica lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante. Se, de um lado, estereótipos raciais afirmam uma suposta inferioridade de pessoas negras, de outro, eles reproduzem a noção de que brancos são inerentemente superiores.

É questionando posicionamentos, assim como Truth o faz problematizando as evidências do acontecimento do racismo instituído na sociedade decorrente da memória, que fazemos referência a uma forma repetida, aos ecos que permeiam o imaginário da sociedade que já significa o corpo preto, “sem valor”, “sem história”, carregado de dizeres mal ditos que desrespeitam sua condição humana. A reprodução do dizer, regularizado e cristalizado em nossa formação imaginária e ideológica, nos leva a entender, conforme Kilomba (2019, p. 33), que no mundo conceitual branco, o sujeito preto é identificado como o objeto ruim e só merece o que for ruim, os restos deixados à mesa, para que se sinta privilegiado por fazer parte desse complexo de bondade induzida, fazendo-o esquecer que são sobras, mas que o fazem estar ali no mesmo lugar equiparado e normatizado. A casa grande jamais abrirá mão de seus “colaboradores”.

Essas repetições/regularidades de manifestações escancaradas de racismo podem ser encontradas em qualquer espaço de interação humana. Na rua ao andar, crivadas nas páginas policiais e redes sociais em geral. Exemplos disso, podemos citar os casos da jornalista Maju Coutinho e da vereadora Carol Dartora, mulheres pretas que, ao assumirem cargos de referência como apresentadora de programa de TV e no meio político como vereadora, foram vítimas de racismo virtual, incluindo ameaças de morte, atos que foram denunciados e de notória repercussão. Racismo contra mulheres que destoaram do imaginário racial dominante ao fazer “[...] falhar certas coerções discursivas racistas de imposição de ideologia dominante, por meio da resistência e seus ruídos” (LEANDRO, 2019, p. 45), constituindo outros espaços para a mulher preta desestabilizando, assim, pensamentos já ditos, pois contrariam os dizeres dispostos de uma sociedade que não está acostumada a ver pretas e pretos acessarem, enfim, seus direitos onde quiserem.

Mesmo assim, as mulheres pretas continuam sofrendo, ganham menos que o homem preto que, por sua vez, ganha menos que a mulher branca. As mulheres pretas vivenciam um real impiedoso, no qual enfrentam cotidianamente a pobreza, o

racismo e o machismo. Entretanto, “[...] teoricamente já vivemos em um futuro melhor e podemos continuar almejando melhorias. Já colocamos o dedo na ferida. Do discurso da denúncia, passamos para a cobrança dos nossos direitos.” (EVARISTO, 2017).

Diante do percurso dos nossos gestos de análise, ainda é possível que questionamentos duvidosos das formações discursivas filiadas ao caráter do racismo sobressaíam tentando caracterizar ainda mais a falsa ideia da democracia racial.

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo.” E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Lélia Gonzalez, possuindo uma dimensão da ludicidade entre as palavras apontando para a ironia, experimenta circular por outro espaço de significações da formação discursiva branca, contrária a sua, que passa a ser retomada ou costurada no dizer de forma indireta, de modo a produzir deslocamentos e esgarçamento no funcionamento discursivo, desequilibrando os sentidos estabilizados no imaginário social. Questiona o real do racismo que se refere a dizeres afetados pelo sociológico sobre a invisibilidade, apagamento, esquecimento, silenciamento, isolamento e o não-lugar das mulheres pretas e da população preta e/ou grupos sociais jogados à margem. Com dimensão contrária, ao torcer sentidos, desregular/revirar o discurso dominante, surge aí como uma realização de desejos, ela desperta efeitos de sentidos ilusórios em perguntas induzidas pelo discurso irônico, quase um “tirar sarro” que produziu esse efeito de sentido contrário. As significações ganham, assim, um ar de brincadeira em que, segundo Eni Orlandi (1987, p.154-155), “[...] o lúdico representa o desejável. [...] é o que ‘vaza’, é ruptura”, é também resistência.

Diante do exposto, voltemos a atenção para uma das entrevistas concedidas por Conceição Evaristo:

O que a autoria de uma mulher negra representa para a literatura e a sociedade brasileiras?

CONCEIÇÃO EVARISTO: É interessante que **essa autoria** só é nova em termos de recepção. Porque, se a gente for pensar, **o primeiro romance brasileiro, “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis, foi escrito por uma mulher negra. Ela estava escrevendo no mesmo momento que José de Alencar e fica esquecida pela história literária brasileira.**

**Essa autoria vem acontecendo, mas são mulheres que não recebem um tratamento de destaque na história da literatura brasileira. Primeiro porque essa história é marcada pela autoria de homens brancos de classe média. As mulheres começam a aparecer no Modernismo, e a mulher negra muito mais tardiamente.**

Personagens negras femininas criadas a partir da perspectiva da autoria de mulheres negras entram como uma **nova voz na literatura brasileira**

**A autoria de mulheres negras** na literatura brasileira traz uma vertente com **novas histórias, novos enredos, novos personagens**, que na verdade **borram** a literatura. Essa **autoria** tem um discurso literário que se distancia do que foi escrito até hoje a nosso respeito. Ela parte de dentro de nossas experiências, **somos nós dizendo de nós mesmos, nós como sujeitos de autoria, como sujeitos de temática, criando os nossos próprios enredos.**

**Isso é novo na literatura brasileira. Em “Gabriela Cravo e Canela” [de Jorge Amado], [Gabriela] é uma mulher negra ou mestiça e é um texto escrito por um homem branco. Em Aluísio de Azevedo, com Rita Baiana e Bertoleza [personagens de “O Cortiço”], o texto também é escrito por um homem branco.** Zulmira Tavares, que é uma autora brasileira contemporânea, no romance “Joias de Família”: temos ali duas personagens negras, mas criadas a partir da perspectiva de uma mulher branca.

**Recorte 5** – Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. (Grifos nossos).

Tomada por essa posição de lugar de enunciação, podemos associar por meio do “recorte”<sup>20</sup> da entrevista” que a escritora preta Conceição Evaristo, ao enunciar, nos remete à heterogeneidade das posições-sujeito que, quando assumidas, ao serem mobilizadas, produzem efeitos de sentidos no jogo do imaginário social. Segundo Orlandi (2010, p. 18), “[...] a forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais.” Sendo que “[...] o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e,

<sup>20</sup> Entendemos O *Recorte* como um dos conceitos operacionais que se mobiliza na Análise de Discurso, “[...] a idéia do recorte remete à polissemia, e não à informação. Os recortes são feitos na e pela situação de interlocução, aí compreendido, para mim, também um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia”. (ORLANDI, 1987, p. 83). Destacamos em negrito algumas partes dos recortes apresentados neste trabalho concernentes aos nossos gestos analíticos.

consequentemente, pela identificação do sujeito com uma determinada Formação Discursiva.” (GRIGOLETTO, 2005, p. 04). Só assim, segundo Indursky (2008, p. 82-83), “[...] é possível pensar em uma formação discursiva heterogênea que continua comportando um sujeito histórico como um sujeito dividido entre as diferentes posições-sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta.” Para Pêcheux (2014), a posição-sujeito é a junção de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito) e, para Courtine (1982), a especificidade da posição-sujeito se dá no funcionamento do discurso em que o sujeito do saber é interpelado e se constitui em sujeito ideológico que também se identifica com o sujeito enunciador podendo, assim, ocupar diferentes posições (apud GRIGOLETO, 2005).

Sendo assim, Conceição Evaristo, contudo, através da memória que “[...] faz ressoar esses sentidos e trabalha por traz [sic] desse deslizamento, fazendo o sentido primeiro reverberar por trás do novo sentido” (INDURSKY, 2011, p. 80-81), ocupa diferentes posições no discurso. Ora enuncia como escritora, ora como mulher, como professora, filósofa, como mulher preta e mulher preta periférica, como espectadora/divulgadora. Deste modo, “[...] os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra posição-sujeito” (INDURSKY, 2011, p. 77), assim como “[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso.” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Dito isso, ao voltar para o gesto analítico do recorte, é por meio da posição de professora/pesquisadora de literatura que Conceição Evaristo enuncia, produzindo efeitos de sentido a partir dessa posição que ressoa em sua voz em alguns momentos do seu dizer, como se as obras ou as autoras de literatura feminina, a exemplo no recorte, precisassem passar pela oficialidade ditadora. Refere ao “reconhecimento como legítimo” do cânone literário branco, passando a impressão de ser capturada por esses dizeres que circulam no meio acadêmico, por exemplo, de uma universidade que é o contexto da posição professora da escritora.

Tivemos, é importante ressaltar, mesmo em uma sociedade marcada pelo machismo e todo apagamento histórico de mulheres em seus fazeres intelectuais por meio das suas posições, uma mulher preta que, em 1859, publicou um romance brasileiro chamado *Úrsula*, precursor da temática abolicionista na literatura brasileira, sendo considerada a primeira escritora preta brasileira, caracterizando o “novo”. Sua obra demorou para ganhar circulação o que nos leva a entender que não foi

coincidência em se tratando das carreiras dos/as intelectuais pretos/as do Brasil.

O fato é que essa mesma escritora estava “escrevendo no mesmo momento que José de Alencar” e aí, podemos caracterizar um acontecimento chamado “sofrer do racismo estrutural”, sendo um tipo de racismo que faz com que um escritor(a) se torne um cânone e outro(a) simplesmente seja apagado(a) não produzindo sentido no/pelo fio da história. Assim como a obra de Maria Firmina dos Reis fora silenciada/interditada, também aconteceu com a produção literária de Carolina Maria de Jesus, autora do livro *best-seller* na década de 1960, *Quarto de Despejo – Diário de Uma Favelada*, traduzido para 25 países e, mesmo assim, Ivan Cavalcanti Proença, membro da Academia Carioca de Letras, em uma sessão literária disse que “Não é literatura, é um documento importante, extraordinário e de significado sócio-econômico e cultural muito sério, mas não é literatura” (DAMASCENO, 2017, s. n.).

Após, contudo, seus livros constarem, a pouco tempo, como leitura obrigatória para o vestibular, a escola começa “[...] a perceber a ausência de autoras negras em seus currículos e até mesmo provoca a universidade a refletir sobre a ausência desses sujeitos em suas ementas acadêmica, provocando uma desestabilização dos juízos de valor [...]” (LEANDRO, 2019, p. 62). A autoria feminina preta, no que se refere à linguagem escrita, vai chegar mais tarde, mas como perfil de resistência. Ela já tem se movimentado por entre brechas mesmo sem o tal reconhecimento.

Ainda sobre o racismo estrutural, esse faz com que percamos a oportunidade de saber/entender que a pluralidade nos circunda, que o que é ensinado pode ser dito de formas inimagináveis engendradas, que o outro do branco é o preto, e por nos permear a ilusão da democracia racial essa relação é velada até mesmo porque faz parte da cultura do nosso país entender-se como não racista, outra ilusão para maquiagem práticas racistas. Podemos percebê-lo pelo fato de não termos estudado Maria Firmino do Reis na escola ou universidade, ou pelo fato de tratarmos essa situação como normal. Entre um branco de classe média e uma mulher preta periférica disputando espaço na história literária brasileira, resolve-se a questão pelo “pacto narcísico da branquitude”<sup>21</sup> que se objetiva no ensejo silencioso e consolidação dos

---

<sup>21</sup> Termo cunhado por Maria Aparecida Bento, “A omissão e o silêncio de importantes atores do mercado de trabalho, aparecem materializados nas entrevistas com os gestores, que raramente percebem o negro em seu universo de trabalho. Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de **pacto narcísico**, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é inventado como um ‘outro’ inferior, em

seus iguais. De acordo com Ribeiro (2019, s. n.),

[...] seria um acordo silencioso entre pessoas brancas que se contratam, se premiam, se aplaudem, se protegem. Narciso era um jovem caçador e se achava tão belo que só conseguiu se apaixonar pela própria imagem. No reflexo narcísico, pessoas brancas vivem num mundo onde sua imagem é representada de forma avassaladora. Na televisão, nos jornais, nas redações, na Oscar Freire, no Leblon, nos círculos de elite das cidades do interior, nas festas coloniais na Bahia, a cor é branca e isso não choca.

A cor branca sequer é questionada porque é permitida, é da ordem da normalidade tais situações, o que seria diferente se uma pessoa preta adentrasse em algum desses ambientes, como, por exemplo, o literário aqui discutido. Sua presença seria logo notada por olhares incômodos já estruturados do imaginário que buscam simbolicamente a presença negada, impedida e silenciada da preta ou do preto. “A negritude é sempre vista, mas é ausente. A branquitude nunca se vê, mas está sempre presente” (KILOMBA apud RIBEIRO, 2019b, s. n.). Esse olhar narcísico, funcionamento discursivo da branquitude, apaga tudo por meio do silenciamento do que não é branco com efeito de “[...] produzir uma constante mediocridade, uma vez que não é realístico que apenas um grupo social produza mentes pensantes e talentos.” (RIBEIRO, 2019b, s. n.).

Podemos dizer, então, que essas obras são discursivizadas como “menores”, ou mais popularmente como escritas da “margem” e não circulam nos meios acadêmicos com tanta facilidade. Por isso, são encaradas como literatura de resistência e, por outro lado, ser da margem e/ou de resistência ganha uma significação outra caracterizadora importante de impressão interior para produção que já perpassa os tempos, “[...] essas escritoras buscam produzir um discurso literário próprio, uma contra-voz à uma fala literária construída nas instâncias culturais do poder.” (EVARISTO, 2005, p. 54).

Podemos citar alguns exemplos em “clássicos” da literatura brasileira de como

---

contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse ‘outro’ é visto como ameaçador. Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política do negros, no universo social. Neste contexto é que se caracteriza a branquitude como um lugar de privilegio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras.” (BENTO, 2002, p. 01 – grifo nosso).

mulheres pretas são ditas ou discursivizadas, são personagens que circulam pelo imaginário social por serem de livros aceitos indiscutivelmente pelos meandros acadêmicos.

Aparecem caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza que morre focinhando, por uma sexualidade perigosa como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ambas personagens de *O Cortiço*, (1890) de Aloísio de Azevedo, ou por uma ingênua conduta sexual de Gabriela, *Gabriela, Cravo e Canela*, (1958) de Jorge Amado, mulher-natureza, incapaz de entender e atender determinadas normas sociais. (EVARISTO, 2005c, p. 53).

A literatura do “centro”, portanto, auxiliou para ficcionalizar, invisibilizar e consolidar a simbolização que deprecia a mulher preta carregada das significações racistas do período da escravização. São livros de grande circulação que sustentam uma memória racista e que, inconscientemente, vai espargir no imaginário social. Como esse “novo” discurso literário de/das mulheres pretas, conseguimos acompanhar um deslocamento em discursos consagrados sobre a representação simbólica das posições das mulheres pretas ao serem projetadas esperadamente para além da literatura.

As escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. (EVARISTO, 2005c, p. 54).

As personagens femininas pretas passam agora a serem gendradas pela autoria de mulheres pretas, e, desta forma, a autora coloca-se na posição de marcar o “novo”, como esse lugar de autoria e escrita sendo uma “[...] nova voz na literatura brasileira. A autoria de mulheres negras na literatura brasileira traz uma vertente com novas histórias, novos enredos, novos personagens, que na verdade borram a literatura.” (EVARISTO, 2017, s. n.). Ainda nesta elocução é interessante pensarmos no funcionamento discursivo da palavra “borram” que ao ser utilizada brinca com a sua significação, porque borrar seria apagar, danificar, estragar algo. Mas age ao ser

dita à revelia do sujeito, juntando a pluralidade das palavras que vão marcar o atravessamento de sentidos que são apreciados de maneira diversa, sendo plural. É um sentido “estranho/inusitado” movendo-se pela marca do alinhamento que a ideologia ilusoriamente vai investindo.

Ainda nesse recorte o uso do “nós” se faz presente ao entendermos que por meio das posições de Conceição Evaristo no seu ato de enunciar, “somos nós dizendo de nós mesmos, nós como sujeitos de autoria, como sujeitos de temática, criando os nossos próprios enredos”. (EVARISTO, 2017, s. n.). Ela vai oscilando entre o “eu”, uma autorrepresentação, e o “nós” sendo representação que marca a presença de uma coletividade, “[...] momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo de repetição” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Esse coletivo retomado pelas posições de Conceição Evaristo acaba surgindo como o efeito de sentido inserindo-se e marcando-se, fazendo dela uma porta-voz das mulheres pretas na literatura, e

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determinou esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta como o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato como adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

E assim, por meio das posições-sujeito, percurso e entradas em espaços nunca pisados, Conceição Evaristo vai construído diálogos “[...] confrontando aos efeitos recorrentes dos trabalhos revolucionários da memória, onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servindo-lhe e reviver através dele” (PÊCHEUX, 1990, p. 18). Em outras palavras e complementar a isso, as posições de militância e a produção literária para o fazer científico têm sido apontadas “[...] como um meio de imprimir maior velocidade e resultados ao processo de emancipação da mulher negra, pois essa interlocução constitui-se no enfrentamento das questões no campo ideológico e no âmbito das práticas sociais.” (PALMEIRA; SOUZA, 2008, p. 07). E por que não nas estruturas performativas de poder.

Ainda refletindo o discurso marcado, materializado de Conceição Evaristo, nossas análises apontam que esse nos remete a uma espécie de resistência que, segundo Zoppi-Fontana (2017, p. 68), vem “[...] deste lugar de enunciação assim constituído pela projeção das Formações Imaginárias nos processos discursivos.” De mulher, preta, da favela que representa a voz de muitas escritoras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Maria Tereza e outras, por meio da sua *escrevivência* – expressão essa que está na base de sua literatura e que traduz uma prática de muito tempo capaz de afetar diferentes posições do sujeito, pois ecoa na história deixando de ser apenas uma repetição para ser uma ruptura que desloca de uma ideologia.

A *escrevivência* de Conceição Evaristo é um exemplo dessa resistência praticada, podendo ser entendida como um acontecimento discursivo, pois

[...] rompe com uma série de repetições, desestabilizando sentidos já naturalizados historicamente; assim, produz uma ruptura na memória discursiva dominante e abre espaço para uma nova série de formulações que colocam em circulação sentidos silenciados ao longo dos anos de dominação. (ZOPPI-FONTANA; CESTARI, 2014, p. 177).

Ao provocar um confronto entre os discursos, surgindo aí novos efeitos de sentido que integram a formação imaginária, Conceição Evaristo, por meio de sua posição atenuada como ativa nessa intelectualidade representativa, inscrita nas posições de escritora e filósofa, dá uma “mexida” e coloca à baila essas mulheres, ora escritoras, como ativas, sujeitos da resistência e entrega na bandeja outras formas de significar essas “intelectualidades”. Não mais únicas e brancas, mas vozes pretas múltiplas integrando a literatura escrevendo, sendo lidas e sentindo-se representadas por narrativas livres das amarras racistas. “Nestas práticas, recorre-se à legitimidade do conhecimento científico, aos elementos da estrutura narrativa mítica para o relato não ficcional das histórias de vida e à inversão dos estereótipos” (CESTARI, 2015, p. 55).

São mulheres pretas que escrevem e praticam resistências em lugares outros, resistindo a formas de opressões ou silenciamentos e resistem para serem restituídas de lugares que foram silenciadas. Temos mulheres pretas com livro mais vendido no ano, *O pequeno manual antirracista*, de Djamilia Ribeiro, que também ganhou na categoria Ciências Humanas no “Prêmio Jabuti”. A escritora Conceição Evaristo também levou um “Jabuti” com o livro de contos *Olhos d’água*. Recentemente

Jaqueline Goes de Jesus recebeu o Troféu Hors Concours do “Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos”. Foi coordenadora da equipe do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo (USP), responsável pelo sequenciamento genético do coronavírus no Brasil.

No meio político, sendo vereadoras, Karen Santos (Psol), Dani Portela (Psol), Laura Sito (PT), Carol Dartora (PT), Camila Valadão (PSOL), Karla Coser (PT), Tainá de Paula (PT), Edna Sampaio (PT), Vivi Reis, Divaneide (PT), Fátima Santiago (PP), Ireuda Silva (Republicanos) e Erika Hilton (Psol), mulher trans. Marielle vive!

Ganhando prêmio em *realities*, a médica Thelma de Assis do “BBB” e cantora Jojo Todynho da “Fazenda”. Temos também o protagonismo das jornalistas Maria Julia Coutinho, Zileide Silva, Dulcinéia Novaes, Joyce Ribeiro, Luciana Barreto. Espaços de disputas como a cadeira da Academia Brasileira de Letras<sup>22</sup>, que Conceição Evaristo à pedido popular tentou concorrer, estão no horizonte dos Movimentos de Mulheres Negras se apresentam de várias maneiras.

Os Cadernos Negros (1978), outro exemplo – ainda hoje ativo com publicações anuais de contos (anos pares) e poemas (anos ímpares) –, são nessa dinâmica de invenção um ponto de acolhimento, não só editorial, mas no sentido de as pessoas enxergarem da literatura preta brasileira. A ONG Criola, criada em 1992 por Jurema Werneck, pensando a continuidade de luta que marca a existência e defesa incondicional das mulheres pretas.

Práticas como a campanha “Racismo virtual, as consequências são reais”, levam do espaço virtual às ruas, em *outdoors*, postagens racistas que circulam pela *internet*. “Estes são todos modos possíveis de dizer desde diferentes posições sujeito, de se inserir num debate no qual se confrontam redes de memória nas lutas por sentidos e lugares de enunciação.” (CESTARI, 2015, p. 29). Enfim, são alguns espaços “elitizados” que a cada dia ganham mais “espelhos de/da negritude”, ou seja, são posições-sujeito de resistência em discursos antirracistas de movimentações plurais que furam uma ideologia dominante de interdições, despolitizando e permitindo

---

<sup>22</sup> A Academia Brasileira de Letras é mais uma das instituições nacionais “sem representatividade”. Com 120 anos de existência, apenas 8 mulheres “conquistaram” suas cadeiras. São elas: Rachel de Queiroz, Diná Silveira de Queirós, Ana Maria Machado, Cleonice Berardinelli, Rosiska Darcy de Oliveira, Lygia Fagundes Telles, Zélia Gattai, Nélida Piñon. Caso fosse admitida, Conceição Evaristo seria a 9.<sup>a</sup> mulher e a 1.<sup>a</sup> mulher preta e a integrar a ABL. Porém, venceu um cineasta, Cacá Diegues. A chegada da escritora à Academia seria um feito histórico para a literatura brasileira e de forma mais ampla para mulheres negras cujo lugar da escrita nunca fora dado como natural. A não entrada dela para a Academia de letras brasileira é tão somente um exemplo das várias inviabilizações e cancelamentos impostos para dificultar o percurso dos/das pretos/pretas e colocá-los à margem.

deslocar os sentidos, fazendo tremer as estruturas sociais do racismo.

De acordo com o exposto, é importante teorizar, a partir de Orlandi (2007, p. 42), que as Formações Imaginárias constituem-se a partir das relações sociais e funcionam no discurso por meio das imagens. Há na língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa. Nos dizeres da escritora Conceição Evaristo, nos exemplos das movimentações que as mulheres pretas estão inseridas ou pelos infindos meios, notamos um

[...] imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito [...]. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva. (ORLANDI, 2007, p. 42).

Na direção do que apresentamos acima, Conceição Evaristo descreve no recorte seguinte como o corpo da mulher preta é lido pelo olhar do outro. Mesmo sendo uma escritora reconhecida, tendo seu corpo e voz representativos de resistência, a posição que é ativada pelo imaginário social e validada pelo contexto histórico-social da memória, faz circular o sentido de que é um corpo rejeitado, sem consideração e inferior, por estar disponível para a morte ao carregar significações e dizeres acometidos pela ideologia racista. O lugar que esta literatura de/da resistência feminina e preta discute neste estudo, é o de enfrentamento que passa por essa possibilidade de desconsiderar a objetivação do corpo da mulher preta<sup>23</sup> que não se vê sendo respeitado. Esse corpo é discursivizado pela formação discursiva dominante, pelo olhar do colonizador branco que o destitui de humanidade, de sua vitalidade e o contempla como se estivesse desimpedido para violência física, mental, espiritual, como mulher permissiva, à disposição para o usufruto meramente e, sem pestanejar, à morte.

---

<sup>23</sup> A exemplo do que está sendo desenvolvido, tivemos um dos prefeitos do Rio de Janeiro fazendo “piadas de cunho sexual, ofendendo uma mulher negra visivelmente incomodada com a situação. Ao ser chamada para receber as chaves do imóvel, o prefeito carioca e a mulher entram na casa. Ao chegarem no quarto, Eduardo Paes diz: “Vai trepar muito aqui nesse quartinho.” Não satisfeito, pergunta se a moça é casada e emenda: “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui.” Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega: “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui. Tá liberado, hein. A senha primeiro.” Visivelmente envergonhada, a moça se afasta e diz que vai trancar a porta de casa.” (RIBEIRO, 2016, s. n.).

Como você definiria o que é ser uma mulher negra no Brasil de hoje?

CONCEIÇÃO EVARISTO: **Para mim seria:** comemorar as conquistas mas ainda não perder a consciência de que, em qualquer situação... ontem mesmo uma moça me perguntou: **“como é a sua situação hoje como uma escritora negra reconhecida?”**. Eu disse que se eu sair ali na rua, sou uma mulher negra vulnerável como qualquer outra.

Nenhuma porta nos é aberta por oferecimento. Todos os lugares em que estamos têm a ver com as nossas demandas. Acho que por mais que a gente tenha tido conquistas, **nós somos vulneráveis, somos simplesmente mulheres negras que estão vulneráveis a perder seus filhos, vulneráveis nas situações subalternizadas que vivem, criando seus filhos sozinhas, diante do imaginário que a sociedade brasileira tem em relação a elas.**

**Ao mesmo tempo, somos mulheres muito mais fortes, até por esse processo longo de história em que estamos mostrando nossa resiliência. Acho que estamos muito mais preparadas para quebrar com esse estado de coisas.**

**Recorte 6** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. (Grifos nossos).

Em relação à questão racial, entendemos que é por meio da interpelação ideológica que os sentidos se juntam aos sujeitos num processo de identificação. Conforme apontamos anteriormente, ao enunciar por meio de suas posições-sujeitos, Conceição Evaristo oscila utilizando o pronome “eu” ao mesmo tempo que o “nós”, uma vez que ela se marca subjetivamente como parte desses jogos de significações por ser mulher, preta e também a porta-voz desse coletivo que se coloca insistentemente para os encontros de sentidos.

Em suma, existe um funcionamento social que “coloca” o sujeito “mulher preta” em lugares exclusivos estabilizados no imaginário e que, mesmo sendo uma escritora reconhecida, o seu lugar é de mulher, preta – que tornou-se vulnerável com as condições históricas estruturais racistas em que a sociedade brasileira se fundou – cujo corpo pode ser confundido, violável como qualquer “outra” mulher.

Aqui podemos verificar a deriva dos sentidos, sendo que “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciado é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.” (ORLANDI, 2005, p. 11). Os sentidos podem e devem ser outros. De acordo com o recorte citado, pode-se apontar o dado de que não são somente mulheres pretas que são vulneráveis, o contexto histórico brasileiro mostra que o

gênero feminino sofre com as consequências de um país que mantém a estrutura fortemente patriarcal e machista. Ser “vulnerável como qualquer outra” é saber que mulheres brancas ou pretas podem ser violentadas física e moralmente a qualquer momento e situação. Podemos acompanhar as notícias de que mulheres são mortas pelo simples fato de não quererem mais a continuidade de um relacionamento. A intolerância viril de um homem beira a doença.

Porém, ao enunciar – considerando mais uma vez a reunião de mulheres pretas em um coletivo, que colocam seus corpos em movimento para significar e fazer produzir outros sentidos na sociedade –, “[...] somos mulheres muito mais fortes, até por esse processo longo de história em que estamos mostrando nossa resistência” (EVARISTO, 2017, s. n.), entendemos que esse “[...] gesto de resistência visa desautorizar o uso da interpelação ideológica atravessada pela tensão racial como funcionamento apenas para produzir mais opressão e subjugação”. (MODESTO, 2018, p.135).

No dizer de Conceição Evaristo está materializado o sentimento de resistência de uma classe deixada à margem, surgindo uma forma de interferir e modificar as significações pré-estabelecidas, os já-ditos, o pré-construído, dando “nova” dimensão na organização dos sujeitos.

Os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que as redes discursivas de formulação, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória. (INDURSKY, 2011, p. 76).

Ao reconstituí-las, surgem atitudes outras, valores e normas, uma “nova” definição de um sujeito a uma dada formação social. É uma projeção no real, ainda a ser simbolizado.

É nessa relação com a alteridade que se instauram as lutas por reconhecimento de formas outras de existência histórica, produzidas por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução de normas quanto para sua ruptura e deslocamento. No jogo especular das formações imaginárias, das projeções antecipadas que demandam diversos modos de estar no mundo, ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua dimensão contraditória e equívoca, faz

parte do processo de constituição do sujeito do discurso. (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 65).

Assim, percebemos que a movimentação discursiva dos sujeitos e também dos sentidos nos processos e/ou práticas de resistência, imbrincada com o contexto histórico, tende a outras formas de subjetivação, pois “[...] está na origem dos novos sentidos que até não eram possíveis de ser pensados” (INDURSKY, 2008, p. 26), mas que ao simbolizar faz circular maneiras outras também de identificação. Reformulando inclusive as “projeções antecipadas” de se “ver” e “ver” o outro.

### 3.1 MANIFESTO ESCRITO AO “ARRAIAL DA BRANQUITUDE”

Nesta seção, consideramos, a partir do recorte de entrevista de Conceição Evaristo, o “manifesto” escrito por Giovana Xavier para questionar a ausência, silenciamento e apagamento das(os) autoras(es) negras(os) em eventos literários do país. A Flip (Feira Literária Internacional de Paraty) é um “marco” de encontros para quem gosta de literatura. Acontece anualmente na cidade de Paraty/RJ. Segundo o seu site oficial (2020, s. n.), a feira é

[...] uma experiência de encontro permeada pelas artes. Desde 2003, quando estreou em um espaço improvisado com pouco mais que vinte autores convidados, a Flip se conectou intimamente ao território que a recebeu. Pioneira em ocupar os espaços públicos com cultura, **a Flip é um momento importante para o debate de ideias e um ponto de encontro de toda a diversidade** – o F, afinal, é de festa. Cada edição presta homenagem a um autor brasileiro e reúne um vigoroso time de escritores, **de diferentes origens e perspectivas**, para se encontrar com o público em Paraty [...]. (Grifos nossos).

A descrição acolhedora da Flip, contudo, não se mostra na prática de acordo com a diversidade que propusera em sentidos explícitos. A palavra “feira” quando pronunciada/enunciada busca imagens de movimentação, de rostos diversos, idas e vindas plurais, cada uma com a sua finalidade, as barracas das “especificidades” que se juntam e não são dos mesmos produtos; o que seria uma feira com as mesmas “mercadorias”? A Flip “assina no papel a diversidade”, mas, ao censurá-la, passa a ser chamada/acusada de um “arraial da branquitude”. E é nessas condições de produção que o “manifesto” de Giovana Xavier, mediante a posição-sujeito de

escritora, mulher preta “[...] poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo.” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

A ausência/apagamento de escritoras pretas tem uma marca ideológica que, no decorrer da história, vem embranquecendo e silenciando qualquer vestígio de negritude às(aos) escritoras(es) da academia ou não. Ao pensar nas práticas dessas feiras, mais uma vez e como quase todas as outras manifestações de pretas e pretos, precisou-se rebater as composições dos encontros e realização dos eventos literários que, em suas programações, quase nunca há uma presença preta. Mais uma vez foi necessário haver uma mobilização conjunta no virtual, de tamanha repercussão, para que assim “pudessem refletir”.

Ao escrever o “manifesto”, Giovana Xavier, interpelada pela posição-sujeito de escritora, questiona a parcialidade de um evento literário que homenageia mulheres escritoras, mas não “se lembra” das escritoras pretas. Questiona esse posicionamento que vem a calhar na manutenção de um *status quo* da mulher preta escritora, do ilusório sentido de que existe uma igualdade de oportunidade para todos e todas. O que corroboramos com atriz Viola Davis (2015), ao dizer que “a única coisa que separa as mulheres de cor de qualquer outra pessoa é a oportunidade”, nessa complexidade ingrata a espera de serem lembradas. Efeito de um regime de escravização que moldou o imaginário social e que indica a inferiorização do sujeito preto, por meio da memória que respinga ainda hoje, dificultando o discurso afirmativo e tentativas da preta e do preto de “ascender” ou ao menos participar do que a sociedade propõe como lugares democráticos.

Se ainda é necessária a produção e divulgação de uma carta pedindo que olhem a produção literária das mulheres pretas, é porque ainda prevalecem interesses de predominâncias da branquitude embalada pelo pacto narcísico dessa mesma supremacia, e um sentimento de deslegitimação, alheio às movimentações literárias das mulheres pretas. Por branquitude, compreendemos a composição de tudo o que foi naturalizado pela “civilização” dos que falam mais alto, por privilégios de uma raça (branca) legitimada superior com direito nato de interromper, barrar modos de subjetivação outras que não sejam pelo prisma do mesmo olhar. Aqueles que concentram-se nos espectros ideológicos do não direito, apoiados pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, portando, amparados pela sociedade. A branquitude, neste gesto de análise, surge como grande precursora de silenciamentos/apagamentos, que

não se preocupa com questões raciais, pois a cor de sua pele é protegida, traz conforto, uma ilusão repetida ao transformar essa cor em objeto de desejo.

Primeiramente, a entrevista:

Você participará da edição deste ano da Flip. Em 2016, comemorou-se que era “o ano das mulheres”, mas a curadoria também recebeu críticas sobre a ausência de autores negros. Os festivais e o meio literário brasileiro estão ficando mais diversos?

CONCEIÇÃO EVARISTO: Este ano, sem sombra de dúvida, a Flip vai ser outra história. Muito em função, justamente, de todo o questionamento que houve ano passado. Quem alavancou esse processo foi **um manifesto escrito em 2016 pelo grupo Intelectuais Negras**, coordenado por Giovana Xavier, da UFRJ. Ela soltou esse texto, que viralizou. O texto foi o mote que toda a imprensa usou para levantar **essa questão de não ter escritores negros**.

Mais uma vez eu falo **da força do coletivo**. Hoje a Flip vai ter outra feição, uma que a gente acredita ser muito mais democrática, a partir de um questionamento nosso. Nenhuma porta nos é aberta por oferecimento. Todos os lugares em que estamos têm muito a ver com os nossos questionamentos e demandas.

**Recorte 7** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017.  
(Grifos nossos).

Na sequência, trazemos parte da “Carta aberta à Festa Literária Internacional de Parati – Cadê as Nossas Escritoras Negras na FLIP 2016?”, escrita por Giovana Xavier, datada de 27 de junho de 2016.

Em um país de maioria negra e de mulheres, portanto de maioria de Mulheres Negras, é um absurdo que o principal evento literário do país ignore solenemente a produção literária de mulheres negras como Carmen Faustino, Cidinha da Silva, Elizandra Souza, Jarid Arraes, Jennifer Nascimento, Livia Natalia e muitas outras. [...] **Este silenciamento do nosso existir em uma feira que se reivindica cosmopolita, mas está mais para Arraiá da Branquidade, insere-se no passado-presente de escravidão, no qual a Mulher Negra é representada, vista e tratada como um corpo a ser dissecado. Um pedaço de carne que está no mundo para servir. Um objeto a ser estudado e narrado pelo outro branco.** Foi assim com **Maria Firmina dos Reis**, Mulher Negra do Maranhão, autora de *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista da história do Brasil, datado de 1859 e que, embora reeditado pela Editora Mulheres em 2004, mantém-se desconhecido da maioria das pessoas. Repetiu-se com **Carolina Maria de Jesus**, uma Mulher Negra. Mineira de Sacramento, a autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de 1960, migrou para São Paulo onde trabalhou como empregada doméstica e catadora de papel. [...] Em uma Feira Literária Internacional que em 2016 traz como **tema a “mulher”**, sem no entanto considerar a pauta prioritária dos **movimentos transfeministas e feministas negros** acerca das

diversas experiências que definem o que é ser mulher, vemos-nos obrigadas a retomar a pergunta de 1851 da abolicionista afro-americana Sojourner Truth: **“e não sou eu uma mulher?”** Em um país em que 93,9% dos autores são brancos e 72,7% homens, a feira que podia representar um contraponto, posiciona-se na linha “mais do mesmo”, comunicando para seu público que **o ato de ler e escrever não é para o nosso bico**. Como uma Mulher Negra, pesquisadora da escrita e da história das Mulheres Negras, eu encerro com **Esmeralda Ribeiro: “ser invisível quando não se quer ser”** [...] mas “a brincadeira agora é outra”. Somos humanas. **Somos diversas. Somos visíveis. E como autoras e donas de nossas próprias histórias faremos valer a luta ancestral para que nossa palavra seja impressa, ouvida e respeitada.** (grifos nossos).

Ao questionar a ausência das escritoras pretas em um encontro que homenagearia personalidades/escritoras do país, mais uma vez acompanhamos o funcionamento do pronome “nós” na escrita de Giovana Xavier. Sendo um sujeito escritora preta, o pronome “eu” “[...] se mostra na sua individualidade, na potência de um dizer de si. [Mas que se cola aproximando dos] Múltiplos ‘eus” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 68). O que ao se misturar indetermina, multiplicando o que seria as posições empíricas, fazendo funcionar a voz de uma coletividade.

Giovana, agora como porta-voz de vozes coletivas de mulheres pretas, “[...] que na singularidade de seus testemunhos produzem o esteio no qual se ancora a legitimação imaginária de um lugar de enunciação” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 68), que parte de um consenso para expressar um todo, “[...] somos diversas. Somos visíveis. E como autoras e donas de nossas próprias histórias faremos valer a luta ancestral para que nossa palavra seja impressa, ouvida e respeitada” (XAVIER, 2016, s. n.). Ainda sobre o “eu” e o “nós”,

[...] interessam os funcionamentos discursivos associados a cada um deles e as relações de sentido que se estabelecem na passagem de um a outro: este nós diz de si mesmo inserido em polêmicas, em um movimento de denúncia ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe, de negação dos dizeres e ditos sobre as mulheres negras, de reivindicação e construção de imagens positivas para “mulheres negras”, de narração de suas histórias e construção de seus heróis e heroínas, de lamento de suas dores, entre outros. (CESTARI, 2015, p. 152).

Ao apresentar “[...] esse sujeito, oriundo desse mesmo segmento, faz-se povo ao falar” (INDURSKY, 1992, p. 128). Uma escritora, em nome de todas as escritoras pretas, constrói-se aí como a intérprete dos anseios de um coletivo, ao ser um porta-voz desse coletivo que não está representado na feira literária. (INDURSKY, 1992).

São, portando, “[...] enunciadores originários da palavra mediada”. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 21). A voz eco de Giovana reúne presenças das vozes de cada escritora que se sentiu silenciada e, por meio da “Carta aberta”, pode denunciar para causar incômodo, constrangimento e reflexão aos envolvidos.

O “manifesto” enuncia-se na regularidade de um “novo” que se abre, de um dizer que busca romper com o imaginário social que silencia o significante mulher. Mais uma vez a escrita da mulher preta se apresenta como resistência, pois, segundo Míriam Alves (2010, p. 185),

É de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe. A partir de sua posição de raça e classe, apropria-se de um veículo que pela história social de opressão não lhe seria próprio, e o faz por meio do seu olhar e fala desnudando os conflitos da sociedade brasileira.

Giovana Xavier propõe um “manifesto” em denúncia de ato que se pode caracterizar como racista, “[...] que é constantemente abafado, aquilo sobre o que não se pode falar embora todos saibam, aquilo cuja textualização produz conflito” (MODESTO, 2018, p. 150), que provocou um efeito de sentido da resistência, pois é um dizer basilar de muitas vozes silenciadas que, mesmo com as movimentações atuais, suscita uma repetibilidade do passado que ecoa no presente.

O encontro de uma memória com a atualidade que ainda apresenta-se em remodelação. “O sentido não para, ele muda de caminho” (ORLANDI, 2007b, p. 13), mas é sempre uma ação pensada em função da outra. “Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam [a preta, o preto], processo que [os colocaram] *no* silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história.” (ORLANDI, 2007b, p. 58).

É por meio do efeito de sentido do silenciamento, da falta da presença das escritoras pretas na Flip, que se pode depreender também a ideia de que elas foram censuradas, “[...] a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (ORLANDI, 2007b, p. 13), pois a censura é uma forma de silenciar vozes e impede que os sentidos criem redes de memória na circulação.

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível se define pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. (ORLANDI, 2007b, p. 104).

Os sentidos se movem de acordo com a comanda social e/ou linguística, sendo assim, são as relações de poder que ditam quem diz e quem não diz. A quem é permitido participar em uma Flip ou não. É por isso que se pode afirmar que o texto “manifesto” indaga o “[...] funcionamento das lutas pelo reconhecimento e das práticas de resistência às diversas formas de dominação no interior do processo de interpelação ideológica.” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 69). Processos de silenciamentos, articulados por uma desidentificação, uma negação de espaço de escuta à produção literária de mulheres pretas, que motivam gestos de análises pelo viés da ruptura, atravessados por práticas discursivas de resistência, oportunizando espaço de falar sobre, ao dar sustentação a novas práticas, dizeres outros.

### 3.2 CANÔNICA DA MARGEM – MARGEM CONTAMINANDO O CENTRO

Ouvir a voz da periferia, enegrecer o centro, a negritude precisa dizer. Dizer para além do dito. Faltam histórias na literatura que se pretende canônica. As escritoras pretas estão reescrevendo essas histórias num espaço de negação histórica à mulher. A “[...] negação da legitimidade cultural da mulher, como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação foi, no contexto dessas literaturas, uma realidade que perdurou até, mais ou menos, a década de 1970” (NAVARRO; SCHMIDT, 2007, p. 86).

O que esses já-ditos e não-ditos desconsideram é que, desde a Antiguidade, aos homens é dado o direito de pensar e contar a história geral e a sua própria e individual, de criar e de produzir conhecimento racional e científico sobre vários assuntos. Contudo, durante séculos, as mulheres não possuíam esse mesmo espaço, sendo formuladas e definidas por imagens e discursos representados por meio do olhar e da fala masculina. Disso resulta que os sujeitos do sexo masculino são

os narradores da história feminina. Às mulheres, excluídas do posto público que os homens ocupavam naturalizadamente, são dadas à posição maternal e doméstica, lugares destituídos de importância histórica, seja na visão de historiadores, seja na institucionalização do conhecimento filosófico [...]. (PEINHOPF, 2020, p. 43).

Percebemos aí um jogo pensado e controlado pela via patriarcal e de hierarquia de gênero, resultando no esquecimento e apagamento do fazer literário feminino, mas que esteve em posição de uma escrita de resistência. Em direção complementar, Zilá Bernd (2013, p. 129) avança para a questão de gênero e afirma que recuperamos, a

[...] partir de vestígios memoriais [...], um doloroso percurso que parte do silêncio, isto é, da palavra sequestrada, para a formatação dos rastros, buscando recompor, de seu ponto de vista, uma história até hoje tradicionalmente contada da perspectiva masculina, já que o acesso da mulher ao universo da historiografia é recente.

Voltando a pensar a respeito das escritoras pretas, Conceição Evaristo ressalta em seu dizer, a exemplo do recorte transcrito abaixo, a importância do Movimento Negro e também das pequenas editoras na publicação e divulgação dos seus escritos, opção outra que fica no “corredor editorial” dos modelos canônicos literários.

Você já foi chamada de ‘canônica das margens’ O que isso quer dizer?

CONCEIÇÃO EVARISTO: Essa expressão é de uma pesquisadora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como há muitas pesquisas sobre os meus trabalhos, normalmente os pesquisadores dessa literatura não canônica dizem que **eu seria a canônica da margem**. E como alguns que também **estão produzindo nessa “margem”** citam meus textos, já me têm como referência, ela me intitula assim.

**Acho que é muito mais uma expressão irônica, até para fazer quem define esse cânone pensar: a margem cria os seus modelos, a gente também sobrevive, vive sem estar atrelada a esse modelo que os canônicos querem nos impor. Nós criamos os nossos modelos a partir das nossas experiências. Temos também nossos paradigmas, que não são necessariamente aqueles que querem nos impor. Embora eu também ache que todo paradigma tem que ser pensado como suspeito: não se é obrigado a acompanhar uma norma.**

**Recorte 8** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017.  
(Grifos nossos).

Com base nesse recorte que traz à baila a problemática do silenciamento das publicações editoriais de obras pretas, em nosso gesto de compreensão percebemos um lugar onde a escrita de Conceição Evaristo tende a transitar, a literatura denominada marginal, prática de militância, portanto de resistência também. Essa literatura está composta por textos publicados no que chamam de corredor editorial. Marginal por se referir

[...] à produção dos autores que estariam à margem comercial oficial de divulgação de obras literárias – considerando-se que os livros se igualam a qualquer bem produzido e consumido no moldes capitalistas – e circulariam em meios que se opõem ou se apresentam como alternativa ao sistema editorial vigente. O segundo significado está associado aos textos com um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época, como nos casos das obras de vanguarda. O terceiro significado encontra-se ligado ao projeto intelectual do escritor de reler o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos. (NASCIMENTO, 2006, p. 11).

Podemos vincular também que livros produzidos com tais características são aqueles que estão fora ou não pertencem aos clássicos da literatura brasileira, predominantemente branca, de cunho patriarcal. Ou seja, temos uma literatura paralela sendo “escrita” por uma minoria sociológica: mulheres pretas, homens pretos, homossexuais, lésbicas, ou simplesmente “livres de amarras”. Num gesto contrário e de insistência essas obras têm conseguido circular. “Não tem mais como, o centro ficar imune a essa produção. Se ficar, está perdendo o bonde da história, tendo uma visão mutilada da diversidade da literatura brasileira.” (EVARISTO, 2017, s. n.). Histórias que circulam e se tornam acessíveis às minorias, e elas sendo as protagonistas independente de classe, gênero, sexualidade, e outros, “[...] vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 63.). Um espaço pensando para atender demandas sociais, “[...] um lugar de fala que se apresenta como eticamente e politicamente legítimo na luta contra identificações hegemônicas” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 63.). Além disso, a

[...] literatura Marginal, nesse sentido, não pode ser tomada como um fenômeno isolado. Mas, no caso específico da literatura, esse fenômeno se torna mais transgressor. Posto que não se trata somente

de ter voz própria, mas de estabelecer essa voz como meio de expressão coletiva, utilizando para tanto um espaço do qual esses grupos foram, quase sempre, excluídos: a literatura. (PATROCÍNIO, 2010, p. 64).

Devemos pensar essa produção como um engendramento de discursos que produz efeitos de sentidos discursivos num processo de movimentação e também de subjetivação. Por meio da/na literatura denominada marginal, possuem brechas sociais, como deslocamento de sentidos canonizados, ao colocar sujeitos “marginalizados” escrevendo e lendo sobre eles mesmos. “Esta demanda de reconhecimento permite um movimento de subjetivação necessário na luta contra a objetivação desses sujeitos na história, possibilitando a constituição de uma posição discursiva não subalterna que possa denunciar a opressão.” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 69.).

Questionamos somente as denominações de posição “canônica da margem” de Conceição Evaristo e da literatura denominada como “marginal” por colocarem em tensão e consonância os sentidos legitimados para o que é tido como evidente para literatura. Retomam denominações que excluem, que se marcam enquanto lugar, assim como os modelos-cópias da produção literária predominante ou de quem as elaboram. Como se ao serem nomeadas ou aceitas por um grupo, aí sim, legitimadas. Mesmo assim, pensamos que a circulação dessa literatura coletiva marginal está acontecendo e aqui citamos dessa forma por fazer parte de um grupo em que os escritos são colocados à margem.

Possível exemplo de repercussão dessa “canônica da margem” está na Ocupação Conceição Evaristo. Uma exposição homenageando uma escritora preta que está viva. Projeto financiado por um banco que dispõe as exposições que acontecem na sede do instituto, na Avenida Paulista.

É muito bom perceber que o seu texto cai na emoção do outro, mexe com o outro. E é muito meus textos fazerem sentido na vida das pessoas. Mas mais do que isso, eu espero que essa Ocupação (*Ocupação Conceição Evaristo*) ajude a mudar o imaginário das pessoas de colocar as mulheres negras somente em lugares subalternos e submissos. É pensar que as mulheres negras estão produzindo na área da literatura, filosofia, psicologia, medicina. É pensar que todas competências que uma pessoa branca pode ter, as mulheres negras têm. Que essa ocupação sirva para despertar sobre o que outras mulheres negras estão fazendo. (EVARISTO apud RIBEIRO, 2018, s. n.).

O projeto Ocupação foi ideado pelo “Itaú Cultural” em 2009, com objetivo de, segundo informações do *site*, fomentar o diálogo da nova geração de artistas com os criadores que a influenciaram. À exposição física é somada a imersão on-line que amplia a difusão de um recorte da produção cultural brasileira e estreita esse diálogo. É através dos livros, crônicas, músicas, charges, filmes, contos, poemas que a Ocupação Itaú Cultural apresenta as biografias de seus convidados ao público.

A Ocupação Conceição Evaristo, em 2017, foi a 34.<sup>a</sup> edição que também teve como homenageados pretos a “joia rara do samba”, cantora e compositora dona Ivone Lara, o ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações pretas Abdias Nascimento e o cantor, compositor, poeta e violinista Cartola.

Outro gesto de interpretação advém da deriva da palavra “Ocupação”, novamente no recorte, empregada na primeira vez como substantivo ao referir ao nome do evento/exposição, mas que ao ser utilizada pela segunda vez ganha outra possibilidade de interpretação. Agora “ocupação” verbo, passa a regular como um lugar social, denotando as conquistas das mulheres pretas no mercado de trabalho e nas diversas áreas do saber. Junto a isso, as palavras no gerúndio “produzindo, fazendo”, modelam efeitos de sentidos marcando um espaço de produção de ações das mulheres pretas no presente. São possíveis sentidos operando uma descontinuidade/continuidade que interroga as atuações representativas das mulheres pretas no tempo, que em virtude de suas lutas por direitos começam a ter maior representatividade de atuação “do estar” no agora. O processo é lento e dependeu/depende de resistência em vários campos de enfrentamento no social.

Diante de toda essa discussão, buscamos mostrar que as mulheres pretas – em suas posições-sujeito como significações e simbolizações das “imagens” que essas exposições/materialidades dispõem em querer pretos e pretas nesses espaços de projeção – serão “imagens” que se atualizarão no jogo de efeitos sentidos entre os já ditos e esquecidos em relação ao sujeito escravizado, e nesse ir e vir filiados à memória que incidirá nas formações imaginárias.

#### 4 ESCRIVÊNCIA DA NA DORORIDADE – NOSSO PRETUGUÊS



O nascimento de Oxum, 2017, Harmonia Rosales.  
Disponível em: <https://www.harmoniarosales.com/collections>

A noite não adormecerá  
Jamais nos olhos das fêmeas  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede  
de nossa milenar resistência  
Conceição Evaristo, *Poemas de recordação e outros movimentos*.

“Oíá descobriu sua beleza nos espelhos de Oxum”. Reginaldo Prandi, *Mitologia dos Orixás*.

Escrever, viver e se ver – *escrevivência* prática de resistência. A prática da escrita, como reprodução de sentido pelos “indesejados”<sup>24</sup> no Brasil, começou tardiamente. A educação sempre fora uma questão de cor e as pretas(os) ora “não podiam frequentar escolas, pois eram consideradas(os) doentes de moléstias contagiosas”<sup>25</sup> (SANTOS, 2014, p. 02), inferiores, inaceitáveis, más/maus, sujas(os) e infectadas(os) (KILOMBA, 2019 p. 198), ora simplesmente porque as políticas públicas decididamente não as(os) contemplavam, invisibilizando-as(os) nas abordagens históricas da educação, reverberando até os dias atuais.

Mesmo diante dessas problematizações e contradizendo o discurso dominador, temos na *escrevivência* um pouco de reparação a esses mal feitos aos sujeitos pretos. Trata-se de escrita preta de autorrepresentação, movimentando a linguagem na luta por um pertencimento de lugar e espaço de identificação subjetiva. Nesse contradiscurso do já-dito, o que reflete são as vozes das escritoras pretas, rompendo com o silenciamento e apagamento que a ideologia dominante propagou no imaginário social. Nas *escrevivências*, como materialidade significativa, nessa movimentação ideológica no imaginário social, são onde o preto e a preta podem se encontrar.

Vejamos no recorte a seguir como se materializa o termo *Escrevivência* bem como e a problematização que a escritora propõe, referente à sua significação.

Você criou o conceito de ‘escrevivência’, que é algo muito importante no seu fazer literário. O que é a escrevivência?

**CONCEIÇÃO EVARISTO:** Quando falei da escrevivência, em momento algum estava pensando em criar um conceito. Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 - na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de **escrever, viver, se ver. Usei “escrevivência” pela primeira vez em uma mesa de escritoras negras no seminário “Mulher e Literatura”. Terminei meu texto dizendo que a nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.**

**Este termo nasce fundamentado no imaginário histórico que eu quero borrar, rasurar. Esse imaginário traz a figura da “mãe preta” contando histórias para adormecer a prole da Casa Grande. E é uma figura que a literatura brasileira, principalmente no período Romântico, destaca muito.**

**Quero rasurar essa imagem da “mãe preta” contando história. A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é**

<sup>24</sup> Termo que diferencia, em condições jurídicas ou raciais, os alunos permitidos (brancos) dos “indesejados”, ao mencionar as(os) alunas(os) pretas(os) em leis e regulamentos.

<sup>25</sup> Esse trecho faz referência à lei complementar à Constituição de 1824.

**uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande.**

**Recorte 9** - Entrevista à Juliana Domingos de Lima, “Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’”, Nexo Jornal, 26 de maio de 2017. (Grifos nossos).

A voz da escritora Conceição Evaristo, na sustentação dos gestos de análises deste texto, ecoa como uma voz-resistência na posição de uma escritora preta que tem conseguido ser ouvida, mesmo com obras da literatura negro-brasileira sendo colocadas à margem, forjadas para fora do “conhecimento legítimo”, canônico pela ideologia que se quer estável. Indiferentemente, continuou a escrever, expor-se e a produzir literatura preta. A sua obra, assinada como escritora Conceição Evaristo, preta, mulher, favelada, fixa essa posição do “eu” de uma travessia individual confundindo, muitas vezes, o particular com o coletivo quando enuncia. Segundo Giovana Xavier (2017, s. n.):

Narrar na primeira pessoa as nossas histórias de beleza, força e sucesso é parte dessa restituição, pois produzir nossos próprios saberes a partir de quem somos e do que sonhamos representa revidar com a poderosa arma da beleza, o anonimato, a pobreza, o preterimento e os alarmantes indicadores sociais como a história única pela qual somos vistas e narradas. Significa a aposta em um projeto de humanidade negra comprometido em conferir visibilidade a trajetórias que nos fazem enxergar a diversidade que nos constitui. As potências que carregamos, multiplicamos e que estão ausentes dos grandes meios de comunicação.

Pela voz representativa, que, ao discursivizar a sua escrita por meio da *escrevivência* – efeitos sustentados por vozes outras que marcam um furo na ideologia – a produção literária feminina preta e os sujeitos pretos e pretas não são mais objetificados ao passo que tornam-se sujeitos na produção dessa literatura de representação com enfrentamento no social, em confronto à ideologia dominante racista que produz efeitos de interdição.

Sobre o termo/neologismo/nomeação cunhado por Conceição Evaristo, a *escrevivência* mescla relatos de suas vivências como mulher preta e também do que viu do seu povo, “[...] toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de *escrevivência*” (EVARISTO, 2017, s. n.). Complementando, “[...] a gênese da minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa

e adjacências” (EVARISTO, 2005b, s. n.). Lugar onde vozes podem e vão se interligarem, portanto, uma escrita marcada pela alteridade. Em outras palavras, a *escrevivência* é uma “representação elaborada por suas próprias mãos”, mescla a sua própria vivência com as dos seus e suas iguais, a preta e o preto nas mais diferentes situações sociais. Pelo poético escrever é viver, é vida, é a vivência que vai gerar significações ao escrever, escrevi a vivência.

Por meio de sua *escrevivência* que, como apontamos anteriormente, quer dizer uma escrita representada pela vivência, Conceição Evaristo na posição escritora defende que, mesmo no processo de ficcionalização, uma escrita está “atravessada diretamente pela vivência de quem escreve” (EVARISTO, 2007, s. n.), ou seja, sua literatura está marcada pela memória de sua condição de mulher preta na sociedade brasileira. Condição que ao ser escrita alude denúncias também de uma submissão induzida que requer efeitos de remorso por tanta sonegação, interdição, e deslegitimação da autoria dessas escritoras pretas.

A escritora, por via de suas posições, traça um caminho importante na literatura, sendo decisiva, pois é uma voz, representante principalmente das escritoras pretas, característica que fora silenciada por muito tempo. “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio” (EVARISTO apud RIBEIRO, 2018, s.n.). Vozes pretas e fazeres pretos de mulheres pretas como “[...] rupturas e deslizamento de sentidos em que o silenciado irrompe em gestos de resistência” (ORLANDI, 2017b, p 107), ao escrevem e publicarem, contrariando formações discursivas presas às formações imaginárias que ditam ou silenciam essa produção encarada como “imperfeita”.

Mesmo ao sugerir uma escrita de resistência sutil ao reviramento poético que nos chega em forma receptiva e emocional, Conceição Evaristo (2017, s. n.) enuncia que a “[...] nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. Aqui temos o dedilhar do funcionamento da memória discursiva sustentando esse dizer no que repercute na significação da equação Casa Grande, termo utilizado na época da escravização, local que abrigava os senhores de engenho.

A *escrevivência* que se marca nesse tempo não é a mesma que a mãe-preta (mulheres pretas) lia de suas lembranças, fantasiando histórias para a prole da Casa Grande dormir. Narrativas que faziam-na repousar no sono-branco ao embalo de sua doce-voz-preta desalmada. Esse escrever de insubordinação chora uma memória que borra o adormecimento dos que ainda dormem tranquilamente, fazendo-os

acordar desse sono injusto pelas tantas violências e dores prestadas aos pretos, sobretudo às pretas.

A *escrevivência* no seu gesto de resistência evoca outros sentidos de práticas sociais, de memórias, de histórias, num ato outro de enunciação, marcando um coletivo, de maneira a reivindicar e denunciar, principalmente o sofrimento de injustiça.

Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um eu ou um nós, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência. (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

É nesse sentido de que as representações enunciativas da escritora basilar de resistência se organizam/reorganizam, a partir de imagens de outros saberes, como impulsionadores dos comportamentos que já estão pré-estabelecidos pela experiência humana. Isso nos leva inevitavelmente a reinterpretar e a recriar o passado assim “[...] como não podemos impedir que nosso alimento contenha em proporção constantemente crescente os alimentos que compunham o corpo de nossos ancestrais há trinta mil gerações” (CASTORIADIS, 1982, p. 197).

Essas representações enunciativas, segundo Orlandi (1994, p. 58), permitem à Análise de Discurso atravessar os efeitos, compreender os mecanismos da ilusão e pensar cada discurso como “[...] um deslocamento na rede de filiações de sentido” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 1994, p. 54). Portanto, a produção literária de Conceição Evaristo possui dimensão de “[...] discursos antirracistas e feministas nestas lutas ideológicas de deslocamento, em que há o engajamento do sujeito na luta pelos sentidos para se significar”. (CESTARI, 2015, p. 33).

Como neologismo, faz-se necessário pensar a *escrevivência* na condição de produção da/na *dororidade*, outro neologismo, agora da escritora Vilma Piedade (2017, p. 16) ao indagar que a palavra *sororidade* que o feminismo promove não daria “conta da nossa pretitude”. A *dororidade*, portanto “[...] nos obriga a olhar para a dor que o racismo provoca, e essa dor é preta. Não é que a dor das pretas seja maior.

Dor é dor, e ponto. Dói muito ser mulher atacada pelo machismo<sup>26</sup>, e dói muito ser mulher atacada pelo racismo.” (PIEDADE, 2017, p. 16).

Inventaram que os sujeitos pretas e os pretos são mais resistentes à dor, na verdade a dor fora requisito para sobreviver. Modesto (2018, p. 20), chama “[...] atenção para essa dor que se coloca numa rede de memória. A memória da dor que produz discursividade, resistência e denúncia”. *Dor do açoite, do filho tirado pós parto, da dignidade sendo violada, da (in)digna sendo forjada para viver, do menino branco fazendo xixi na boca do menino preto-de-companhia, da máscara de ferro presa à boca, para não comer e também jamais falar, dor de ver a morte de um bem amado(a), de ver a liberdade escorrer pelos dedos numa captura, dor da pele da testa tostado ao ser marcado como fujão/fujona, dor do olhar indiferente, que encontra somente uma cor para a morte, a pele de cor preta.*

A *escrevivência* vem acordar o sossegado sono branco e injusto da Casa Grande. Vem estilhaçar os silêncios. A *escrevivência* procura pela *dororidade* nas brechas das significações poéticas “[...] um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. *Dororidade*, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada.” (PIEDADE, 2017, p. 16). Tudo isso comparece na *escrevivência*.

Antes da *escrevivência* de Conceição Evaristo e da *dororidade* de Vilma Piedade, Lélia Gonzalez elabora o conceito de *pretuguês*, categoria linguística “[...] para dar conta deste fenômeno com características bastante peculiares que é a língua portuguesa falada em território brasileiro, fruto do encontro de diferentes culturas que aqui estavam ou para cá migraram” (TOLENTINO, 2018, p. 117), sinalizando a africanização no português. Lélia Gonzalez (1984, p. 235) explica que “[...] essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o *pretuguês*. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas”, portanto a língua aqui falada foi a embalada pela voz da mãe preta. E não adianta titubear, “[...] a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada.” (GONZALEZ, 1984, p. 236).

---

<sup>26</sup> “O endocentrismo da ciência moderna imputou às fêmeas o lugar social da mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos caracterizados de não humanos, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico” (AKOTIRENE, 2019, p. 36-37).

É importante lembrar que, conforme Sara Rodrigues (2018, s. n.),

A escravização dos africanos no Brasil foi carregada de variantes etnolinguísticas. Nosso português brasileiro foi formado entre nagôs, iorubas e jejes, além das línguas indígenas. Assim, nossa língua não seria essa que falamos se não houvesse influência dos outros povos. Mas, é evidente que houve uma tentativa de apagamento linguístico dos indígenas e negros escravizados. O aportuguesamento foi mais uma maneira de aniquilação de culturas que fossem diferentes da europeia. A gramaticalização e a normatização dada no sistema escolar é, mais uma vez, uma forma sutil de aniquilar aquilo que temos de mais precioso em nossas raízes linguísticas: a oralidade. É de se saber que os povos africanos tem [sic] em sua essência a oralidade, pois os costumes e sabedorias são passados através de contos verbalizados fora da escrita.

Como a escrita não era acessada e/ou legitimada pelas(os) pretas(os), não se encontravam relatos diretos, memoriais, cartas e outros gêneros. Sendo assim, a única possibilidade de conservar um pouco dessa “herança cultural” foi por meio da “oralidade cultural cochichada”<sup>27</sup>, de efeito aguçado e dinâmico, que passaria a ser depois construída/constituída, organizada e utilizada como arquivo vivo de uma memória na valorização dos dizeres que traziam consigo. A oralidade cochichada caracteriza de forma metafórica como poderia ser a comunicação dos escravizados, uma vez que as(os) brancas(os) “donas(os)” possuíam seus corpos, suas falas. Não podiam falar, eram obrigados a utilizarem máscaras de ferro em suas bocas.

Para o sujeito branco, a escrita era a forma de guardar “as ideias”, para o sujeito preto era a oralidade. Apagaram/silenciaram a trajetória de relação das(os) pretas(os) da/na história e ainda mais como registros representativos, marcos da narrativa da população preta no país. Por isso, “[...] pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora nas sociedades coloniais racializadas.” (CARDOSO, 2008, p. 6).

A prática da *escrevivência* de Conceição Evaristo se vê como um forte apelo à ancestralidade e baseia-se na memória das raízes familiares e culturais, que não pôde ser limitada por tantas movimentações históricas que nos levam a entender certa movimentação também ideológica. Esse conhecimento é uma prática, um movimento

---

<sup>27</sup> Outro exemplo desse silenciamento é a descaracterização de santos católicos como Santo Antônio, São Pedro e São João, para respectivamente, Ogum, Xangô e Oxossi. Esse sincretismo teve origem durante o período de escravização porque (as)os pretas(os) não podiam ter sua própria fé, sendo obrigadas por “seus senhores” a rezarem para santos católicos. Tudo deveria ser de forma silenciosa.

intelectual com intuito de integração ao imaginário social que ainda segue mostrado no real, portanto uma prática de resistência para o bem-viver que perpassa os tempos e que continua em o confronto com a atual estrutura social, contrariando a sociedade racista, sexista e patriarcal.

Corroboramos com Jurema Werneck (2010) no dizer que “[...] nossos passos vêm de longe”, não são passos de hoje, novos ou inéditos, eles já foram andados noutra momento, em outras condições de produção, por outros sujeitos mulheres pretas, ou seja, nossos passos andam acompanhadas pelas marcas deixadas nas estradas já percorridas em caminhos muitas vezes desconhecidos, mas sem volta. Não somos donas desses passos andados antes, pois foram eles que possibilitaram, mesmo que ainda de forma exordial, que outras mulheres pretas pudessem se tornar o que quiserem, e desde meninas pretas, acompanhar um percurso mais plural de conhecimentos que pode começar nas escolas pela circulação das literaturas femininas pretas. Pois “[...] ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Importante ressaltar que a escrita das mulheres pretas estão desenhando e “arrumando” as teorias hegemônicas, espalhando as suas escrevivências na emergência incessante de um espaço de fala, e por que não de escuta, propondo, por meio da pluralidade de vozes abertas aos embates, vivificarem uma sociedade que negou e nega os dizeres das mulheres pretas.

Podemos complementar que as *escrevivências* de tantas escritoras pretas as formam nessa comissão de frente de luta e restitui visibilidade às mulheres pretas, intensificando o enfrentamento na busca pelas suas humanidades, ao perpassarem demarcações discursivas, ocupando o lugar de intelectualidade preta. Destituindo ao desintegrar a negação de direitos, a invisibilidade e a servidão.

Acompanhamos assim, o funcionando, nessa mesma discursividade, vozes, vivências nas/das escrevivências das mulheres pretas que fogem de estabilizações ao serem rupturas/deslocamentos que desestabilizam uma ordem do dizível posta, que passam a circular abrindo possibilidades de movimentação ao produzirem sentidos outros, desestabilizando cadeias parafrásticas mesmo constituídas pelas condições de produção de silenciamentos, contradições, e dizeres silenciados pelas

[...] políticas do silêncio com suportes institucionais, principalmente jurídicos, que perpassam séculos da história brasileira, e que também [foram] escravo[s] de “seu silêncio” pela eficácia ideológica dos

discursos dominantes que (re)produzem sentidos de subalternização acerca dos negros e dificultam os processos de subjetivação na resistência. (CESTARI, 2015, p. 187).

É a conquista de um coletivo, portanto, uma irrupção de vozes pretas que formularam um modo a marcar o batimento do “nós” pelas vivências traduzidas nas *escrevivências* em espaços de memória que estão circulando em lugares que não eram/foram ocupados antes, como, por exemplo, uma sala de aula, determinando uma outra organização no/do dizível.

Com essa prática repetida, retomada pelo efeito de operações da paráfrase – do mesmo e da metáfora – e para falar a partir de suas vivências e carências como mulher, mulher preta de origem pobre, a *escrevivência* se materializa como um aporte de forma de leitura, característico de produção textual fundamentado em situações de subalternização e escravização, sendo uma entrada de representativos simbólicos do real e por que não também saída de indeterminadas situações das vivências.

A partir de suas posições, e da *escrevivência*, Conceição Evaristo está conseguindo destoar e permear o imaginário social, permitindo um espaço de visibilidade às mulheres e também uma regularização que é representativa pelo reconhecimento do que é repetido, enunciando por meio de dizeres que retomam esse sujeito impregnado de história. Para Indursky (2011, p. 71),

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem de não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados.

Ao direcionamos nosso gesto analítico, compreendemos indicações dos efeitos de sentidos e as significações que a escritora Conceição Evaristo apresenta por meio de seu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019), conceito este por nós reavaliado como “lugares de enunciação”. A partir dos estudos de Análise de Discurso, “[...] os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento.” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

Portanto, é fazendo gingado de reviramento do que fora silenciado e da restituição de vozes presentes na memória, enunciando em suas posições, que

Conceição Evaristo vem impulsionando ainda mais as posições de pensadoras pretas atuais, em suas subjetividades, ao retomar ou reestruturar os lugares de enunciação de tantas mulheres, escritoras, intelectuais ou simplesmente mulheres pretas que, ao se apropriarem da linguagem, tornam-se, assim, sujeitos (re)parando espaços.

#### 4.1 O ESPELHO DE OXUM E IEMANJÁ: UMA OUTRA PERSPECTIVA DE “SE VER” NA/PELA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

A visão eurocentrada naturalizou o branco como “o normal”, produzindo sentido contrário à(ao) preta(o), sendo a(o) diferente, em outras palavras, “[...] a cor negra é estigmatizada: ‘não é para ser negro’ [...] ou seja, há uma interdição em, pura e simplesmente, ser negro” (ORLANDI, 2017, p. 96), pois é nessa negação do existir e pela “[...] irracionalidade do racismo que nos coloca a/o ‘*Outra/o*’, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum” (KILOMBA, 2019, p. 40). Sentidos gendrados que causam efeitos de desequilíbrio em relação ao lugar de enunciação em que as(os) pretas(os) devem ocupar, uma vez que “o não lugar, o não ser, e o não estar” já são pré-estabelecidos no imaginário social em que o racismo atua. Portanto, temos representações imaginárias afetadas por já ditos preconceituosos que barram sentidos outros sendo da ordem da “[...] estagnação social e histórica. É uma forma de censura para impedir o movimento, a respiração dos sentidos e, conseqüentemente, de barrar novas formas sociais e históricas na experiência humana, de colocar obstáculos e outras práticas sociais” (ORLANDI, 2017, p. 96).

Estamos pensando aqui na carência representativa de ideais ou imagens, permeada de discursos de alteridade sobre a(o) preta(o), que não tem relação intrínseca com sua ancestralidade ou antologia, pois o referencial é ocidental e dos brancos, ou mesmo a “outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco.

Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito ao quadro contínuo de referências, constituído pela inserção de sua história individual com a do grupo onde vive, cada sujeito é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais e psicossociais) e de

relação com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do outro, ou seja, a representação que o classifica socialmente. (SODRÉ, 1999, p. 34).

Isso quer dizer que, não havendo essa identificação representativa, “[...] nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer” (KILOMBA, 2019, p. 38), impossibilitando que a(o) preta(o), mesmo que “liberta(o)”, exerça a sua liberdade, firmando ainda mais o seu não-lugar.

Munanga (2010, p. 49-50) aponta que

As heranças culturais africana e indígena constituem uma das matrizes fundamentais da chamada cultura nacional e deveriam, por esse motivo, ocupar a mesma posição das heranças europeias, árabes, judaicas, orientais. Juntas, essas heranças constituem a memória coletiva do Brasil, uma memória plural e não mestiça ou unitária. Uma memória coletiva a ser cultivada e conservada por meio das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história.

Existe uma negação a essas culturas africanas como constituintes da sociedade brasileira. Elas ficam restritas como das(os) pretas(os) apartadas(os) e lembradas(os), na maioria das vezes, nas semanas da Consciência Negra. “Só que na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí fora.” (GONZALEZ, 1984, p. 238). Um complexo proposital que se desenvolve junto ao capitalismo de vistas lucrativas. Reflexo de uma sociedade que sustentou uma visão estreita de silenciamentos constitutivos que impediu outros sentidos.

Diante da historicidade, o esvaziamento de significação subjetiva ao sujeito preto/preta foi vendido “[...] na pia do batismo católico assim como, através da indústria turística, comerciam o negro como folclore, como ritmos, danças e canções. A honra da mulher africana foi negociada na prostituição e no estupro. Nada é sagrado para a civilização ocidental branca e cristã” (NASCIMENTO, 2016, p. 148). Devemos lembrar que a “[...] afirmação da identidade negra se faz na positivação do que foi significado como negativo pelos discursos dominantes.” (CESTARI, 2015, p. 173). Por isso, “as coisas de pretos” precisaram também passar por um processo embranquecedor, pois “[...] tudo que quando era preto era do demônio e depois virou branco e foi aceito”, (EXU DO BLUES, 2018, s. n.), isso fez com que automaticamente as deixassem sem “dono”, como se fossem “tudo de qualquer um”, diluindo as suas significações com

afirmações advindas dos pretos para a cultura brasileira, dificultando assim a sua identidade/constituição que resulta desses processos históricos determinados pelas formações discursivas que os afetam.

Com as *escrevivências*, essa “[...] equação racista se abre em sentido que se mostra. Sai do silêncio. Produz deslizamento, a deriva” (ORLANDI, 2017, p. 99), são pretas e pretos discursivizados. O que propõe essa literatura é também uma torção do mito do Narciso, que desconsidera tudo o que não for a sua própria imagem, achando “feio” o que não for igual a ele.

Conceição Evaristo, em sua posição-sujeito de escritora, propõe mais um deslocamento de sentido para essa literatura de autoria preta. Nela, a preta e o preto podem se reconhecer em sentidos e imagens outras. Nessa manifestação literária, não há branqueamento na “raça”, mas escurecimento. O espelho reflete a imagem do preto e da preta tal como ela é. É a possibilidade de construção subjetiva e de autoimagem da população preta como projeção para o futuro, em âmbito coletivo. “A subjetividade pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem” (ORLANDI, 2012, p. 99).

Mudar pelas avessas o que todos os espelhos refletiam até agora, mas que não havia para a preta e o preto a possibilidade de significação a seu ver. Era um reflexo “[...] marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela Invisibilidade do Não Ser, sendo” (PIEDADE, 2017, p. 17) e pela negação da humanidade às pessoas de pele preta.

Assim, na posição de escritora, Conceição Evaristo reformulou, metaforicamente, o espelho que a preta e o preto devem buscar para “se olhar, ou se ver”. São os espelhos de Oxum e Iemanjá e não mais o espelho narcísico. Nesse sentido de buscas de identificação nas leituras e escrita, Bianca Santana (2017, s. n.) complementa:

Uma escritora de tamanha grandeza se colocar publicamente como mulher negra, e escrever sobre mulheres negras, nos oferece outro poder do espelho: de defesa daquilo que nos oprime. A escrita se coloca também como luta política para desbravar novas possibilidades de existência, para que caibamos todas e todos. [...] Ao ler tantas mulheres negras que furaram o cerco, Conceição, Ana Maria, Maria Firmina, Carolina, Francisca, Elisa, Mãe Beata, Sueli, Jurema, Beatriz, Lélia, Geni, Alzira, Mel, Luana, Maria Rita, Charô, Joice, Nathália, Monique, Preta, Maitê, Renata, Cidinha, Djamila, Stephanie, Jarid, Giovana, Jenyffer, Elizandra, Priscila, Lu, Marli, encontramos espelhos que nos permitem reconhecimento e disputa pelas histórias, pelos

escritos, pelas vivências. No belíssimo neologismo de Conceição: nossa *escrevivência*.

Nas produções literárias das *escrevivências*, por exemplo, encontramos rostos pretos, sofridos ou não, mas com representação de/em situações comuns ao cotidiano da preta e do preto; “[...] cada uma dessas vozes é uma possibilidade de encontrar-se a si mesma. Um dos poderes do espelho” (SANTANA, 2017). É, pois, uma “literatura espelho” com imagens/dizeres refletidos pelos espelhos de Oxum e Iemanjá que passam a representar, organizar e influenciar discursos capazes de contribuir na reparação dos buracos deixados por formações discursivas racistas, na restauração de “novas identidades”. Marca-se também como sendo um contexto social, histórico e cultural na elaboração de discursos sob condições ideológicas (co)determinadas por esse contexto.

Como gesto de leitura, é relevante entender quem são as donas deste espelho da negritude. Referimo-nos acima às orixás femininas Oxum e Iemanjá. Elas representam a força da natureza, possuem poderes característicos com instrumentos próprios, seus espelhos. “O espelho permite contemplação, percepção e reconhecimento. E também proteção, defesa: pode refletir de volta raios indesejados” (SANTANA, 2017, s. n.). No espelho da negritude que são os espelhos de Oxum e Iemanjá, o reflexo é de beleza que extrapola esse perfil europeu. Nada de pele clara e alva, é pele preta feito a noite, os traços são fortes e marcados e o cabelo é a representação de conquista de uma vida. E a partir dessas imagens, a ressignificação do corpo da preta e do preto em discurso.

Esse fazer literário é de projeção e de enfrentamento no social. Dito de outro modo, por essa tomada de palavra, de acordo com as condições de produção de um discurso antirracista e de “[...] argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor” (ORLANDI, 2007, 39), Conceição Evaristo, em sua posição-sujeito de escritora, propõe pensar *escrevivência* como produto de uma prática de simbolização pela língua em que,

[...] este nós diz de si mesmo inserido em polêmicas, em um movimento de denúncia ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe, de negação dos dizeres e ditos sobre as mulheres negras, de reivindicação e construção de imagens positivas para “mulheres negras”, de narração de suas histórias e construção de seus heróis e heroínas, de lamento de suas dores, entre outros. (CESTARI, 2015, p. 152).

São as imagens de reflexo que a metáfora do espelho de Oxum e Iemanjá constitui-se nas diferentes posições-sujeito – mesmo sem controlar a forma com que o sentido vai se instituir aos interlocutores da escrevivência – que vão ocasionar ao imaginário reflexos “[...] enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias” (ORLANDI, 2007, p. 41). Abre caminhos outros (polissêmicos) para pensar em questões como, por exemplo, a subjetivação da preta e do preto que não pôde ser simbolizada pelas formas de enunciação e modos de saber das formações discursivas dos brancos.

Vale ressaltar que existem nas formações imaginárias representações que demarcam os sujeitos preto e preta atravessados pela formação ideológica, por dizeres racistas que promovem efeitos de sentidos que ditam a inferioridade desses sujeitos. E essa posição de inferioridade está diretamente ligada às “[...] imagens que resultam de projeções [que são significadas] em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito).” (ORLANDI, 2007, p. 40).

Podemos dizer que esses já ditos “[...] significam o negro no Brasil, como um sujeito a ser dizimado. Contudo, este resiste e impõe-se à sociedade (GARCIA; SOUSA, 2015, p. 58). Mesmo sendo assujeitado, deixa de ser mero objeto “do outro” ao romper com esse lugar determinado pelo imaginário social dominante e racista.

Retomando o funcionamento discursivo das escrevivências de mulheres pretas como sendo espelho de Oxum e Iemanjá, vão representar, dentro desse reboiço das relações imaginárias – uma vez que promovem esse funcionamento discursivo – a sustentação das imagens projetadas para que os sujeitos preto e preta possam “ocupar um lugar” na formação social. Assim, estabelecer-se-ão certas relações imaginárias as quais não lhes foram possibilitadas anteriormente, pois o que se tinha era o reflexo narcísico de uma sociedade embranquecida que dificultava/impossibilitava a formação da imagem de si e do outro.

Sendo assim, esses mecanismos de funcionamento do processo discursivo constituem as formações imaginárias, o que para o sujeito nada mais é que um jogo de imagens. Na perspectiva de uma reparação no seu dizer e no que se possa emergir, “[...] o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2007, p. 42).

Para tudo isso acontecer, existe um jogo nos processos discursivos que sustenta os dizeres e os sentidos constituídos por condições de produções dadas, ou seja, a “[...] imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?)” (ORLANDI, 2007, p. 40). Por isso, os sentidos podem variar, tornando-se outros a cada espaço tomado pelas posições-sujeito.

Temos, portanto, nessa interlocução com os espelhos de Oxum e Iemanjá – se tomamos como base o esboço proposto por Pêcheux (1997, p. 83), retomado por Fátima (2020, p. 55) –, a imagem que Conceição Evaristo tem de si mesma pelo viés da *escrevivência*, a imagem que ela faz da preta e do preto, a imagem que a preta e o preto fazem daquilo que está sendo dito nas/pelas *escrevivências* e a imagem que a preta e o preto fazem da escritora Conceição Evaristo ao terem acesso à sua *escrevivência*. Eis a estratégia discursiva, sendo o discurso aquilo que está entre uma interlocução, “[...] sistema sintático intrinsecamente passível de jogo.” (PÊCHEUX, 2014, p. 66).

Como nos casos

[...] denominados movimentos indentitários, feminismos da diferença, movimentos antirracistas, movimentos negros, as imagens de quem diz são fundamentais para a constituição e legitimação do dizer. Constituem-se novos lugares de dizer na história nesses movimentos coletivos que projetam um imaginário determinado de quem diz com base em experiências, histórias, modos de vida, cultura, discriminações e lutas comuns. Assumindo que não se trata de um sujeito de dizer consciente, centrado, único, completo, admite-se que, na interlocução discursiva, as imagens dos protagonistas do discurso participam das representações do sujeito do discurso e do outro. (CESTARI, 2015, p. 147).

Por fim, as *escrevivências* como espelhos de Oxum e Iemanjá, reflexos da negritude, passam a ser uma produção literária de escuta para o sujeito preto, que desregula ao reconstituir certos lugares, pois foi e é preciso “[...] abrir novos espaços de experiência e de significação para que haja deslocamentos, percursos de sentidos não experimentados” (ORLANDI, 2017b, p. 97). Uma obra literária que deu visibilidade a narrativas ressignificadas do corpo da preta e do preto que afronta o discurso dominante e racista. É também espaço de refazimento da escrita da mulher preta que “[...] passa da invisibilidade para a significação” (ORLANDI, 2017, p. 97), conseguindo

estruturar esse jogo discursivo como condição de produção, pois é uma abertura para o “novo”, outro sentido que muda a ordem do real, colocando-se em cena ao afetar diferentes posições-sujeitos.

E “[...] como são necessários os gestos de interpretação, que atestando a incompletude da linguagem nos mostra a abertura do simbólico: há sempre a possibilidade de um novo gesto de interpretação” (ORLANDI, 2017, p. 176). É esse o lugar que esta pesquisa se situa. O lugar de dizeres novos, em retomadas parafrásticas, mas com a possibilidade de que o novo produza efeitos de sentidos diferentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS DE TEXTO ABERTO



Ascensão de uma mulher, 2018, Harmonia Rosales. Disponível em:  
<https://www.harmoniarosales.com/collections-1>

As resistências: não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litânias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (Michel Pêcheux, *Delimitações, inversões, deslocamentos*)

O nosso intento foi chegar até aqui sem considerar a escrita como acabada. É fundamental que esta pesquisa possa caminhar na urgência de (re)pensar nosso imaginário racial arraigado, basicamente, a partir da consolidação das significações justificáveis segundo os elementos de efeitos racistas atribuídos à população preta. Importante também retomar a memória na (re)constituição de significações desses sujeitos pretos e pretas como basilar nos diversos dizeres sobre/delas/deles disseminados nos mais diferentes meios.

Procuramos em nosso texto refletir sobre o imaginário racial e circulação da voz de Conceição Evaristo em entrevistas de cunho jornalístico, orientando-nos por perguntas de como se materializa o discurso de Conceição Evaristo ao enunciar “em nome de” nas entrevistas; como o termo *escrevivência* é apresentado nestas entrevistas; como a memória discursiva permeia o lugar de enunciação da escritora, sustentando o seu dizer; ou mesmo dentro da Formação Discursiva de Conceição Evaristo, ou que fora silenciado, mas que, ao mesmo tempo, sustenta o seu dizer.

Pelos gestos de análise pudemos caminhar por discussões formadoras e integrantes da constituição do discurso racista, reproduzidas pelo discurso dominador que significa a preta e o preto a lugares de servidão, estigmatizados, ruins, perigosos, e como corpo-preto-sem valor, porém, numa forma outra de escravização moderna, que se autoriza a conformidade de “[...] violência e na repressão elementos fundamentais para a sujeição e subjugação dos sujeitos. E vemos os reflexos dessa relação ainda nos dias atuais e na dinâmica das relações sociais, ou seja no nosso vocabulário, seja na vida diária e na estruturação de lugares sociais para um grupo alvo” (BORGES, 2019, p. 59).

Saber das discussões formadoras e integrantes dessa constituição é de suma importância, pois paira uma ideia no nosso país de que o período da escravização não fora cruel como se apresenta em discursos. Essa armadilha tem se filiado a muitos dizeres que se reproduzem artificialmente como sendo de “sentimentalismo piegas, de barato apelo emocional”. Abdias Nascimento (2016, p. 59) explica que, por mais doloroso que foi o sistema escravocrata, ele ainda pôde deleitar-se “[...] de fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isso graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade”. Sendo assim, o imaginário social foi alimentado por meio desses

enganosos dizeres históricos que, ao se movimentarem, fomentaram as Formações Imaginárias, ditando discursivamente qual o lugar do(a) preto(a) na história.

E qual seria, senão de bandido (continuadamente), de sujeito que causa medo, que a polícia e o governo tratam de forma diferenciada, de sujeito em que a cor é geradora de significações que causam sofrimento, se são tratados por olhares racistas? É neste “[...] ponto que a dororidade se instaura e percorre a trajetória vivenciada por Nós, População Preta, e, aqui, em especial Nós – Mulheres – Mulheres Pretas. Brancas, de Axé, Indígenas, Ciganas, Quilombolas, Lésbicas, Trans, Caiçaras, Ribeirinhas, Faveladas ou não, somos Mulheres.” (PIEDADE, 2017, p. 19).

Esses dizeres mal ditos podem ser acompanhados diariamente por meios derivados da ideologia racista e patriarcal, colocados em movimento pelas Formações Discursivas filiadas a ele, apresentando o racismo tal como ele é, naturalizado, estrutural, violento que perpassou o tempo, demonstrando que ainda há uma colonização não concluída. Porém, como apontam Garcia e Sousa (2015, p. 54),

[...] a resistência se coloca e cresce, ainda que de forma interdita e silenciada. É possível dizer que a voz dos negros foi silenciada em traços de sua fundação: negação do nome próprio, da religião, das crenças e dos falares; no entanto, os quilombos fizeram acontecimento no discurso em que a regularidade da dominação se mantinha cristalizada. As fugas, as lutas corporais para fugir à senzala e ao capitão do mato, além das subidas de morros e montanhas para fundar comunidades libertas, indiciam que a resistência estava em curso, e foi dita do modo possível dentro daquelas condições sócio-históricas.

Como pudemos discorrer em nosso texto, as *escrevivências* das escritoras pretas também são acontecimentos nos discursos ao desregular e destoar uma dominação de escrita de homens brancos de classe média. E “[...] através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionando de uma ordem [...] momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Sendo que daí também surge um porta-voz, como apresentamos a escritora Conceição Evaristo, por falar em nome do coletivo da negritude.

A nossa dissertação foi espaço de escuta para essa complexidade ao trazermos as vozes das mulheres pretas ecoadas na voz da escritora Conceição Evaristo. Mulheres nas posições-sujeito de escritoras pretas, conforme o foco de

nossa pesquisa, que estão ocupando espaços literários até então embranquecidos e tantos outros. São passos que contribuem para um percurso ainda tímido nesse caminho que vem sendo trilhado, há muito tempo, em favor de uma outra manifestação ideológica sobre a cultura preta.

O intento aqui foi o de se pensar os efeitos dos discursos do racismo ao produzir sentidos e significações no processo desencadeado pela memória discursiva, na sua manifestação advinda do período da escravização até hoje. Estão sendo questionados por movimentos antirracistas que produziram nesse “[...] jogo tenso entre submissão e resistência [...], uma fenda nos efeitos escravagistas tão solidificados pela ideologia dominante; e os sentidos em disputa ainda podem ser ouvidos hoje. (GARCIA; SOUSA, 2015, p. 54).

Ao pedir “por favor leiam meus textos”, Conceição Evaristo, na posição de escritora, nos coloca na posição de sujeitos leitores e também na responsabilidade de participarmos dessa ruptura que a *escrevivência* propõe. Ela em movimentação postula sentidos outros que vão de encontro aos discursos racistas dominantes. Ou seja, a *escrevivência* é a uma escrita da resistência e representatividade, “[...] temos nela um deslizamento de sentido que leva do corpo humano significado biologicamente (seus traços físicos) ao corpo socialmente significado (sua função/lugar na sociedade)” (CESTARI, 2015, p. 172).

Não reduzimos aqui a grandeza da população preta a simples fatos decorrentes dos efeitos do racismo, mesmo que se repitam aqui e acolá. Sabemos que muitos têm participado dessas mudanças no pleito social. O racismo é algo que deve ser questionar dia a dia, “[...] e assim começar a se despir do sentido que reproduz o discurso da dominação (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

A presença de vozes resistentes de pretos e pretas foi fundamental para que pudéssemos escrever esta dissertação. Vidas que não se resumiram somente no eu, mas no nós. E não estamos falando somente de pretos e pretas, mas de qualquer sujeito que se permita a ousadia de descobrir os olhos para que se possa sentir a magnitude do que é viver uns pelos outros.

“É preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281). “Permito-me ousar”. “Posiciono-me”. O que o povo preto fez/faz está além do resistir, porque a dor dos açoites do corpo eram marcados pontualmente e a ferida, com o tempo, fechada. Essa dor foi resistida. Mas e o corte da alma? Como suportar esse arrancamento de alma, do ser? E que “ser”

se disseram/dizem que não eram/são? Não podiam. Não podiam sentir. Não sentir nem frio ou calor. Não podiam respirar ao lado, criado-mudo, parado. Ei parado! Você está preso. Preso sempre fui. Matado sempre estive, desde lá. Reexisto aqui/agora.

Por isso não podemos esquecer “nosso passado negro” ...

Esse não é o fim...

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, Caroline. “Me senti extremamente violada’, diz jovem que teve turbante arrancado em festa de formatura em MG”. 2017. In. **Globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/me-senti-extremamente-violada-diz-jovem-que-teve-turbante-arrancado-em-festa-de-formatura-em-mg.ghtml> Acesso em: 20 dez. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. Feminismos plurais/ coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais/ coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ALVES, Miriam. A literatura negra feminina no brasil – pensando a existência. In. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**. 2010. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/280>>. Acesso em: 04 set. 2020.

ALVES, Alcione Correia. A teoria literária como jogo. In. ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Correa (orgs). **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. -1. Ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2020.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Corpos negros e representação social no brasil: uma discussão de gênero e raça. In. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 9, n. 21, 2017, p. 123-134.

BATALHA, Maria Cristina. O que é uma literatura menor? In. **Cerrados**, n. 35, 2013, p. 113-134.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público / Narcissists pacts in racism: whiteness and power. In: **Business Organization and public power**. Tese. São Paulo, 2002.

BERND, Zilá. **Antologia de poesia afro-brasileira**: anos de consciência negra no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BERND, Zilá. **Por um estética dos vestígios memoriais**: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Feminismos plurais/ coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BONORA, Mariana. “Jovem negra eleita prefeita de Bauru sofre ataques racistas às vésperas da eleição: ‘Cara de favelada’”. 2020. In. **Globo.com**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/eleicoes/2020/noticia/2020/11/30/mulher-negra-eleita-prefeita-de-bauru-sofre-ataques-racistas-as-vesperas-da-eleicao-cara-de-favelada.ghtml> Acesso em: 20 dez. 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Feminismos plurais/ coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

CADILHE, Alexandre José; LEROY, Henrique Rodrigues. Formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências. In. **Calidoscópico** – v. 18, n. 2, maio-agosto, 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **História das mulheres negras e pensamento feminista negro**: algumas reflexões. Congresso Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, Júlia Dias. Entrevista Conceição Evaristo. In. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948> Acesso em: 25 abr. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In. **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 49, 2003, p. 117-133.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese. São Paulo: Feusp, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Miami, 1987. Carlos Moore (Org.). Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CESTARI, Mariana Jafet. Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às yabás. Tese. Campinas: Unicamp, 2015.

CONCEIÇÃO, Nádia. O lado sujo da Ciência e a consolidação do Racismo Científico. 2014. In. **Agência de Notícias em CT&I – Ciência e Cultura**. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/o-lado-sujo-da-ciencia-e-a-consolidacao-do-racismo-cientifico/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

COSER, Stelamaris. Conceição Evaristo: circuitos transnacionais, entrelaçamentos diaspóricos. 2018. Disponível em: [http://www.Letras.ufmg.br/litera\\_fro/arquivo/autoras/ConceicaoCr05Stelamaris.pdf](http://www.Letras.ufmg.br/litera_fro/arquivo/autoras/ConceicaoCr05Stelamaris.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda; LEANDRO, Maria Cristina. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DAMASCENO, Victoria. Após críticas e protestos, uma FLIP mais diversa. In. **Carta Capital**. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/apos-criticas-e-protestos-uma-flip-mais-diversa/> Acesso em: 05 jan. 2021.

DAVIS, Viola. Veja o discurso de Viola Davis no Emmy 2015. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/noticias/veja-o-discurso-de-viola-davis-no-emmy-2015/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil :a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Tese. Campinas: Unicamp, 2008.

DELA-SILVA, Silmara. Discurso, resistência e escrita: por uma análise discursiva dos espaços para os sujeitos na mídia. In. SOARES, Alexandre S. Ferrari et al. **Discurso, resistência e ...** Cascavel: Edunioeste, 2015.

DO UOL. “O bailarino Allan Bastos, que participa da comissão de frente da Mangueira no Carnaval, foi alvo de racismo por causa de seu cabelo black power. 2020. In. **Uol**. Os ataques foram por meio das/nas redes sociais. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/07/bailarino-e-alvo-de-racismo-por-black-power-e-recebe-apoio-de-famosos.htm> Acesso em: 20 dez. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vivêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. In. **BBC Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>. Acesso em: 12 nov. 2019.

EVARISTO, Conceição. In. **Palmares Fundação Cultural**. Mulheres Negras: histórias, lutas, conquistas, 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=1901>. Acesso em: 08 mai. 2020.

EVARISTO, Conceição. Mulheres que escrevem entrevista: Conceição Evaristo “O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa”. 2017. Disponível em: <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/mulheres-que-escrevem-entrevista-conceicao-evaristo-fa243ff84284>. Acesso em: 13 de abr. 2019.

EVARISTO, Conceição. “Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. In. **Nexo Jornal**, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceicao-Evaristo-%E2%80%99minha-escrita-%E2%80%99-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso: 08 fev. 2020.

EVARISTO, Conceição. “Não leiam só minha biografia. Leiam meus textos”. In. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/conceicao-evaristo-nao-leiam-so-minha-biografia-leiam-meus-textos>. Acesso em: 14 de abr.

2019.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia Editora Ltda, 2005.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura. Rio de Janeiro, 2005b. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em 08 mai. 2019.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. In. **Revista Palmares**. Nova entrevista. 2005c. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021.

EXU DO BLUES, Baco. Bluesman. 2018. In. **Youtube**. Disponível em: <https://youtu.be/-xFz8zZo-Dw> Acesso em: 12 jan. 2021.

EMICIDA. Entrevista. In. “O racismo vai morrer gritando”. In. **Entrelinhas**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OYvsn7X7X10> Acesso em: 10 dez. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FÁTIMA, Wellinton da Silva de. **O discurso religioso e as sexualidades mal ditas**. Curitiba: Appris, 2020.

FERREIRA-LEANDRO, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo!. In. SOARES, Alexandre S. Ferrari el al. **Discurso, resistência e ...** Cascavel: Edunioeste, 2015.

FERREIRA, Marcelo. Porongos, a traição aos negros farroupilhas. In **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/20/porongos-a-traicao-aos-negros-farroupilhas>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FLIP. Festa Literária Internacional de Paraty. 2020. Disponível em: <https://www.flip.org.br/historico/> Acesso em: 12 dez. 2021.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. In. **Revista Estudos Feministas**. Rev. Estud. Fem. v.12, Florianópolis, set./dez., 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. “Somos todxs Cláudia”: a legitimação da violência pelo Estado. In. **Linguagem em (Dis)curso** –

LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 1, 2015, p. 47-59.

GIACON, Eliane Maria Oliveira. O negro, o discurso, o povo e a literatura: relevos de leitura da obra Ubaldiana. In: **Revista línguas & Letras**, vol.11 – nº 21, 2010.

GOMES, Laurentino. **Escravidão** – Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**. Batalhas de ideias, n.1, 1988.

GONZALEZ, Lélia. O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUILHAUMOU, Jacques. et al, 1948. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Paulo: Claraluz, 2003.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito. In: **Seminário de estudos em análise do discurso**. Porto Alegre, 2005.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. São Paulo: USP, 1988.

ILHÉU, Taís. A insubmissa voz de Conceição. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-insubmissa-voz-de-conceicao/>. Acesso em 19 set. 2019.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). In. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: A trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: **Baronas**, R. L. Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Paulo: Pedro e João Editores, 2008.

INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984). 1992. Tese. Campinas, IEL/UNICAMP, 1992.

ITAÚ CULTURAL. Ocupação. Disponível em <https://www.itaucultural.org.br> Acesso em: 13 jan. 2021.

JESUS, Carolina. **Quarto de despejo**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEANDRO, Michel Luís da Cruz Ramos. Autoria e resistência: Carolina Maria de Jesus em Discurso. Dissertação. Ribeirão Preto: USP, 2019.

LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação. “Irmã Extranjeira” (Sister Outsider), Ensaios e Conferências, 1984. Apresentação lida no painel sobre Lesbianismo e Literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, 28 de dezembro de 1977, publicada pela primeira vez em 1978, no volume 6 de Sinister Wisdom. In. **Revista de feminismo radical**. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras\\_digitalizadas/audre\\_lorde\\_-\\_textos\\_escolhidos\\_portu.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf). Acesso em: 20 jul. de 2020.

MACHADO, Maria Helena. Negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos em média no Brasil; trabalhadores relatam dificuldades e ‘racismo velado’. 2018. In **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/negros-ganham-r-12-mil-a-menos-que-brancos-em-media-no-brasil-trabalhadores-relatam-dificuldades-e-racismo-velado.ghtml>. Acesso em: 06 de ago. 2020.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re) ler Michel Pêcheux Hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. O comunismo imaginária: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese. Campinas: Unicamp, 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

MODESTO, Rogério. “Você matou meu filho” e outros gritos: Um estudo das formas da denúncia. Tese. Campinas: Unicamp, 2018.

MODESTO, Rogério. O grito dos/nos discursos racializados. Live cedida ao DARQ – Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo, 2020. In. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/discursoearquivo/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Trad. Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Feminismos plurais/ coord. Djamilia Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. In: **Cadernos Penesb**. Discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas. Cadernos, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística 2** – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O genocídio no terceiro milênio. (Pós-fácio). In: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. Literatura marginal: os escritos da periferia entram em cena. Dissertação. São Paulo: USP, 2006.

NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: 2º Congresso Literatura, espaço autobiográfico e memória Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 15 mai. De 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou Recortar. In: **Série Estudos 10**. Uberaba: FIU, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Brasília: Em Aberto, 1994.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Do sujeito na história e no simbólico**. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. In: **Bolema**. Rio Claro, agosto, 2010. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221905\\_004.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/2912/291221905_004.pdf). Acesso em 18 dez. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. In: **Estudos da Língua(gem)**, n. 1, Vitória da Conquista, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. Campinas: Pontes Editores, 2017b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e política. In: **Escritos**. Anexo 3. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Labeurb - Nudecri – UNICAMP. Campinas/SP. 1998. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PALMEIRA, Francinei de Santos; SOUZA, Florentina da Silva. Representações de gênero e afrodescendência<sup>1</sup> na obra de conceição Evaristo. In: IV ENECULT. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14440.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. **Escritos à margem: a presença de escritores de periferia na cena literária contemporânea**. Tese. Rio de Janeiro, PUC: 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Cad. Est. Ling.** Campinas, (19), 1990, p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli

Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, Eni Puccinelli (org) [et al]. **Gestos de Leitura**: da história. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 57-67.

PEINHOPF, Anna Deyse Rafaela. Mulheres filósofas: um silêncio institucionalizado. 2020. Dissertação. Cascavel: UNIOESTE, 2020.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. (1859). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala. Feminismos plurais/** coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. "Vai trepar muito no quartinho": Paes e a desumanização da mulher negra. 2016. In. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-trepar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra/> Acesso em: 28 dez. 2020.

RIBEIRO, Djamila. O pacto branco e a maldição da mediocridade. 2019b. **Uou**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/05/o-pacto-branco-e-a-maldicao-da-mediocridade.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2020.

RIBEIRO, Stephanie. Nem todo negro é preto. In. **Marie Claire**, 2018. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/BlackGirlMagic/noticia/2018/11/nem-todo-negro-e-preto.html>. Acesso em 25 nov. 2019.

ROCHA, Gabriel dos Santos. O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento, 1944-1968. Dissertação. São Paulo: USP, 2016.

RODRIGO, Pablo. "Mulher acusa empresa de demiti-la por 'ser macumbeira além de negra'". 2020. In. **Uol**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/mulher-acusa-empresa-de-demiti-la-por-ser-macumbeira-alem-de-negra.shtml> Acesso em: 20 dez. 2020.

RODRIGUES, Sara. Pretuguês e resistência. In. **Fenajud**, 2018. Disponível em: <https://fenajud.org.br/?artigo=pretugues-e-resistencia>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTANA, Bianca, Espelho das iabás. In. **Portal Geledés**. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/espelho-das-iabas/>. Acesso em: 02 set. 2020.

SANTOS, Frei Davi. "Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil". 2014. In. **Educafro**. Disponível em [https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os\\_sete\\_atos.pdf](https://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2014/07/os_sete_atos.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

SCHERER, Amanda Eloína; TASCHETTO, Tania Regina. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. In. **Estudos da Língua(gem)**, n. 1, Vitória da Conquista, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA, Cleusa Aparecida da. Racismo patriarcal: muito além do conceito. Entrevista concedida à Débora Vaz. In. CFEMEA, 2013. Disponível em: [https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4198:racismo](https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4198:racismo)- Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, Luiz (Cuti). Literafro Entrevista – Cuti (Luiz Silva). 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KOkboCMIWWQ> Acesso em: 17 out. de 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. “CANDEIA em VINIL” - PH Registrou. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Fsdn5seCQwU> Acesso em: 17 out. de 2020.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. O discurso jornalístico e seus rituais. In. **Eco-pós**, v.10, n. 2, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; JOVINO, Ione S; MUNIZ, Kassandra da Silva. Letramento de reexistência - um conceito em movimentos negros. In. **Revista da ABPN**. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/526/448>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. A afetividade da mulher negra. Entrevista concedida à Maitê Freitas. In. **Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afetividade-da-mulher-negra-parte-1/>. Acesso em: 31 dez. 2020.

TOKARNIA, Jaqueline. Intelectuais negros estão fora da bibliografia, criticam especialistas. In. **Agência Brasil**, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/pesquisadores-negros-estao-fora-da-bibliografia-criticam-especialistas>. Acesso em: 16 dez. 2020.

TOLENTINO, Joana. Descolonização, filosofia e ensino: compartilhando vozes de filósofas latino-americanas. In. Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul, v. 2, n. 1, 2018.

TRUTH, Sojourner. E não sou eu uma mulher?. In. **Women's Rights Convention**. Akron, Ohio, Estados Unidos, 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, 2010. Disponível em:

<<http://abpn.revista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

WESOLOWSKI, Patrick 2014). O Racismo Científico – A Falsa Medida do Homem. In. **Portal Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-cientifico-falsa-medida-homem/> . Acesso em: 25 jul. de 2020.

XAVIER, Giovana. Feminimos: direitos autorais de uma prática linda e preta. 2017. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

XAVIER, Giovana. Carta aberta à Festa Literária Internacional de Parati – Cadê as Nossas Escritoras Negras na FLIP 2016?, 2016. Disponível em: <https://conversa dehistoriadoras.com/2016/06/27/carta-aberta-a-feira-literaria-internacional-de-parati-cade-as-nossas-escritoras-negras-na-flip-2016/>. Acesso em 05 ago. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. In. **Conexão Letras**, v.12, n.18, 2017, p. 63-71.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; CESTARI, Mariana. J. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. In: **Rua**. Campinas, 2014, p. 168-185.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.